

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

Jessica de Oliveira Roosen

**PORTO DE GALINHAS: A GALINHA DOS OVOS DE OURO DE  
IPOJUCA?**

Recife  
2016

Jessica de Oliveira Roosen

## **PORTO DE GALINHAS: A GALINHA DOS OVOS DE OURO DE IPOJUCA?**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), como pré-requisito para conclusão do Curso de Arquitetura e Urbanismo.

Orientador: Prof<sup>a</sup>. Dra. Cristina Pereira de Araujo

Recife  
2016

*À minha família.*

*Em especial ao meu irmão Michael pelas alegrias e risos,*

*À minha mãe, Alexandra e ao meu pai, Rolf por todo amor e carinho,*

*À minha bisavó, Josefa por todos os ensinamentos,*

*À Bruno pelo incentivo e amor dedicados ao longo desse trabalho.*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus por me abençoar com mais essa conquista. Aos meus pais que sempre me encorajaram diante das dificuldades e contratempos da vida, ao meu namorado por acreditar no meu potencial e sempre me incentivar nos momentos necessários.

À minha amiga Carol, pelos compartilhamentos de alegrias, surpresas e ansiedades advindo do processo de escrita. A todos os meus amigos que ajudaram como podiam, seja por um sorriso ou pela presença constante.

À minha bisavó, Josefa, que me ensinou um amor incondicional.

Ao meu irmão Michael cujo carinho e felicidade me acompanharam em cada momento de construção desse trabalho.

À minha orientadora Cristina Araujo, que soube me encaminhar e trilhar meus passos. Foi graças a eletiva de viagens de estudo que abri meus horizontes ao modo de produção do espaço nos litorais brasileiros. Obrigada por todo o ensinamento e pela paciência de ouro com minha carga horária complementar.

Meu muito obrigada seria pouco para expressar minha gratidão a todos vocês. Vocês fizeram valer a pena todos esses anos. Muito obrigada.

## RESUMO

Este trabalho busca proporcionar um olhar reflexivo acerca das influências da atividade turística na paisagem do Município de Ipojuca, mais precisamente no povoado de Porto de Galinhas. Ocupada inicialmente pelo poderio lusitano no contrabando de pau-brasil e para o cultivo da cana-de-açúcar, a Vila de Porto de Galinhas teve seu perfil rural transformado na década de 70, quando passa a incentivar a produção do espaço através de loteamentos e de casas de veraneio. Nos anos seguintes, o prestígio fornecido pelo sol e mar alinhado com as políticas públicas de incentivo ao turismo pela Prodetur consolidaram-na como destino turístico nacional e mais recentemente internacional. É dentro desse aspecto que o turismo constitui-se como um agente atuante na produção do espaço interferindo na dinâmica enraizada e propondo a instalação de novos sistemas e/ou readequação de usos. Essa permissividade resulta da mídia e da inflação de estatísticas, responsáveis por colocarem essa atividade como fonte indelegável de renda e progresso. É diante deste cenário que Porto de Galinhas está inserido: de um lado a “Porto de Galinhas do turista”, na qual a aglomeração de usos e suportes para estes visitantes se fazem presentes; e do outro a “Porto de Galinhas dos moradores”, caracterizada pelos bairros de Socó, Salinas e Pantanal, áreas excluídas das melhorias nos investimentos. O objetivo deste trabalho consiste em ressaltar a necessidade de um planejamento urbano integrado, que abarque toda a sociedade civil e não apenas parte dela, visando o desenvolvimento integral e qualidade de vida aos seus moradores.

Palavras chave: paisagem, turismo, Prodetur, litoral brasileiro, produção do espaço.

## **ABSTRACT**

This work seeks to provide a reflexive look about the influences of the tourism activities in the landscapes of City of Ipojuca, more precisely in the village of Porto de Galinhas. Early occupied by the Lusitanian powers in the smuggling of pau-brasil and to the cultivation of sugar cane, the Village of Porto de Galinhas had your lifestyle changed in the 70's, when it started to encourage the production of space through land subdivisions and vacation homes. On the following years, the prestige of sun and sea aligned with the public policies of incentive to tourism by the Prodetur consolidated the village as a national tourism destiny, and more recently, international too. It is in this aspect that tourism is constituted as an active agent in the production of space interfering on the established dynamics and proposing the installation of new systems or changes on the uses. This tolerance is a result of the media's and inflated statistics, responsible to put Tourism as an indispensable source of receipts and progress. Is faced to that scenario which Porto de Galinhas is: On one side there is the "Porto de Galinhas of the tourist", where the agglomeration of uses and supports to the guests are developed. And on the other side there is the "Porto de Galinhas of the local citizens" marked by the neighbourhoods of Socó, Salinas and Pantanal, areas excluded of the improvements made by the investments. The goal of this work is to highlight the necessities of a integrated urban plan, which consider all the civil society and not just a part of it, towards the integral development and the life quality of their citizens.

Keywords: landscape, tourism, Prodetur, Brazilian coast, production of space

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Chegada de turistas internacionais ao Brasil.....	27
Tabela 2 - Polo Costa dos Arrecifes.....	37
Tabela 3 - Fluxo turístico no Brasil, por UF .....	38
Tabela 4 - Receita Turística do Estado de Pernambuco – 2011.....	40
Tabela 5 - Crescimento populacional e grau de urbanização de Ipojuca.....	52
Tabela 6 - Evolução do PIB de Ipojuca .....	55
Tabela 7 - Número de empregados no mercado formal, por setores de atividades ..	56
Tabela 8 - Número de empregados por grau de instrução no mercado formal, segundo as atividades econômicas.....	58
Tabela 9 - Ocupação da população de 18 anos ou mais - Ipojuca - PE .....	60
Tabela 10 - Pirâmide Etária do Município de Ipojuca - 2010 .....	63
Tabela 11 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por nível de instrução. ....	64
Tabela 12 - Taxa de rendimento dos alunos (2010) .....	65
Tabela 13 - Renda por domicílio .....	67
Tabela 14 - Sistema de Esgotamento Sanitário por Domicílio.....	70
Tabela 15 Oferta dos meios de hospedagem da Região Metropolitana - 2010 .....	72
Tabela 16 Inventário dos Meios de Hospedagem .....	97
Tabela 17 População e Domicílios Particulares Permanentes pelos setores censitários.....	106
Tabela 18 Evolução da População.....	107
Tabela 19 Evolução dos Domicílios Particulares Permanentes.....	107
Tabela 20 Distribuição de Energia Elétrica por Domicílios .....	111

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 - Zoneamento Ecológico –Econômico Costeiro do Litoral Sul – Zonas e Subzonas.....	75
Quadro 2 Subprojetos para requalificação urbana de Porto de Galinhas .....	103

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Turismo Internacional 2014.....	26
Figura 2 - Divisão em polos turísticos Fonte: BNDES .....	36
Figura 3 - Categorização dos municípios brasileiros .....	42
Figura 4 - Categorização dos municípios nordestino Fonte: Ministério do Turismo (2015) .....	43
Figura 5 - Mapa de Ipojuca Fonte: IBGE .....	45
Figura 6 - Limite da área do empreendimento (destacada em verde) e a sede do município de Ipojuca .....	53
Figura 7 - Imagem aérea com o Mapa do Plano Urbanístico – Engenho Trapiche...	53
Figura 8 - Faixas de Desenvolvimento Humano .....	61
Figura 9 - Comparativo das pirâmides etárias de Ipojuca (1991, 2000 e 2010) Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013 .....	63
Figura 10 - Distribuição de renda pelos setores censitários de Ipojuca 2010 .....	68
Figura 11 - Setorização da Zona Costeira Pernambucana .....	74
Figura 12 - Zoneamento Ecológico–Econômico Costeiro do Litoral Sul- Ipojuca.....	76
Figura 13 - Zoneamento Planta Diretora- Ipojuca Fonte: FIDEM 2001 .....	78
Figura 14 - Macrozonas- Ipojuca Fonte: Plano Diretor 2008 .....	81
Figura 15 - Zoneamento Plano Diretor 2008- Ipojuca.....	82
Figura 16 - Litoral de Ipojuca.....	84
Figura 17 - Núcleo de Porto de Galinhas .....	85
Figura 18 - Venda da mercadoria-paisagem .....	87
Figura 19 - Fator decisório da viagem dos que vieram a passeio.....	88

Figura 20 - Subáreas de tecido urbano – Porto de Galinhas .....	89
Figura 21 - Núcleo de Porto de Galinhas em 1969.....	91
Figura 22 - Derrubada dos coqueirais para loteamento (Merepe) .....	92
Figura 23 - Loteamento Merepe (à esquerda) e o Loteamento Recanto (à direita) ..	92
Figura 24 - Núcleo de Porto de Galinhas em 1997.....	94
Figura 25 - Linha do tempo da Rua Esperança - evolução.....	95
Figura 26 - Setores censitários de Porto de Galinhas .....	105
Figura 27 - Mapa Turístico .....	113
Figura 28 Mapa turístico de Porto - Localização de Socó, Salinas e Pantanal .....	118
Figura 29 – Avanço da ocupação em Socó, Salinas e Pantanal nos anos de 2006 e 2010.....	119
Figura 30 Ocorrência de casos e prevalência da esquistossomose – Porto de Galinhas (2010) .....	120

## LISTA DE FOTO

Foto 1 - PE-60: entrada de Ipojuca em direção ao litoral Sul (1991) .....	47
Foto 2 - As Galinhas ícones de Porto de Galinhas .....	86
Foto 3 – Tipologia Resort, representada pelo Beach Class Resort e Ancorar .....	96
Foto 4 - Via Concessionária Rota do Atlântico - com a tarifa de pedágio .....	112
Foto 5 Praia de Porto de Galinhas – Baixa temporada.....	114
Foto 6 – Praia de Porto de Galinhas e o mar calmo .....	114
Foto 7 Passeio de Jangada.....	114
Foto 8 Quiosque de venda dos passeios de Jangada .....	114
Foto 9 Arrecifes na Praia de Porto de Galinhas, ao fundo turistas nas jangadas sendo levados as piscinas naturais.....	115
Foto 10 - O caminho do turista .....	116
Foto 11 Acesso a Praia de Porto de Galinhas.....	117
Foto 12 Chegada a Praia de Porto de Galinhas .....	117
Foto 13 Turistificação do território .....	117
Foto 14 Comunidade Salinas .....	120
Foto 15 Palafitas em Salinas.....	121
Foto 16 Transporte dos residentes próximos à comunidade de Salinas.....	121
Foto 17 Comunidade de Pantanal.....	122
Foto 18 Comunidade de Socó.....	122
Foto 19 Adensamento em Socó .....	123
Foto 20 Rua Salinas.....	123

Foto 21 Rua do Dedenzeiro ..... 124

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 Evolução do PIB de Ipojuca .....	55
Gráfico 2 - Evolução do número de empregados no mercado formal, por setores de atividades Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego.....	57
Gráfico 3 Composição da população de 18 anos ou mais de idade – 2010 .....	59
Gráfico 4 IDH, Renda, Longevidade e Educação de Ipojuca 2010 .....	62
Gráfico 5 Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por nível de instrução.....	65
Gráfico 6 Distribuição dos alunos por nível de proficiência em Português– 5º e 9º anos .....	66
Gráfico 7 Distribuição dos alunos por nível de proficiência em Matemática– 5º e 9º anos .....	67
Gráfico 8 Sistema de Abastecimento de Água por Domicílio.....	69
Gráfico 9 Sistema de Coleta de Lixo por Domicílio .....	70
Gráfico 10 Sistema de Transmissão de Energia Elétrica por Domicílio .....	71
Gráfico 11 Ano de Inauguração dos meios de hospedagem por décadas.....	100
Gráfico 12 Tipologia dos meios de hospedagem.....	100
Gráfico 13 Média de Leitos nas UH'S .....	101
Gráfico 14 Preço Médio da diária .....	101
Gráfico 15 Relação da quantidade de Moradores por Domicílio Particular Permanente .....	108
Gráfico 16 Renda Média dos Domicílios Particulares Permanentes.....	109
Gráfico 17 Sistema de abastecimento de água por Domicílio .....	109
Gráfico 18 Sistema de Esgotamento Sanitário por domicílio .....	110

Gráfico 19 Sistema de coleta de lixo por domicílio .....	111
--	-----

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

AHPG - Associação de Hotéis de Porto de Galinhas;

BNB - Banco do Nordeste do Brasil;

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social;

CAPE - Comissão de Análise de Projetos Especiais e/ou Impactos;

CNTur - Conselho Nacional de Turismo;

CONDEPE/FIDEM - Agência Estadual de Planejamento e Pesquisa de Pernambuco;

CPRH - Agência Estadual de Meio Ambiente;

DNTA - Departamento Nacional de Transportes Aquaviários;

DPP - Domicílios Particulares Permanentes;

EMPETUR - Secretaria Estadual de Turismo;

Embratur - Empresa Brasileira de Turismo;

FIFA - Federação Internacional de Futebol;

FUNTEPE - Fundo de Terras de Pernambuco;

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano;

IFPE - Instituto Federal de Pernambuco;

INCRA - Instituto Nacional Colonização Reforma Agrária;

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais;

IPA - Empresa Pernambucana de Pesquisa Agropecuária;

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada;

MT - Ministério do Turismo;

OMT - Organização Mundial de Turismo;

PEA - População Economicamente Ativa;

PIB - Produto Interno Bruto;

Plantur - Plano Nacional de Turismo;

PNDU - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento;

PNT - Política Nacional de Turismo;

Prodetur - Programa de Desenvolvimento do Turismo;

Prodetur/NE - Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste;

RIMA - Relatório de Impacto Ambiental;

RMR - Região Metropolitana do Recife;

SEDUC - Secretaria de Educação;

SUAPE - Complexo Industrial Portuário;

Sudene - Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste;

UF - Unidade da Federação;

ZEEC - Zoneamento Ecológico Econômico Costeiro.

## SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS .....	I
RESUMO .....	II
ABSTRACT .....	III
LISTA DE TABELAS .....	IV
LISTA DE QUADROS .....	V
LISTA DE FIGURAS .....	VI
LISTA DE FOTO .....	VII
LISTA DE GRÁFICOS .....	VIII
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	IX
INTRODUÇÃO .....	19
1. TURISMO, PRODUÇÃO DO ESPAÇO E POLÍTICAS PÚBLICAS .....	22
1.1 TURISMO – BREVE HISTÓRICO E DEFINIÇÕES .....	22
1.2 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO PELO TURISMO .....	28
1.3 POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO NO BRASIL.....	31
2. CONHECENDO O MUNICÍPIO DE IPOJUCA.....	45
2.1. LOCALIZAÇÃO .....	45
2.2. BREVE HISTÓRICO .....	48
2.3. CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA.....	54
2.4. REGULAMENTAÇÕES LEGAIS.....	71
2.4.1. CÓDIGO DE OBRAS DE IPOJUCA – Lei nº 846/1984 .....	73
2.4.2. ZONEAMENTO ECOLÓGICO ECONÔMICO COSTEIRO LITORAL SUL DE PERNAMBUCO (ZEEC).....	73
2.4.3 PLANTA DIRETORA DE IPOJUCA.....	77

2.4.4. PLANO DE REGULAMENTAÇÃO DA ORLA – Lei nº 1.286/2001 .....	78
2.4.5. PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE IPOJUCA – Lei nº 1.490/2008 ..	79
2.4.6. AGENDA 21 IPOJUCA (2003) .....	82
3. PORTO DE GALINHAS: A GALINHA DOS OVOS DE OURO DE IPOJUCA? .....	84
3.1 A VILA DE PORTO DE GALINHAS: O ESPAÇO DO TURISTA.....	112
3.2. A VILA DE PORTO DE GALINHAS: O ESPAÇO DOS MORADORES .....	118
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	125
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	127

## INTRODUÇÃO

A formação e expansão de um território são resultantes de diversos fatores cuja atribuição das responsabilidades encontra-se entre os atores hegemônicos, estado e a iniciativa privada, e não hegemônicos, caracterizado pela sociedade civil. O turismo constitui-se como um agente atuante na produção do espaço interferindo na dinâmica enraizada ao propor a instalação de novos sistemas e/ou adequação de usos. Essa permissividade resulta da mídia e da inflação de estatísticas, que colocam essa atividade como fonte indelegável de renda e progresso.

É diante deste cenário que o município de Ipojuca está inserido, apresentando o 2º maior PIB do Estado, ao mesmo tempo em que ocupa a 43º posição no IDH. A visibilidade do município veio com a exaltação do modelo sol e mar, implantados por meio de Políticas Públicas, como a Prodetur que visavam tornar a faixa litorânea do Nordeste competitiva economicamente através de segmento turísticos.

Eis que se consolida a Praia de Porto de Galinhas, sua ocupação inicial remete a exploração de pau-brasil e o cultivo de cana de açúcar. A mudança de perfil ocorre na década de 70 com a implantação de casas de veraneio seguidas pelos primeiros loteamentos da área. Porto contém atualmente um acervo de equipamentos e suportes para o turista, visando o receptivo nacional e internacional.

Contudo, a poucos metros desse paraíso, localizam-se bairros detentores de mais da metade da população fixa de Porto. Esses bairros são conhecidos por Socó, Salinas e Pantanal e ficam à margem dos investimentos e holofotes. É nesse sentido, que Porto de Galinhas apresenta seus dois lados: A “Porto de Galinhas dos turistas” e a “Porto de Galinhas dos Moradores”.

O progresso alinhado a consolidação como destino turístico nacional e mais recentemente internacional não respaldou o desenvolvimento para todas as esferas. A maioria dos investimentos é conduzida para áreas de forte atuação turística, ficando os espaços habitados pelos moradores a mercê de carências infraestruturais e socioeconômicas.

Diante desse contexto, esse trabalho procura analisar a influência da atividade turística sobre a produção do espaço em Porto de Galinhas atentando para a qualidade de vida oferecida a população e o acesso à infraestrutura, emprego e educação, preceitos do direito à cidade.

Com isso procura-se mensurar e ressaltar os impactos urbanos e urbanísticos através do comparativo dos dois lados de Porto de Galinhas, a fim de estabelecer uma relação do turismo como agente consumidor e transformador do espaço pelo processo da turistificação, além de contrapor as tendências empreendedoras com o direito cívico a cidade.

A importância desse estudo é consolidar uma visão mais crítica acerca dos processos de produção espacial, avaliando os impactos que incidem na população nativa, a fim de ressaltar a importância de um planejamento urbano integrado com todas as esferas, impulsionando o desenvolvimento integrado.

A metodologia utilizada iniciou-se com o embasamento teórico a fim de adentrar sobre definições e conteúdos importantes para a estruturação desse estudo investigativo. Após essas leituras foi realizada uma compilação de dados socioeconômicos essenciais para a elaboração do perfil do município e dos setores censitários da área de estudo. Para tal fim, foram utilizadas informações disponíveis no IBGE, banco de dados do Estado, dentre outros. Também foram feitas visitas em campo, buscando captar a peculiaridade de cada localidade a fim de vivenciar os problemas e potencialidades de cada região.

O trabalho encontra-se dividido em 03 capítulos. O capítulo 01 é subdividido em 03 tópicos. O primeiro aborda através de um breve histórico como se deu a evolução do turismo para como o conhecemos atualmente, passando por definições e análises acerca das estatísticas de fluxos e renda gerados. O segundo tópico, discorre acerca da produção do espaço a fim de caracterizar como o turismo se porta como agente transformador do espaço, juntamente com os atores hegemônicos (Estado e mercado) e não hegemônicos (sociedade civil). Por fim, o tópico 03 descreve o

surgimento das políticas públicas ligadas ao turismo no Brasil, fazendo um panorama de sua evolução até os dias atuais.

Já o capítulo 02 adentra sobre o município de Ipojuca, fornecendo o seu perfil socioeconômico, através de comparações e investigações acerca de educação, renda, trabalho e infraestrutura.

Por fim, o último capítulo compreende o objeto de estudo, Porto de Galinhas. Nele está a essência de todo o trabalho ao conduzir o leitor à elaboração de uma visão crítica e realista acerca das disparidades mostradas.

## **1.TURISMO, PRODUÇÃO DO ESPAÇO E POLÍTICAS PÚBLICAS**

### **1.1 TURISMO – BREVE HISTÓRICO E DEFINIÇÕES**

“O turismo é uma criação e possibilidade do capitalismo”, ou seja, “o homem sempre viajou, mas só muito recentemente começou a fazer turismo”. Essa afirmação de Ouriques (2005, pg.27/28) atenta para o fato de que o turismo é uma criação moderna, produto de uma economia que passou a ser desenvolvida no século XIX e cujas transformações impactam na sociedade atual.

A origem do turismo para muitos autores é um dado incerto: alguns citam as pessoas que se deslocavam para ver os jogos olímpicos na Grécia no século VIII a.c.; já outros acreditam na civilização fenícia como os primeiros viajantes, visto que os inventos da moeda e do comércio são atribuídos a ela (Barreto, 1999).

Contudo, sabe-se que durante os séculos XV e XVI a atividade já era praticada em forma de peregrinação organizada por religiosos. Como aborda Urry (2001, pg.19): “as peregrinações se haviam tornado um amplo fenômeno, praticável e sistematizado, servido por uma indústria crescente de redes de hospedarias para viajantes”.

No período renascentista despontam as viagens motivadas pela absorção de cultura, através de visitas a museus, galerias e da observação de artefatos culturais. Mais conhecido como o “Grand Tour”, esses deslocamentos eram realizados prioritariamente pelos filhos da aristocracia e da pequena fidalguia, atingindo somente no século XVIII, os filhos da classe média.

Entre os séculos XVIII e XIX na Inglaterra, inicia-se o processo de valorização das paisagens litorâneas e dos banhos de mar, apresentados como importantes na cura de doenças e na renovação da saúde. Essa ideologia acarretou em idas aos balneários, que passaram a ser estratificados com relação à frequência e a renda dos visitantes.

Contudo, é no período entre as duas grandes guerras que ocorrem os principais acontecimentos responsáveis por incrementar a atividade, são eles: a acessibilidade frente aos deslocamentos resultantes do aumento no número de proprietários com carro, a disseminação do uso de transporte público, o crescimento considerável do transporte aéreo e o movimento em favor das férias remuneradas associadas ao tempo livre.

Urry (2001) aborda dentro deste aspecto que o crescimento de um padrão mais organizado e rotineiro de trabalho levou à tentativa de incrementos correspondentes à racionalização para o lazer. Este por sua vez, passa a ser organizado como uma atividade limitada pelo tempo e espaço.

Lima (2006) concorda com Urry ao descrever a existência de um estímulo por parte dos burgueses e religiosos para a realização de atividades consideradas disciplinadas, como, excursões ao campo e ida aos balneários marítimos para os trabalhadores, uma vez que se objetivava diminuir as festanças populares que eram realizadas nos períodos de folga.

Desprende-se dessa afirmação o controle, não só da produção, mas também, do tempo livre. É nesse sentido que a valorização e a massificação do consumo, a melhoria do padrão de vida dos trabalhadores com férias remuneradas e a popularização do automóvel e demais meios de locomoção vão constituir um cenário fértil à consolidação da atividade turística, vista como uma fonte rentável e próspera.

Assim surge o turismo de massa, representando a democratização da viagem ao possibilitar a classe trabalhadora, o direito às férias remuneradas e ao tempo livre institucionalizado. Segundo Araujo (2009) a partir do fordismo, o turismo também entraria na lógica de um bem a ser consumido em massa, garantindo assim, uma nova forma de acumulação de capital.

É o advento da Revolução Industrial que primeiramente impulsionou o turismo de massa. A possibilidade de deslocar por longas distâncias frente às invenções da

estrada de ferro e do navio a vapor culminaram no desenvolvimento do turismo moderno.

Dias (2006) descreve que na era industrial os lugares turísticos constituíam-se em territórios localizados na periferia das regiões urbanizadas industrializadas, ou seja, remetiam a um processo de contrapor às áreas industriais.

Já nas décadas de 70 e 80, o turismo emerge no mercado globalizado com o indicativo de indústria limpa e sustentável, além das promessas de progresso e desenvolvimento aos países receptores.

A sustentabilidade associada à atividade turística estruturava-se a partir da comparação desta com as indústrias tradicionais: emissoras de poluentes ao meio ambiente. Essa imagem da “indústria sem chaminés” surge como alternativa a expansão dessa atividade, que passa a ser incentivada, como remete Ouriques (2005), na possibilidade de conciliação entre economia e ecologia.

Cruz (2007, pg. 03) salienta que “o conceito de turismo foi intimamente ligado ao conceito de lazer e, em consequência, às viagens espontâneas”. Contudo, ao continuar sua linha de raciocínio, a autora alerta para uma mudança de foco da atividade turística a partir do século XX, ao expor o surgimento de novos segmentos da atividade “motivados por razões cuja espontaneidade é nula ou quase nula e cujo conteúdo de lazer é, portanto, fortemente questionável”.

Já no século XX, portanto, é estimulado o turismo temático como os de negócios, religião, saúde, dentre outros, cuja abordagem busca dotar características especiais a lugares não visados de imediato pelo turista. Contradiz a espontaneidade e a lógica do lazer, admitindo que nesses lugares a prática do lazer não existe na sua essência, mas de maneira recriada.

Essa subversão do lazer ao controle do capital, aponta para outra contradição da atividade. Ao considerar o ócio como essência do turismo participa-se de um amplo esforço para resgatá-lo e privilegiá-lo socialmente, evitando que ele seja a “mãe de

todos os vícios”, “o não fazer nada” – ideias com as quais ele está relacionado por razões ideológicas. (Molina, 2005).

É nesse sentido que o lazer entendido pela liberdade das obrigações sociais, caminhando ao lado do tempo livre, passa a pressupor algum tipo de atividade, que por sua vez, é transformado em tempo de “consumo produtivo”, sendo inserido na lógica da acumulação capitalista. Portanto, esse controle sobre o lazer permitiu subsidiar a atividade turística conjecturando no seu desenvolvimento. Para Ouriques:

A extraordinária expansão do turismo no século XX não pode ser desvinculada do controle capitalista do tempo e de sua correlata expansão mercantil, apesar de tão difundida argumentação que o coloca como resultado do “progresso humano e social”. (Ouriques, 2005, pg. 39/40)

Desta maneira, o autor supracitado alerta para a sedução utilizada como atrativo na ampliação do turismo, ao combinar práticas manipuladoras da mídia pela valorização do status e do tempo livre, que entendido como lazer, originam ciclos viciosos embasados no consumo.

Coriolano (1998) corrobora com Ouriques (2005) ao explicitar que o lazer foi transformado em turismo, conjecturando numa rápida acumulação e reprodução do capital, este responsável pelas alterações dos espaços e condicionantes naturais, reproduzem a ideologia do turismo, embasados por novas políticas.

A evolução do turismo como atividade “industrial” preconizou a tentativa de gestão semelhante à de uma indústria tradicional, apresentando-o através de estatísticas como um recurso comercial de grande expressão.

Para Organização Mundial do Turismo (OMT, 2001 apud Araujo, 2011 pg. 46), o turismo é definido pelas “atividades que realizam as pessoas durante as suas viagens e estadas em lugares diferentes ao seu entorno habitual, por um período consecutivo inferior a um ano, com finalidade de lazer, negócios ou outras”.

Tendo em vista essa definição, pode-se afirmar que os dados da figura 01 seduzem ao informar em seu relatório anual de 2015 um aumento acentuado no turismo no período de 1990 a 2014, passando de 434 milhões de desembarques para 1.133 milhões. A receita por sua vez, no mesmo período, cresceu de 271 bilhões de dólares para 1.245 bilhões de dólares, corroborando com a contínua expansão do setor.



Figura 1 - Turismo Internacional 2014

Fonte: Panorama OMT del Turismo Internacional, edición 2014

Nesse contexto, cabe ressaltar o crescimento do fluxo de chegada de turistas ao Brasil. Segundo o Ministério do Turismo, de 1999 a 2013 houve um aumento de cerca de 433% no receptivo internacional, ou seja, um aumento de 4.722.275 milhões de chegadas de pessoas (tabela 1).

Tabela 1 - Chegada de turistas internacionais ao Brasil

CHEGADA DE TURISTAS AO BRASIL (milhões de pessoas)		
1990	2000	2013
1.091.067	5.313.463	5.813.342

Fonte: Departamento de Polícia Federal e Ministério do Turismo

Cruz (2007) aponta que a maneira na qual o turismo é quantificado auxilia na alienação e inflação das estatísticas. O principal estudo dessa análise são os deslocamentos, desconsiderando a “pessoa turista”. Ou seja, se um dito turista viaja muito a negócios, conseqüentemente essa movimentação adicionará uma informação inverídica, acentuando os indicadores.

Corroborando a esta ideia França afirma que:

Os dados generalizam a riqueza como se todos dela se apropriassem. [...] agentes públicos e privados, em suas análises e avaliação do turismo, priorizam a dimensão econômica, como crescimento de dados financeiros e não desenvolvimento. Ficam num plano secundário as dimensões social e ambiental, que juntamente com a econômica compõem o tripé do desenvolvimento sustentável. (França, 2007, pg. 37).

Ou seja, o turismo intervém no espaço reproduzindo-o de acordo com sua lógica de capital, ao exacerbar dados e índices sedutores ao olhar alienado, pois o espaço por ele produzido socialmente configura-se na realidade pela apropriação privada.

Molina (2005) afirma que sendo o sistema turístico dinâmico e probabilístico, sua função e planejamento terá de ser igualmente dinâmica e probabilística, ou seja, para que o planejamento do turismo tenha a natureza e caráter orgânico é necessário à participação ativa dos planejadores, da sociedade local, dos investidores e dos turistas, a fim de que expressem e conciliem as necessidades e aspirações culminando no interesse em comum.

## 1.2 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO PELO TURISMO

O processo de produção do espaço há tempos vem sendo estudado. Autores como Lefebvre, Neil Smith e Milton Santos conceberam reflexões baseadas no processo social e histórico dessa produção.

O primeiro trabalha na linha da (re)produção da vida, Smith por sua vez, ressalta o espaço como um produto social, ao afirmar que a produção do espaço é realizada pela prática indissociável entre o homem e o espaço e, Milton Santos considera a vida e o trabalho como ferramentas nessa configuração espacial. O ponto em comum desses três autores é a concepção da produção do espaço como consequência de um processo social e histórico. (Cruz, 2007).

É nesta conjuntura que o turismo emerge como um dos agentes transformadores do espaço: através da sua capacidade de influenciar na criação e recriação de espaços a fim de torná-los atrativos. Afinal é no espaço que a atividade ganha vida, sendo este, o seu principal objeto de consumo turístico.

Mullins (1991) aborda dentro desses aspectos o fenômeno da urbanização turística que, vinculada ao lazer, induz formas específicas de produção do espaço urbano gerado a partir do turismo, principalmente quando este se torna dominante na economia local.

A urbanização turística condiciona, sobretudo, os trechos não urbanizados das cidades a uma completa reorganização espacial regida pelo interesse do mercado imobiliário hoteleiro, o que pode resultar na distinção cada vez mais acentuada das classes, culminando na segregação socioespacial.

Tendo em vista o foco para os turistas, é evidenciada a ausência de uma organização para o atendimento das necessidades básicas dos moradores; em compensação existe toda uma estrutura incentivadora do consumo de bens e serviços de lazer.

Segundo Cruz (2007) o turismo tem forte capacidade de influência nos lugares, o que induz à segregação do espaço ao qual foi inserido, seja pela ausência de ligação com o entorno imediato ou por uma arquitetura peculiar. Isto ocorre pelo fato dos grandes investidores buscarem simular uma realidade desejada pelos turistas, mas indisponível em determinado lugar.

Esse cenário pode ser contextualizado através das grandes redes de hotéis e resorts, instaladas no litoral que oferecem infraestrutura, serviços e grande variedade de lazer entre muros, estimulando o confinamento do hóspede e sua alienação do entorno, ou seja, induz-se tomar o todo pela parte.

Segundo Araujo:

Tal afirmação é facilmente verificada se tomarmos como exemplo o litoral brasileiro, cuja singularidade do seu relevo, associado à biodiversidade e à figura da praia em si, traz um cenário sedutor para apropriação pelo turismo que o toma emprestado, como moldura, para implantação dos meios de hospedagem e demais equipamentos turísticos. (Araujo, 2011).

Essa exploração do espaço pela atividade turística colabora na inversão de valores, visto que exacerba o valor de troca dos lugares concebendo estes como mercadorias, exacerbando o valor de uso.

Para Ouriques (2005) há um fetichismo do turismo, posto que ele se apossa do espaço, configurando-o como inerente a esta atividade, dissociando-o de sua essência histórica, cultural e cívica. A potencialização desse fetichismo origina o espetáculo, tido como “o momento que a mercadoria ocupa totalmente a vida social”.

Correspondem aos simulacros ou pseudo-lugares já que estes lugares procuram simular uma realidade almejada pelos turistas, e não disponível onde se procura. Ou seja, os simulacros induzem os turistas a tomarem o todo pela parte. (Cruz, 2007).

John Urry (2001) adverte para essa simulação da realidade, ao concluir que os “pseudo-acontecimentos” funcionam como atrativos turísticos, ao mesmo tempo em que interferem no entendimento do território como um todo. Ele os caracteriza como atrações de pouca autenticidade, cujo teor exibicionista tende a se fortalecer, a fim de garantir os desejos daqueles que observam.

Essa nova lógica pautada pelo mercado busca seduzir e garantir todos os anseios dos visitantes. O consumo se materializa e transforma os espaços, os produtos culturais e as atividades em mercadorias. O espaço se transforma em mercadoria e se distancia daquele que o produz.

É o que Milton Santos (2009) denomina de verticalidades em contraponto às horizontalidades. Para o autor, as verticalidades são responsáveis por uma integração dependente e alienadora, visto que as decisões relacionadas aos processos locais são estranhas ao lugar, obedecendo a motivações distantes. Desprende-se dessa conceitualização a prevalência de interesses corporativos sobre os interesses públicos. As horizontalidades, por sua vez, são definidas pelo espaço das vivências, ou seja, o espaço de todos.

Segundo afirma Cruz (2007, pg. 11), “a produção do espaço é um processo complexo e conflituoso; entender a participação do turismo nele requer o desvendamento de sua natureza, de sua complexidade e de seus conflitos”. O turismo ao se incorporar como agente transformador e consumidor do espaço compete com os atores não hegemônicos, incorporando a sua rotina aspectos desarticulados ao entorno, ao impor novas dinâmicas e situações - as verticalidades nas palavras de Milton Santos.

O Estado brasileiro tem sido o grande produtor dos espaços para o turismo<sup>1</sup> devido ao seu papel normatizador e provedor de infraestruturas. Várias medidas foram

---

<sup>1</sup> O Estado e o mercado são os principais agentes produtores de espaço turístico. (Cruz, 2007: Araujo, 2011)

adotadas como forma de adequar os territórios nordestinos a um uso maciço e internacionalizado.

Nesse contexto da costa brasileira, Cruz (2007) e Araujo (2010) discorrem que o incentivo a rodoviarização, a estetização e estandarização do modelo beira-mar e sol culminaram na ampliação da atividade turística. Esta foi responsável pela instalação de condomínios fechados de alto padrão (de segundas ou terceiras residências), os resorts e as associações de ambas, configurando os empreendimentos turísticos imobiliários (ETI's).

### **1.3 POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO NO BRASIL**

A produção do espaço pelo turismo é diretamente impactada pelas políticas públicas que incidem no território. Estas são responsáveis pelo direcionamento e adequação do uso do território promovendo instalação de novos sistemas de objetos e/ou readequação de usos<sup>2</sup>.

As políticas públicas desencadeadas pelo turismo demonstram a tentativa de intervenção pelo poder público no desenvolvimento do setor turístico. Segundo Araujo (2011) “o turismo, enquanto política pública surge, pela primeira vez, por meio do Decreto-Lei n.55, de 18/11/1966, durante o governo Castelo Branco”. Durante esse período, o turismo brasileiro estava amparado por uma política centralizadora da Empresa Brasileira de Turismo (Embratur), que atuava tanto no plano legislativo como no executivo.

Como aborda Cruz (1999) no período de 1966 a 1991, o governo federal promulgou diversos diplomas legais, com o objetivo de regulamentação do turismo no país. Entretanto, a falta de articulação culminou em uma implantação arbitrária, pois só eram abordados aspectos parciais do desenvolvimento da atividade turística, sem a

---

<sup>2</sup> Para Milton Santos (2006, apud Araujo, 2011 pg. 4), o espaço pode ser definido como “um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações”.

devida conexão com o todo. Ou seja, a visão do turismo como indústria incentivou a sua ampliação segregada das questões sociais e peculiares de cada região.

Este cenário modifica-se durante a gestão de Fernando Collor de Mello, no ano de 1991, com a publicação da Lei 8181/91 e posteriormente do Decreto 448/92. Essa transformação representou um marco na evolução da atividade turística no Brasil, pois o turismo passa a ser tratado como prioridade do governo federal, almejando a geração de divisas, empregos e rendas.

Em decorrência desta mudança de foco, a Embratur assume após a Lei 8181/91 responsabilidades, tais como formular, coordenar e executar a Política Nacional de Turismo como fator de desenvolvimento social e econômico, fato que juntamente com o decreto nº 448/92 condicionou a mudança de tratamento do turismo pelo Estado. Este por sua vez, passa a ser visto de forma mais integrada com planos de gestão visando o homem e a valorização da preservação ambiental e cultural, ou seja, a atividade reúne ao seu objetivo inicial as questões sociais e regionais.

Segundo Araujo:

Entre seus objetivos estariam à democratização do acesso do turismo nacional, a redução das disparidades sociais e econômicas de ordem regional, a partir do crescimento da oferta de emprego, o aumento do fluxo turístico e de divisas por turistas estrangeiros, a difusão de novos pontos turísticos e a ampliação/ diversificação de equipamentos e serviços turísticos, adequando-os às características socioeconômicas regionais. (Araujo, 2011, pg. 150)

No entanto, as razões da destacada atenção recebida pelo turismo, por meio de políticas específicas, podem ser mais bem entendidas levando-se em conta os objetivos pretendidos com o seu desenvolvimento no quadro das amplas dificuldades econômicas da década de 1990, especialmente, no que se refere à vulnerabilidade externa do país, ao baixo crescimento e aos elevados níveis de desemprego (Oliveira, 2008; Carneiro, 2002).

O controle maior do Estado na consolidação do turismo enquanto instrumento de desenvolvimento regional, culminou mais tarde na criação do Plano Nacional de Turismo (Plantur). Sua estrutura continha 07 programas no total: Programa Polos Turísticos, Programa Turismo Interno, Programa Mercosul, Programa Ecoturismo, Programa Marketing Internacional, Programa Qualidade e Produtividade do Setor Turístico e o Programa de Formação de Recursos Humanos para o Turismo (Becker, 1995 apud Araujo, 2011, pg. 151).

É importante ressaltar o interesse pela zona costeira, visto que era visada na maioria destes programas. Outros aspectos enaltecidos foram à ênfase ao “hotel âncora” e ao tipo de resort padrão internacional através de suporte à instalação e incentivos às melhorias de oferta dos meios de hospedagem. Também foi preconizado o turismo de massa, que passa a englobar a população de baixa renda (Araujo, 2011).

Apesar de a Plantur apresentar-se como um modelo detalhado e estratégico mais consistente, tendo em vista os anteriores, a instabilidade política pela crise financeira dos anos 1980 e 1990, devido aos desajustes econômicos responsáveis por taxas elevadas de inflação, pôs fim ao seu andamento, sendo suplantado em 1996 pela implementação da Política Nacional de Turismo, já no governo de Fernando Henrique Cardoso.

A Política Nacional de Turismo, por sua vez, buscou através da ampliação do turismo alavancar a qualidade de vida dos brasileiros habitantes de regiões com alto potencial turístico, proporcionando a diversificação de serviços, infraestrutura, e aspirando geração de novos empregos e a manutenção dos existentes, ao capacitar a mão de obra. Consistia na procura pela diminuição das desigualdades regionais e pela melhor inserção do Brasil no cenário internacional.

É nesse contexto de crise econômica, ainda na década de 90, que surge na perspectiva regional a política de megaprojetos turísticos e o Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (Prodetur/NE) (1991-2017), ambos

bastante sintonizados com o projeto hegemônico de desenvolvimento turístico do país, como aborda Cruz (2001).

As políticas de megaprojetos ressaltavam na intenção de criar grandes centros de cunho turístico. Utilizavam como base o modelo Cancún, constituído por urbanização em áreas da costa pouco urbanizadas e o envolvimento desta com grandes empreendimentos.

No Nordeste foram desenvolvidos 04 megaprojetos: Projeto Parque das Dunas – Via Costeira, em Natal (RN), o Projeto Cabo Branco (Paraíba), o Projeto Costa Dourada (Pernambuco e Alagoas) e o Projeto Linha Verde (Bahia) [...] em todos eles, os respectivos governos estaduais atuaram como protagonistas e patrocinaram, através de incentivos financeiros e fiscais, o setor privado, na ampliação da infraestrutura hoteleira local. (Oliveira: 2008, pg. 186)

Já o Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (Prodetur/NE) foi criado pela Sudene (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste) e Embratur, através da Portaria Conjunta nº 1, de 29 de novembro de 1991. Como políticas de longo prazo (26 anos), o Prodetur/NE tinha como objetivo geral a melhoria da qualidade de vida da população residente nas localidades alvo de suas ações e, como objetivos específicos, o aumento das receitas procedentes das atividades turísticas, como também a capacitação gerencial para estados e municípios (BNB, 2006).

O programa foi desenvolvido a partir de estudos encomendados pelo BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), com o intuito de identificar as atividades econômicas que apresentariam vantagem competitiva na região Nordeste. O forte potencial paisagístico e cultural, além da mão-de-obra em abundância e de baixo custo culminaram na escolha da atividade turística, como vetor de expansão de desenvolvimento dessa região.

O programa compreendia os nove estados nordestinos, além do norte de Minas Gerais e Espírito Santo (âmbito da jurisdição da SUDENE) e, embora as ações não fossem restritas aos municípios litorâneos, estes foram priorizados pela premissa de se estabelecerem como vias de inserção do turismo brasileiro no mercado turístico global.

Como afirma Cruz (2007) a extensão (cerca de 3.300 km) e os altos índices de insolação são características naturais que favorecem a exploração turística do litoral nordestino e os investimentos públicos em infraestrutura não têm outro objetivo senão promover a superação de limitações derivadas de carências infraestruturais e de ordem organizacional.

Enfocando o turismo receptivo internacional, o Prodetur/NE foi dividido em duas etapas: o Prodetur/NE I e Prodetur/NE II. A primeira etapa foi implementada no período de 1994 até 2004 e priorizava o desenvolvimento do turismo no Nordeste a partir da execução de obras de infraestrutura como suporte à atividade turística. Desta maneira estimulava a participação da iniciativa privada na ocupação produtiva de terrenos, resultando posteriormente, no incremento da renda municipal.

Segundo Oliveira (2008) e Lima (2006), foram realizadas obras de reforma e construção de 08 aeroportos (Porto Seguro, Lençóis, Salvador, São Luís, Aracaju, Natal, Fortaleza e Recife), ampliados e reparados 29 trechos rodoviários (totalizando 389 km), realizados 17 projetos de saneamento básico, investidos recursos na preservação de 5.335 hectares de meio ambiente, e recuperadas várias peças do patrimônio histórico brasileiro, especialmente, em São Luís, Recife e Salvador.

A implantação da primeira fase do Prodeur/NE resultou em melhorias significativas na infraestrutura de saneamento básico e de apoio a atividade turística, contribuindo diretamente para o aumento acentuado das economias locais. Entretanto, também pode ser observada a ocorrência de impactos negativos socioambientais intimamente relacionados às intervenções realizadas.

É a partir destes resultados que há um redirecionamento na política de estratégia do Prodetur/NE na segunda fase, sendo priorizadas a reparação dos impactos negativos resultantes da primeira fase e a não repetição de tais impactos com a incorporação dos princípios do desenvolvimento sustentável.

Atualmente, a segunda etapa do Prodetur II tem como meta a melhoria da qualidade de vida da população residente nesses polos turísticos visando o desenvolvimento humano e social. Para isto foram definidas as áreas com vocação turística a serem beneficiadas pelas ações do programa com base no conceito de polos turísticos.

Os polos turísticos (Figura 2), conforme o BNDES, caracterizam-se por espaços geográficos claramente definidos, com pronunciada aptidão para o turismo que englobam em sua extensão atrativos turísticos similares e/ou complementares.



Figura 2 - Divisão em polos turísticos  
Fonte: BNDES

Foram definidos ao total 14 polos (figura 2), dentre eles está o polo Costa dos Arrecifes (tabela 2) que compreende importantes destinos turísticos do estado de

Pernambuco: Litoral Norte, Litoral Sul, Fernando de Noronha e Região Metropolitana do Recife.

Tabela 2 - Polo Costa dos Arrecifes

POLO COSTA DOS ARRECIFES				
DESTINOS TURÍSTICOS	MUNICÍPIOS	ÁREA (Km <sup>2</sup> )	POPULAÇÃO	DENSIDADE DEMOGRÁFICA
Região Metropolitana do Recife	Recife	218,435	1.537.704	7.039,64
	Olinda	41,681	377.779	9.063,58
	Jaboatão	258,694	644.620	2.491,82
Litoral Norte	Goiana	445,814	75.644	150,72
	Igarassu	305,56	102.021	333,88
	Ilha de Itamaracá	66,684	21.884	328,17
	Itapissuma	74,235	23.769	320,19
	Paulista	97,312	300.466	3.087,66
Litoral Sul	Cabo de Santo Agostinho	448,735	185.025	412,33
	Sirinhaém	374,611	40.296	107,57
	Rio Formoso	227,458	22.151	97,39
	Tamandaré	214,307	20.715	96,66
	Barreiros	233,38	40.732	174,54
	São José da Coroa Grande	69,338	18.180	262,19
	Ipojuca	527,107	80.637	152,98
Fernando de Noronha	Arquipélago de Fernando de Noronha	17,017	2.630	154,55
<b>TOTAL</b>		<b>3620,368</b>	<b>3494253</b>	<b>-</b>

Fonte: IBGE 2010

Sua extensão de cerca de 3620 Km<sup>2</sup> apresenta uma população de aproximadamente 3,5 milhões de habitantes, o que é equivalente a 39.7% de toda a população do estado de Pernambuco (8.796.448 milhões de habitantes). Sua visibilidade ao público turístico consiste na elevada variedade de elementos culturais intimamente relacionados à paisagem de sol e mar.

Tendo em vista o Plano Estratégico do Turismo de Pernambuco (2008), as localidades que compõem o Polo Costa dos Arrecifes foram divididas em dois níveis de desenvolvimento:

(i) Desenvolvimento I, que compreende destinos turísticos já consolidados, mas que necessitam de aprimoramento. Neste nível estão alocados Fernando de Noronha, Ipojuca e a Região Metropolitana do Recife (RMR). (ii) Desenvolvimento II, que abrange áreas de grande potencial de destino para o estado. Nele se concentram a região do Litoral Norte (Goiana, Igarassu, Ilha de Itamaracá, Itapissuma e Paulista) e os demais componentes da Região Sul (Barreiros, Cabo de Santo Agostinho, Sirinhaém, Rio Formoso, Tamandaré e São José da Coroa Grande).

As ações previstas englobam investimento em sinalização turística, requalificação dos meios de hospedagem, qualificação da mão-de-obra, atração de investidores para a área de eventos e hotelaria, investimento em saneamento básico, dentre outras medidas.

Nas últimas décadas, os destinos turísticos nordestinos vêm apresentando uma forte tendência na expansão e consolidação da atividade turística, de acordo com os dados fornecidos pelo Inventário de Atrativos Culturais do Estado de Pernambuco. A tabela 3 de fluxos por UF demonstra que 28,4% do total de deslocamentos são advindos da região nordestina. Contudo, apesar dessa dinâmica econômica e desenvolvimento do turismo ainda são visualizadas carências com relação à mão de obra qualificada e a infraestrutura disponível.

Os destinos mais procurados da Região Nordeste são Bahia, Ceará e Pernambuco representando 16,7% do total de fluxos turístico nacional, como evidenciam os dados disponibilizados na tabela 3.

Tabela 3 - Fluxo turístico no Brasil, por UF

UF	Doméstico	Internacional	Total	(%)
SP	39.409.012	1.135.726	40.544.738	20,7
RJ	15.798.286	473.982	16.272.268	8,3
RS	13.411.506	366.683	13.778.189	7,0
SC	13.471.292	202.337	13.673.629	7,0
BA	12.644.554	334.382	12.978.936	6,6
MG	12.014.280	416.975	12.431.255	6,3
PR	11.252.768	296.806	11.549.574	5,9

GO	10.095.549	247.666	10.343.215	5,3
CE	9.958.582	241.383	10.199.964	5,2
PE	9.623.286	302.403	9.925.689	5,1
RN	4.786.513	138.457	4.924.970	2,5
MA	4.541.117	194.112	4.735.228	2,4
PB	3.930.729	121.229	4.051.958	2,1
PI	3.843.440	105.746	3.949.186	2,0
PA	3.567.247	107.809	3.675.056	1,9
ES	3.571.052	91.608	3.662.660	1,9
AL	3.239.828	54.474	3.294.302	1,7
DF	3.117.112	113.827	3.230.939	1,6
MS	2.854.432	80.107	2.934.539	1,5
MT	2.809.745	93.630	2.903.375	1,5
AM	1.945.999	101.631	2.047.630	1,0
SE	1.613.990	46.588	1.660.578	0,8
TO	1.476.686	36.642	1.513.328	0,8
RR	736.953	38.307	775.259	0,4
RO	687.166	37.974	725.139	0,4
AC	383.096	29.176	412.272	0,2
AP	99.780	23.695	123.476	0,1
<b>Total</b>	<b>190.884.000</b>	<b>5.433.354</b>	<b>196.317.354</b>	<b>100</b>

Fonte: Inventário de atrativos culturais do estado de Pernambuco – Polo Costa dos Arrecifes – Volume 1 (2013)

O turismo no estado de Pernambuco<sup>3</sup> é um dos mais desenvolvidos da região Nordeste. Analisando as estimativas realizadas tendo como base os dados disponibilizados pelo Ministério do Turismo (2011) sobre a pesquisa de fluxos domésticos e internacionais na região (tabela 4) é visto que o estado recebeu no ano de 2011 cerca de 9,9 milhões de turistas. A receita gerada por esse fluxo foi de aproximadamente R\$ 6,4 bilhões, O maior contribuinte nesses deslocamentos são os turistas domésticos que correspondem a 96,95% do geral, o fluxo turístico internacional representa apenas 3%.

---

<sup>3</sup> Inventário de Atrativos Culturais do Estado de Pernambuco: Polo Costa dos Arrecifes – Volume I: Análise de Resultados (2013, pg. 22).

Tabela 4 - Receita Turística do Estado de Pernambuco – 2011

Fluxo Receptor	Turistas	Gasto médio <i>per capita</i> (em R\$)	Permanência (em dias)	Gasto médio <i>per capita</i> dia (em R\$)	Receita Turística (em milhões de R\$)	Receita Turística (em %)
Internacional	302.403	2.215	12,0	184,6	670	10,4
Doméstico	9.623.000	601	7,9	76,5	5.783	89,6
<b>Total</b>	<b>9.925.403</b>	<b>650</b>	-	-	<b>6.452</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Inventário de atrativos culturais do estado de Pernambuco – Polo Costa dos Arrecifes – Volume 1 (2013)

Essa evolução de fluxos e geração de receita corrobora no interesse pelo poder público de se manter, cada vez mais presente e como agente dinamizador, a atividade turística.

Já no âmbito da Lei nº 11.771 de 2008, regulamentada pelo Decreto nº 7.381 de 2010, em 2013 foi elaborado um novo Plano Nacional de Turismo cuja vigência é prevista até 2016, de acordo com as orientações do governo federal e alinhado ao Plano Plurianual 2012/2015. O principal objetivo é elevar o Brasil da sexta para a terceira posição na economia turística do planeta. Esse desafio remete a necessidade de um crescimento anual médio de 8% no turismo, o que caracteriza um grande desafio, tendo em vista que essa taxa é superior ao crescimento dessa atividade no mundo e ao aumento do PIB brasileiro. Como base foi utilizada a evolução no setor turístico de 18,5% entre 2007 e 2011 e a geração de três milhões de empregos diretos no período de 2003 e 2012.

É importante ressaltar que para atingir aos anseios se fará o uso da infraestrutura e aeroportos consolidados dando enfoque à ampliação de megaeventos e ao papel do Ministério do Turismo<sup>4</sup> como indutor de um novo momento para essa atividade no país. A Copa do Mundo de Futebol FIFA em 2014 e os Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro em 2016, são exemplos dessa nova abordagem.

---

<sup>4</sup> Foi criado sem 2003, na gestão de Luiz Inácio Lula da Silva.

É a partir desses aspectos que foram formuladas as diretrizes: incentivar o brasileiro a viajar pelo país, incrementar a geração de divisas e a chegada de turistas estrangeiros, melhorar a qualidade e aumentar a competitividade do turismo brasileiro e preparar o turismo brasileiro para os megaeventos.

Como estratégia para alcance dos objetivos acima citados foram estabelecidos dois caminhos integrados de planejamento e de implementação de políticas para o turismo brasileiro: a Agenda Estratégica do Turismo Brasileiro e os PNTs em Ação.

A Agenda Estratégica de Turismo Brasileiro (2013 - 2022) funcionará como um documento de orientação estratégica e de proposição de ações táticas para a implementação de um conjunto de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento do turismo no país.

Os PNTs em Ação são documentos de caráter executivo embasados em duas abordagens: a temática e a transversal. A primeira considera grandes temas como turismo de litoral, turismo cultural, turismo de saúde, dentre outros, cuja meta é conceber uma atuação focada nos macroambientes de negócio juntamente com a premissa de sustentabilidade, alertando para as forças e fraquezas presentes e auxiliando nas medidas e políticas a serem executadas e implementadas de forma consistente e assertiva. Já a abordagem transversal é condicionada ao entendimento do turismo a partir de uma visão integrada dos elos de sua cadeia produtiva, contribuindo em políticas públicas que impactem positivamente neste universo.

Recentemente foi divulgada pelo Ministério do Turismo (2015) uma nova forma de categorizar as cidades brasileiras (figura 3), através da avaliação do desempenho econômico pelos números de emprego, estabelecimentos no setor de hospedagem e o fluxo turístico nacional e internacional.

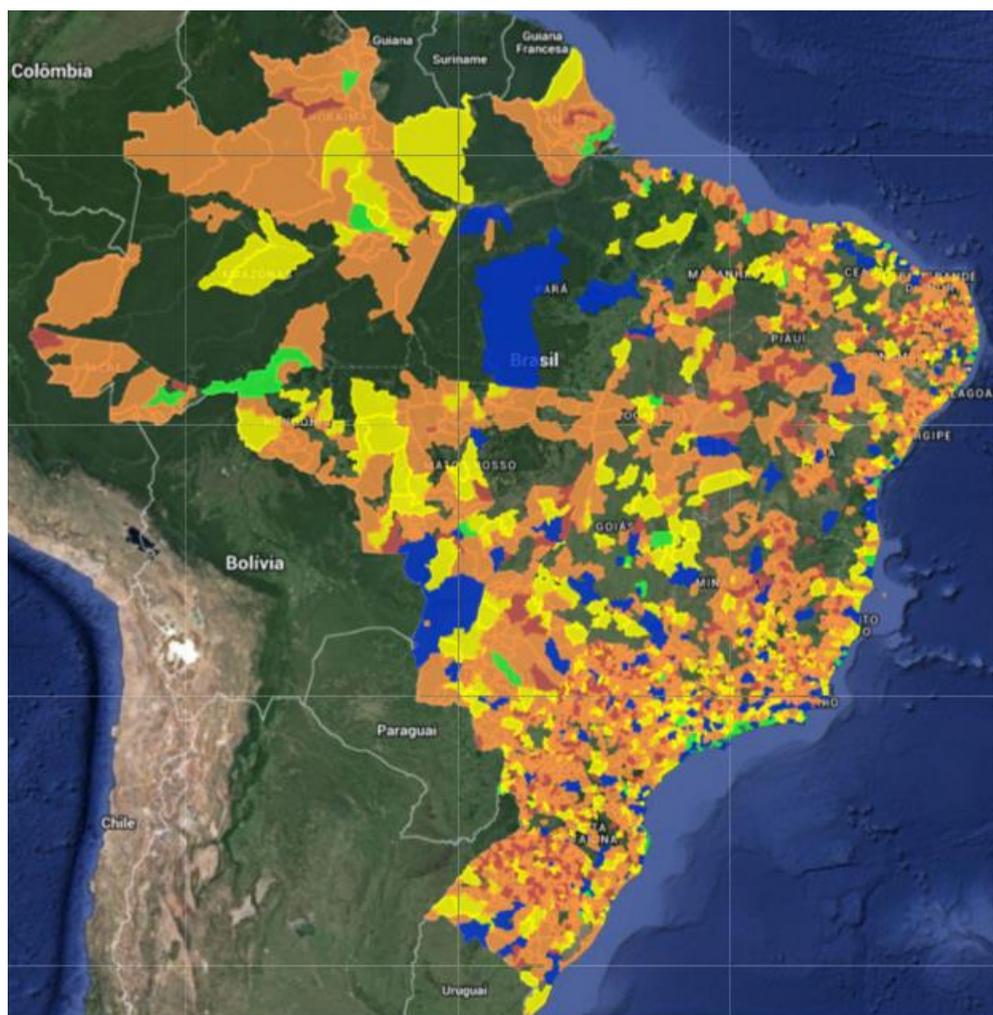


Figura 3 - Categorização dos municípios brasileiros

Fonte: Ministério do Turismo (2015)

Os principais objetivos dessa categorização são aprimorar os critérios para a definição de políticas públicas para o setor turístico e auxiliar na tomada de decisões de acordo com o desempenho econômico do turismo em cada localidade.

“A ferramenta oferece elementos para aprimorar a gestão do turismo; ajuda a otimizar a distribuição de recursos e promover o desenvolvimento do setor. A intenção não é hierarquizar os municípios, mas sim agrupá-los de forma que possamos traçar parâmetros para atendimento a diferentes necessidades”, disse o ministro do Turismo, Henrique Eduardo Alves (2015).

A categoria A reúne os destinos com melhor desempenho na economia do turismo. É composta por 51 municípios e 27 capitais brasileiras, correspondendo a 47% da estimativa de fluxo turístico doméstico do Brasil e 82% do Internacional. Em Pernambuco, a capital Recife e o município de Ipojuca (Porto de Galinhas) foram os únicos a conquistarem a categoria A (figura 4).

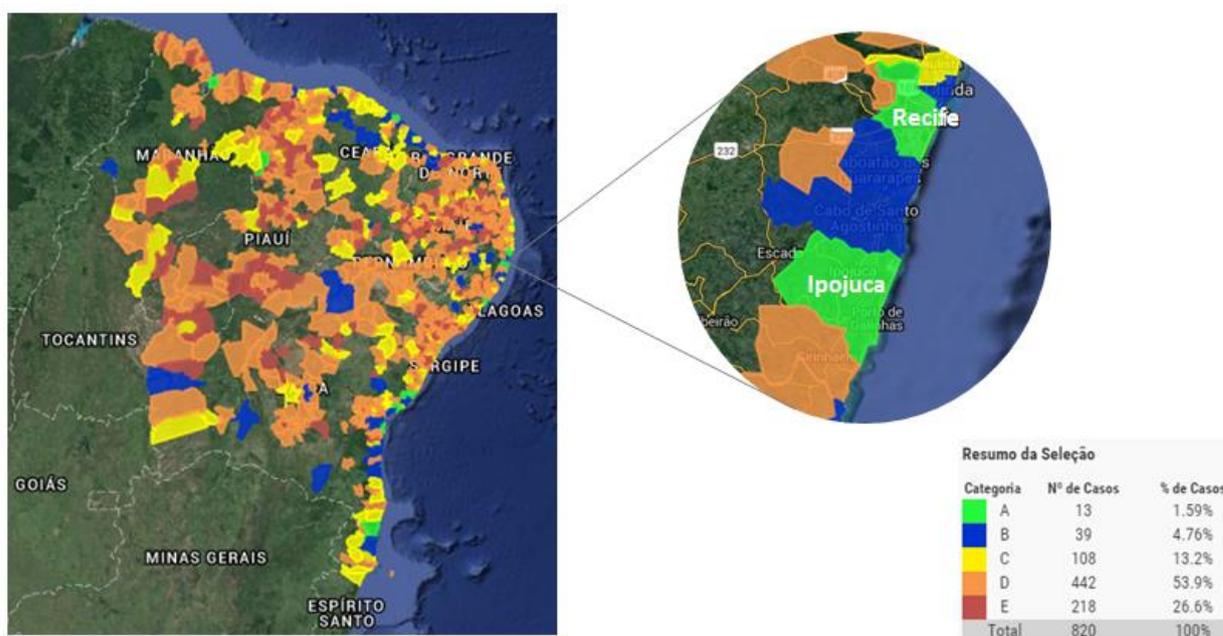


Figura 4 - Categorização dos municípios nordestino  
Fonte: Ministério do Turismo (2015)

A categoria B compreende 167 municípios e junto ao grupo A respondem a 68% do fluxo doméstico brasileiro e 97% do internacional. O grupo C é composto por 504 municípios representando 15% do total. Já os grupos D e E reúnem os municípios com menor fluxo de turistas e empregos formais no setor.

Entender as políticas públicas criticamente possibilita analisar como o processo de transformação do espaço, explicado pela necessidade da atividade turística como fonte de progresso e “desenvolvimento”, impacta diretamente na dinâmica local e nas relações sociais.

Como foi exposto anteriormente ao intervir em uma malha urbana consolidada são adicionadas novas verticalidades, que passam a afetar a população nativa, seja pela mudança de hábitos até a subversão de valores, na qual parte seleta da sociedade é que detém os lucros advindos, mas que não são repassados em melhorias para o coletivo.

Há uma grande diferença entre desenvolvimento e crescimento econômico<sup>5</sup>. Desenvolver envolve toda uma conjuntura a respeito dos processos econômico, social, cultural e político abrangente, cuja finalidade é ampliação das escolhas das pessoas para que estas tenham o direito e a oportunidade para serem aquilo que desejam ser, diferentemente do crescimento econômico que caracteriza o bem-estar da sociedade por recursos quantitativos de geração de renda. Segundo a PNDU, a renda é importante, mas como um dos meios do desenvolvimento e não como o seu fim (PNDU, 2015).

Isso posto, passamos agora a analisar a configuração espacial de Ipojuca que como vimos responde por um município com melhor desempenho turístico de Pernambuco.

---

<sup>5</sup> Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNDU, 2015).

<http://www.pnud.org.br/IDH/DH.aspx?indiceAccordion=0> Acesso em out/2015

## 2. CONHECENDO O MUNICÍPIO DE IPOJUCA

### 2.1. LOCALIZAÇÃO

O município de Ipojuca apresenta 527,107Km<sup>2</sup> de extensão, o que equivale a 0,5% do estado de Pernambuco, confirmando a sua posição como o maior município da Região Metropolitana do Recife (RMR). A faixa litorânea de Ipojuca, por sua vez, representa 2,18% de todo o território do município, com uma área de 11,54Km<sup>2</sup>. Apresenta como confrontante (figura 5) ao norte o Município do Cabo de Santo Agostinho, ao sul com o Município de Sirinhaém, a leste com o Oceano Atlântico e a oeste com o município de Escada.

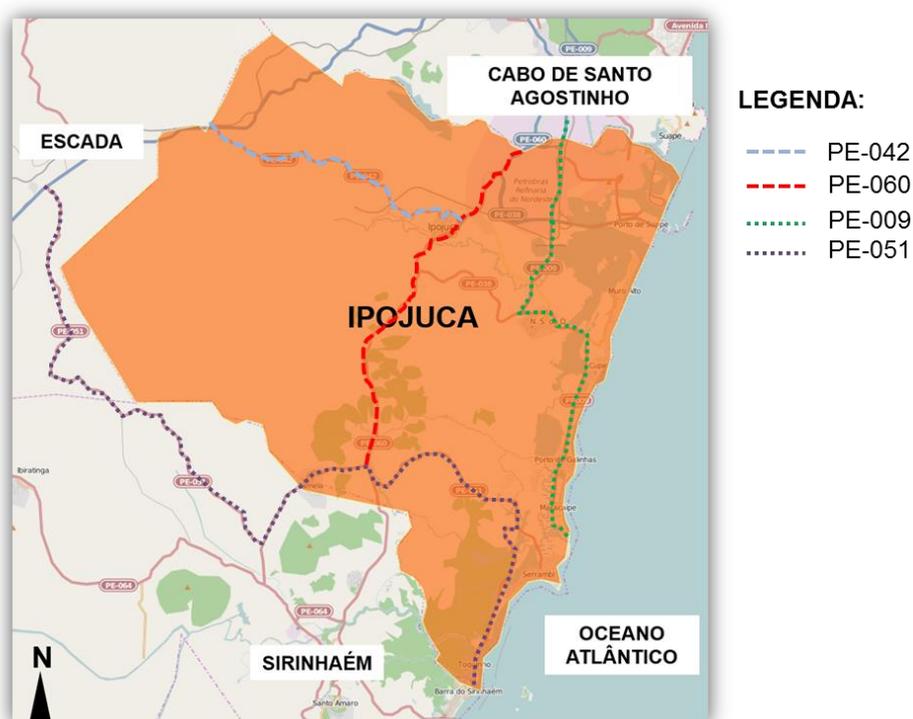


Figura 5 - Mapa de Ipojuca  
Fonte: IBGE

Situado na mesorregião Metropolitana do Recife e na Microrregião de Suape, Ipojuca consolida uma área estratégica de desenvolvimento. O município é constituído pela Sede de Ipojuca, o Distrito de Nossa Senhora do Ó e Camela, além

dos povoados de Muro Alto, Porto de Galinhas, Cupe, Maracaípe, Serrambi, Touquinho e Suape, apresentando uma densidade demográfica de 152,98Hab/Km<sup>2</sup>.

Sua localização privilegiada no litoral sul do Estado de Pernambuco, distante cerca de 52 Km da metrópole de Recife contribuiu para o seu desenvolvimento. É dentro desse aspecto que pode-se observar a condicionante fluidez ao qual o território está inserido, formalizado por Milton Santos:

Uma das exigências do mundo atual é a fluidez para circulação de ideias, mensagens, produtos ou dinheiro, interessando aos atores hegemônicos. [...] A fluidez é, ao mesmo tempo, uma causa, uma condição e um resultado. (Santos, 1996 apud Cruz, 2007, p. 28)

Cruz (2007) revela que no que se refere às políticas públicas, a rodoviarização do país e de seus traçados litorâneos tinha como objetivo promover a integração nacional e a melhor fluidez de mercadoria, além de criar as condições materiais para a reprodução ampliada do capital associada ao turismo.

O acesso ao município desde a década de 70 era concentrado na BR-101 e na PE-060 (foto 01), ambas requalificadas e ampliadas atualmente visando à maior integração do território, tendo em vista a regularidade na passagem de ônibus fretados e de linhas que garantem o transporte de moradores e turistas na região, além da circulação de produção econômica. As vias que dão acesso ao litoral do município são a PE-038, a PE-009 e a PE-051. O acesso ao pontal de Maracaípe é realizado por meio de uma estrada vicinal.



Foto 1 - PE-60: entrada de Ipojuca em direção ao litoral Sul (1991)

Fonte: Ipojuca: passado, presente e futuro do Município que mais cresce em Pernambuco/ Arnaud Mattoso (2013)

Em 2014 foi criado um novo eixo de interligação com 44 Km de extensão, visando ligar o Complexo Industrial Portuário de Suape às praias do Litoral Sul de Pernambuco – como Porto de Galinhas, Muro Alto e Maracaípe. Seu acesso é realizado através da via expressa concessionada que começa na BR-101, na altura do Hospital Dom Hélder Câmara, no Cabo de Santo Agostinho, até a PE-038, no distrito de Nossa Senhora do Ó, em Ipojuca, facilitando acesso às praias do Litoral Sul.

A passagem por esta via implica no pagamento de uma tarifa que é administrada pela concessionária Rota do Atlântico. A vantagem deste acesso é a redução do trajeto em 8,0Km combinado com o tráfego contínuo, melhor condição do pavimento e a diminuição no fluxo de caminhões, o que tem seduzido cada vez mais os turistas na sua utilização.

## 2.2. BREVE HISTÓRICO

O povoamento da área se deu inicialmente pela exploração do pau-brasil. De 1500 a 1530, a praia de Porto de Galinhas subsidiava a madeira contrabandeada por piratas franceses aliados aos índios Caetés, funcionando como porto de exploração deste produto. Neste período da chegada dos portugueses, o município era coberto pela Mata Atlântica ou mata costeira do tipo Floresta Tropical.

Posteriormente, em 1560 é iniciada a colonização de Ipojuca com a expulsão dos índios Caetés do litoral sul de Pernambuco. Essa manobra possibilitou aos colonos o domínio sobre as terras e o conseqüente cultivo da cana-de-açúcar. Esta atividade foi responsável pela devastação da maioria da vegetação nativa, para uso do solo rico em massapé, que contribuiu de forma significativa na divisão territorial repleta de engenhos. Como afirma Mattoso “Apenas quarenta anos depois da chegada de Duarte Coelho, Pernambuco já contava com cerca de sessenta engenhos, muitos localizados em terras ipojucanas”. (Mattoso, 2013, pg. 21).

É em 30 de março de 1846, que o município é desmembrando do Cabo de Santo Agostinho sendo elevado a condição de cidade com a denominação de Ipojuca em 06 de junho de 1896. O nome Ipojuca remete a sua inserção nas bacias dos rios translitorâneos Ipojuca e Sirinhaém e do grupo de pequenos rios litorâneos formado pelos rios Massagana, Merepe e Maracaípe.

Mattoso (2013) revela que a história do município a partir de sua criação em 1846, foi de disputa pela sede e pelas tentativas de emancipação política de Nossa Senhora do Ó. Durante o período de 1846 a 1891 a sede municipal oscilou entre São Miguel de Ipojuca e Nossa Senhora do Ó.

A monocultura da cana-de-açúcar por anos dominou o cenário econômico de Ipojuca. As primeiras mudanças no povoamento começaram nos últimos 30 anos com a consolidação de Porto de Galinhas como destino turístico. Juntamente a esse novo eixo econômico pode-se somar o Complexo Industrial Portuário de SUAPE, ambas proporcionaram a instalação de um novo perfil socioeconômico na região.

O município passou por um acelerado processo de urbanização a partir da década de 70, devido à “descoberta” das praias do Litoral Sul como opção de veraneio e lazer de fim de semana e também pela implantação do Programa Nacional do Álcool (Proálcool).

Segundo Carvalho (2009), foram os pernambucanos que “invadiram” essa parte do litoral instalando-se em segundas residências, entretanto a visibilidade ofertada pela mídia despertou o interesse não só de turistas nacionais e internacionais como também de investidores, desejosos de construir na localidade meios de hospedagem luxuosos.

Carvalho (2009) continua ao afirmar, que esse apetite imobiliário acarretou no deslocamento involuntário da população residente dessas áreas litorâneas para a região mais central do município.

O primeiro caso inicia-se pela implantação ao longo de toda a orla de loteamentos de veraneio: Marinas do Aquirá, Enseada de Serrambi, Ponta de Serrambi e Merepe, em Ipojuca. A ocupação destes loteamentos acontece de forma acelerada na década de 80 e sua Implantação estruturou-se com freqüência na destruição das dunas, aterro de mangue, maceiós e gamboas além de privatização de trechos da praia através de muros, rampas e outras construções que impedem o livre acesso do público a essas áreas<sup>6</sup>.

Lima (2006 apud Carvalho, 2009, p.78) aborda que esses loteamentos representavam novos núcleos urbanos dentro da cidade preexistente, desenvolvendo no sentido da orla, ao mesmo tempo, em que se distanciavam do centro.

Surgem, assim, as chamadas “cidades fantasmas” que apresentam intenso movimento nos meses de dezembro a fevereiro e em feriados prolongados,

---

<sup>6</sup> Diagnóstico Socioambiental – Litoral Sul de Pernambuco – Maio 1999 (CPRH, 2001, pg.25).

permanecendo adormecidas nas demais épocas do ano, quando moradias, em geral de alto padrão, pousadas, mercadinhos, padarias, lanchonetes e outros serviços cerram as portas até a próxima temporada. Idêntica queda de movimento observa-se nos núcleos urbanos à retaguarda desses loteamentos cuja população permanente representa, às vezes, menos de um quarto do contingente urbano que utiliza o comércio e os serviços desses núcleos no curto período da alta estação. (CPRH,1999, pg.22).

Os investimentos em novos equipamentos de apoio à atividade turística juntamente com a implantação de infraestrutura potencializaram a ocupação da orla marítima. É nesse período que surgem novos meios de hospedagem: os hotéis, resorts e condomínios fechados para segunda residência, estimulados pelo macroprojeto de desenvolvimento do turismo no Litoral Sul, resultado do incentivo proporcionado primeiro pela Política de Megaprojetos (Projetos Costa Dourada) e depois pelo PRODETUR/NE, através dos recursos capitaneados pelo Polo Costa dos Arrecifes.

Já o segundo caso foi o Programa Nacional do Álcool, criado pelo Decreto 76.593 de 14/11/1975, que objetivava a produção em larga escala de álcool carburante a partir da cana-de-açúcar. Desta maneira promoveu o desenvolvimento de destilarias e o aumento da demanda de matéria-prima, acentuando a cultura da cana.

Entretanto, a expansão e a procura por novas propriedades para subsidiar o programa culminou na expulsão de grande parcela da população do campo e proletarização do pequeno produtor, intensificando a ocupação irregular nas periferias das cidades. Não menos significativos foram os impactos do PROÁLCOOL sobre os recursos naturais, figurando como principais a destruição de matas e capoeiras e o aumento considerável da poluição fluvial (Andrade & Lins, 1984 apud CPRH: 1999, pg. 28).

Na década de 90 a crise do setor sucroalcooleiro resultou no fechamento de várias usinas e o aumento na taxa de desemprego na zona rural. Como resultado da crise,

ressurge a tendência de parcelamento da terra, agora em bases diversas daquelas que a nortearam nas décadas anteriores<sup>7</sup>.

Nessa nova fase, o programa de reforma agrária implementado pelo Governo Federal através do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e pelo Governo Estadual através do FUNTEPE (Fundo de Terras de Pernambuco) já não encontra resistência do setor canavieiro que, endividado, tem na venda/desapropriação do patrimônio fundiário a “solução” de parte de seus problemas.

Outro aspecto a ressaltar, foi à transferência de Ipojuca da Zona da Mata Sul do Estado para a Mesorregião Metropolitana do Recife em 1994. Essa inclusão do município propiciou a abertura deste para estratégias que visassem o turismo e a indústria como vias de forte expressão econômica. Simultaneamente, Ipojuca também integra a Microrregião de SUAPE.

É neste panorama que a população expulsa do campo passa a ocupar as periferias das cidades, criando bolsões de pobreza, ao habitarem áreas inapropriadas, tais como manguezais, declives e alagados. Essa migração do campo para a cidade é observada pelos dados populacionais, descritos na tabela 5, relativos ao censo do IBGE que no ano de 1991 mostra uma população de 45.424 pessoas distribuídas de forma quase equivalente entre a área urbana e rural, passando em 2000 para 59.281 habitantes, ano em que o grau de urbanização passa para 67,98%.

Esse aumento expressivo continua nos anos seguintes. Em 2010 a população totaliza 80.637 pessoas, atingindo uma taxa de urbanização igual a 74,05%. A estimativa para o ano de 2014, segundo dados do IBGE, é um aumento de aproximadamente 9.000 pessoas, totalizando uma população de 89.660 habitantes distribuídos em toda a extensão do município.

---

<sup>7</sup> Diagnóstico Socioambiental – Litoral Sul de Pernambuco – Maio 1999 (CPRH, 2001).

Tabela 5 - Crescimento populacional e grau de urbanização de Ipojuca

Ano	População Urbana	População Rural	População Total	Taxa de crescimento	Grau de Urbanização
1991	25.168	20.256	45.424	-	55,40%
2000	40.310	18.971	59.281	1991 – 2000 = 30,50%	67,98%
2010	59.719	20.918	80.637	2000 – 2010 = 36,02%	74,05%

Fonte: IBGE 1991, 2000, 2010

Segundo Mattoso (2013), esse crescimento expressivo é consequência do aumento de interesse turístico pelo destino Porto de Galinhas, que deu maior visibilidade da paisagem constituída de sol e praia para os olhares nacionais e internacionais.

Como afirma França (2007), apesar da alta taxa de urbanização, de possuir em seu território um dos mais modernos complexos industrial e portuário (Suape) e uma das mais competitivas destinações turísticas do Nordeste (Porto de Galinhas), Ipojuca apresenta estrutura fundiária extremamente concentrada onde a maior parte do seu território pertence a duas Usinas: Salgado e Ipojuca além de 58 engenhos. Esta situação contribuiu na estrutura socioeconômica de Ipojuca, tendo em vista os rebatimentos sociais na atualidade.

No passado o município de Ipojuca chegou a possuir cerca de 70 engenhos que funcionavam como importantes vetores na exportação de açúcar para os países europeus. Contudo, a industrialização acelerada culminou na perda de função e das características dessas estruturas. A redução no número de engenhos, como descreve Mattoso (2013), teve como principal causa à pressão imobiliária sofrida por terras para novos empreendimentos.



Figura 6 - Limite da área do empreendimento (destacada em verde) e a sede do município de Ipojuca

Fonte: Engenho Trapiche - Relatório de Impacto Ambiental-RIMA (2013)



Figura 7 - Imagem aérea com o Mapa do Plano Urbanístico – Engenho Trapiche

Fonte: Engenho Trapiche - Relatório de Impacto Ambiental-RIMA (2013)

Como exemplo tem se o Engenho Trapiche. Segundo o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) realizada pela CPRH (2013), o projeto estabelecido para a área

pretende implantar um projeto de bairro estruturado, voltado para atender as demandas por serviços, comércio, lazer e moradia. É importante ressaltar a área territorial a ser ocupada, aproximadamente mais de duas vezes o território de Ipojuca Sede, como pode ser visualizado nas figuras 6 e 7.

Sem dúvida trata-se de uma produção do espaço totalmente apartada de sua origem, Ipojuca Sede, podendo ser considerada uma verticalidade, como aborda Milton Santos, planejada para atender demandas estranhas às carências da população autóctone, como poderá ser observado, ao se analisar os dados socioeconômicos de Ipojuca.

### **2.3. CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA**

#### *FINANÇAS PÚBLICAS E QUALIDADE DE VIDA*

A diversificação do eixo econômico ipojuquense sobreposto às atividades produtivas, o setor industrial e portuário de Suape e os serviços intimamente relacionados ao turismo, contribuem de forma significativa no crescimento econômico da região.

A localização privilegiada em relação aos mercados do Nordeste e a configuração natural foram fatores determinantes para a instalação do complexo de Suape, sendo necessária a desapropriação de cerca de 13.500 hectares de terra no ano de 1978.

Apesar de seu impulso no território ipojucano, Suape opera com relativa independência em relação ao município devido a situação jurídico-institucional do enclave, federalizado pela portaria nº57/92 do Departamento Nacional de Transportes Aquaviários –DNTA.

Já a atividade turística se deu inicialmente pela disposição de segundas residências, tidas como opções de fuga a poluição e congestionamento dos centros urbanos da capital. Era a possibilidade de apoderamento do tempo livre proporcionado pela redução das jornadas de trabalho e a concepção de status para quem as possuísse.

É a partir de 1994, através das políticas públicas da PRODETUR/NE que esta atividade passa a ser incentivada e desenvolvida a fim de seduzir o mercado nacional e internacional. É nesse sentido que há uma delimitação no uso do espaço para o lazer, cabendo aos moradores adaptar-se as novas demandas.

Tabela 6 - Evolução do PIB de Ipojuca

ANO	ORIGEM	VALOR ( em mil reais)	%
2000	Agropecuária	15.321	1,11%
	Indústria	123.663	8,96%
	Serviços	913.256	66,17%
	Impostos	327.926	23,76%
	Total	1.380.166	100,00%
2011	Agropecuária	15.020	0,16%
	Indústria	1.905.792	19,82%
	Serviços	4.406.724	45,82%
	Impostos	3.289.648	34,21%
	Total	9.617.184	100,00%

Fonte: IBGE 2000 e 2011



Gráfico 1 Evolução do PIB de Ipojuca

Fonte: IBGE 2000 e 2011

Segundo a tabela 6 e o gráfico 1 acima, a variação decorrente posterior à decadência do setor sucroalcooleiro na década de 1990, demonstra a sobreposição deste pelas novas atividades. Tanto no ano de 2000 quanto em 2011 o PIB teve como maior contribuinte a área de serviços, revelando os incentivos ao desenvolvimento da atividade turística tida como fonte preciosa de renda, embora se observe um aumento significativo de PIB no setor industrial, o que se deve a instalação de Suape.

Outro aspecto a ser abordado é a variação de 596% do PIB durante os anos de 2000 e 2011, colocando Ipojuca na posição de segundo maior PIB de Pernambuco, com arrecadação total de R\$ 9,5 bilhões, quase um terço do que é produzido na capital, Recife.

Tabela 7 - Número de empregados no mercado formal, por setores de atividades

Ano	Total	Agropecuária	Extrativa Mineral	Indústria de Transformação	Construção Civil	Serviços Industriais de utilidade pública	Comércio	Serviço	Administração Pública
2013	70.900	1.029	66	19.789	24.862	35	3.801	16.576	4.742
2012	75.122	1.673	61	14.673	29.568	25	12.994	13.443	2.685
2011	62.199	417	49	13.483	28.119	13	3.049	12.736	4.333
2010	47.019	217	39	11.385	19.263	18	2.755	9.416	3.926
2009	27.459	261	191	9.842	4.805	14	2.544	7.196	2.606
2000	8.836	482	26	3.269	365	38	1.019	2.316	1.321
1997	9.450	3.065	26	3.094	163	-	565	1.051	1.485

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego

No tocante a demanda turística e aos serviços relacionados à atividade observa-se que, segundo a prefeitura de Ipojuca, o fluxo turístico no ano de 2009 se revelou extremamente positivo para o turismo recebendo o município cerca de 600 mil visitantes. A meta estabelecida para 2010 era a chegada em torno de 720 mil

turistas, ou seja, um aumento de 20%, incentivados por investimentos de aproximadamente R\$ 2 milhões. Essa sedução proporcionada pelas estatísticas incide sobre a tabela 7 e o gráfico 2 abaixo ao mostrar um crescente no número de trabalhadores intimamente relacionados à atividade de serviços e comércio.

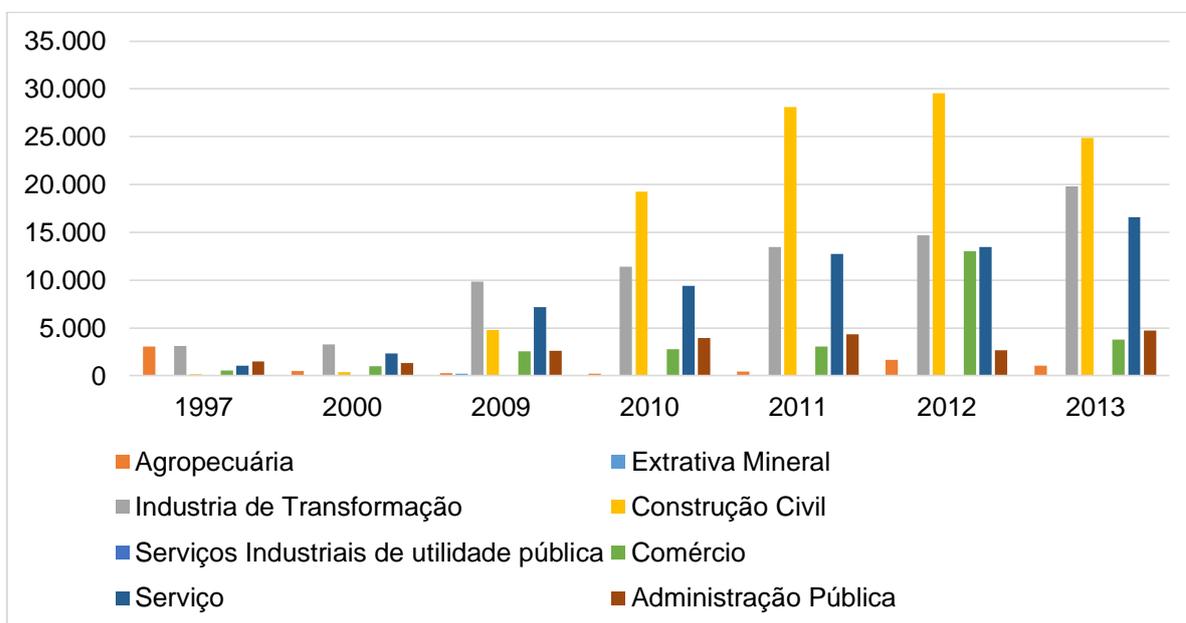


Gráfico 2 - Evolução do número de empregados no mercado formal, por setores de atividades

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego

É importante ressaltar como afirma Molina (2005) que o turismo é uma atividade altamente sazonal (há altas e baixas temporadas num mesmo ano) e como consequência tem-se a geração de grande quantidade de empregos instáveis, visto que à queda de fluxo turístico resulta na dispensa de parte dos trabalhadores.

Outro aspecto que chama bastante atenção é a evolução acentuada no setor da construção civil, a principal causa foi como revela Mattoso (2013), a construção de mais de 50 empresas de 2007 a 2010 objetivando o fortalecimento dos polos de geração de energia, alimentos e grãos. [...] os investimentos privados somaram mais de US\$ 22 bilhões e foram gerados 15 mil empregos diretos e mais 40 mil na construção civil. Apesar desses dados animadores é observado que no período de

2012/2013 começa a decair o número de pessoas ocupadas na construção civil, alertando para a característica temporal desse trabalho.

Tabela 8 - Número de empregados por grau de instrução no mercado formal, segundo as atividades econômicas

Municípios / Atividades econômicas	Total	Analfabeto	Até o 5º ano incompleto do ensino fundamental	5º ano completo do ensino fundamental	Do 6º ao 9º ano incompleto do ensino fundamental	Ensino fundamental completo	Ensino médio incompleto	Ensino médio completo	Educação superior incompleta	Educação superior completa	Mestrado completo	Doutorado completo
<b>Total</b>	<b>70.900</b>	<b>730</b>	<b>5.550</b>	<b>1.863</b>	<b>5.691</b>	<b>6.204</b>	<b>6.282</b>	<b>36.757</b>	<b>1.809</b>	<b>5.899</b>	<b>100</b>	<b>15</b>
<i>Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca</i>	1.029	86	688	67	89	49	11	30	2	7	-	-
<i>Extrativa mineral</i>	66	-	6	11	8	6	2	28	1	4	-	-
<i>Indústria de transformação</i>	19.789	570	2.047	379	1.092	1.656	1.083	10.766	555	1.626	12	3
<i>Serviço industrial de utilidade pública</i>	35	-	1	1	2	6	4	17	2	2	-	-
<i>Construção civil</i>	24.862	28	1.637	549	3.188	2.611	3.406	12.123	402	914	2	2
<i>Comércio</i>	3.801	8	24	29	109	253	233	2.159	99	853	31	3
<i>Serviços</i>	16.576	38	796	704	1.191	1.592	1.387	8.888	668	1.259	47	6
<i>Administração pública</i>	4.742	-	351	123	12	31	156	2.746	80	1.234	8	1

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego - 2013

Ao cruzar os dados referentes às vagas de emprego e o número de empregados por grau de instrução (tabela 8) é observado que 36,86% apresentam o ensino médio incompleto e que apenas 8,32% têm o ensino superior completo.

Essa falta de qualificação da mão-de-obra conduz a uma evasão desses empregos, que passam a ser ocupados por pessoas residentes de outros municípios. Segundo

dados coletados do censo IBGE (2010) com relação a pessoas de 10 anos ou mais que trabalham no município de residência, verificou-se a quantidade de 26.462 pessoas, o que é conflitante com o número de empregos fornecidos pelos setores, ressaltando a absorção destas vagas por profissionais capacitados de outros locais.

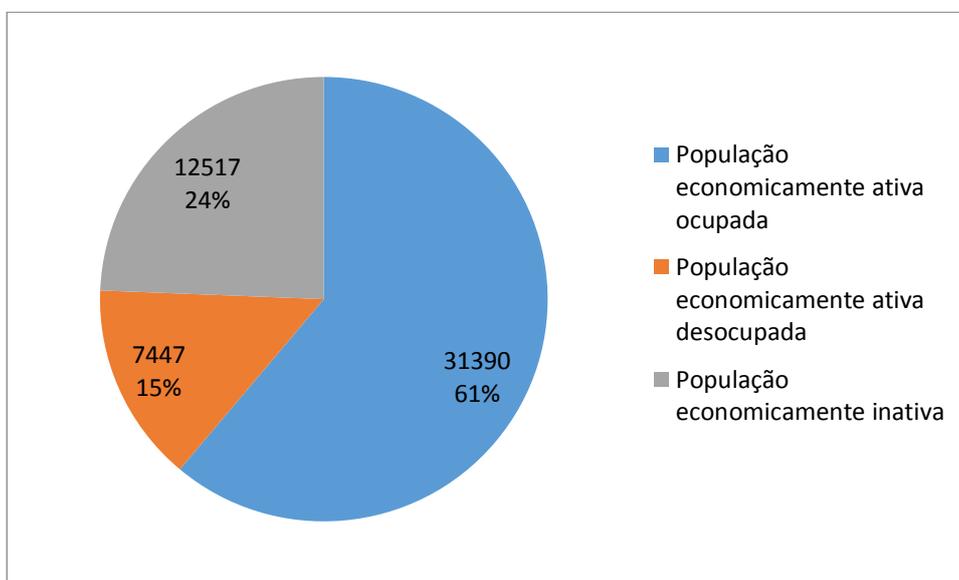


Gráfico 3 Composição da população de 18 anos ou mais de idade – 2010

Fonte: PNUD, Ipea e FJP

De acordo com o Atlas do Brasil (2010), Ipojuca apresenta uma população de 38.837 pessoas ativas equivalente 76,00% destas: 61% são consideradas ocupadas e 15% desocupadas. A população inativa corresponde a 12.517 pessoas, igual a 24% (gráfico 3).

Segundo o IBGE, a população economicamente ativa compreende o potencial de mão-de-obra com que pode contar o setor produtivo. É composta pelas pessoas de 10 a 65 anos de idade. A população ocupada refere-se às pessoas, que no período em que foi realizado o levantamento de dados, possuíam um emprego. Em compensação a população desocupada caracteriza por pessoas que não tinham trabalho na data de referência, mas que estavam dispostas a trabalhar.

Apesar de um aumento efetivo da taxa relacionada à população economicamente ativa ocupada (em 2000 era de 55,09%), ainda é verificado um baixo nível educacional dos ocupados. Segundo a tabela 9, 48,09% apresentam o fundamental completo e 32,34% o ensino médio completo. Esses dados, disponibilizados pelo Atlas do Brasil, apontam para a defasagem no ensino oferecido, cujo rebatimento é sentido nos cargos e no rendimento médio, no qual 84,78% dos ocupados alcançam uma renda média de até 02 salários mínimos. (Tabela 9).

Tabela 9 - Ocupação da população de 18 anos ou mais - Ipojuca - PE

	2000	2010
Taxa de atividade	55,09	61,53
Taxa de desocupação	22,15	14,35
Grau de formalização dos ocupados - 18 anos ou mais	56,74	61,54
<b>Nível educacional dos ocupados</b>		
% dos ocupados com fundamental completo	29,74	48,09
% dos ocupados com médio completo	17,36	32,34
<b>Rendimento médio</b>		
% dos ocupados com rendimento de até 1 s.m.	69,05	21,74
% dos ocupados com rendimento de até 2 s.m.	91,46	84,78
Percentual dos ocupados com rendimento de até 5 salários mínimo	98,03	96,77

Fonte: PNUD, Ipea FJP

Tais indicadores apontam para o acúmulo de um déficit educacional, responsável por comprometer a inserção dos ipojuicanos nestes novos postos de trabalho. Apreende-se também deste dado fornecido pelo Atlas do Brasil que apesar do Complexo de Suape e o setor de turismo apresentarem uma expansão contínua e prevista não foram tomadas medidas políticas eficientes de educação e formação profissional, rebatendo na população. É diante deste cenário que fica evidente a incapacidade do município na repartição dos dividendos desse crescimento elevado do PIB com a população local.

Como forma de mensurar o grau de desenvolvimento econômico e a qualidade de vida oferecida à população foi analisado o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Através da junção de indicadores englobados por este índice tais como, expectativa de vida, taxa de alfabetização da população e renda, foi constatada uma disparidade: apesar de se encontrar como o segundo maior PIB de Pernambuco, o Município de Ipojuca contempla, ao mesmo tempo, o 43º lugar no ranking estadual do IDH.

Embora o IDH se condicione de forma abrangente e envolva indicadores<sup>8</sup> de forma parcial, ainda sim, é um instrumento de notória importância para medir o bem-estar das pessoas, visto que esse indicador se comporta como elemento de análise das políticas públicas de desenvolvimento, ao avaliar a repercussão destas para a promoção da qualidade de vida da população local.

É diante dessa reflexão que o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento alega:

A abordagem de desenvolvimento humano procura olhar diretamente para as pessoas, suas oportunidades e capacidades. A renda é importante, mas como um dos meios do desenvolvimento e não como seu fim. (PNDU: 2015)

Para efeito de análise o PNDU estabeleceu 03 categorias para a medição, consideradas na figura 8:

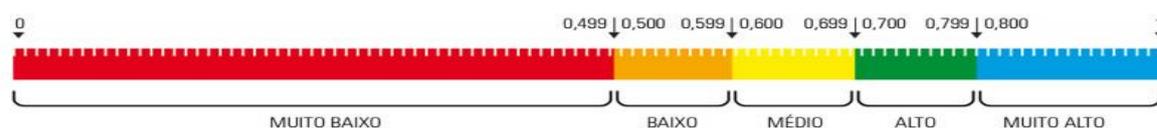


Figura 8 - Faixas de Desenvolvimento Humano

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013 - PNDU

<sup>8</sup> Educação, longevidade e renda.

No caso de Ipojuca, levando em consideração o ano de 2010, o IDH foi de aproximadamente 0,619, localizando o município na 43ª posição do ranking estadual (PNDU), essa média é inferior à média de Pernambuco (0,673) e a do país (0,715). De acordo com os dados, divulgados pelo PNDU, a longevidade foi um componente em ascensão correspondendo à tendência nacional, apresentando uma taxa de 0,774, já a educação foi o componente que mais interferiu nesse índice baixo, com a taxa desse segmento de apenas 0,499 (Gráfico 4).

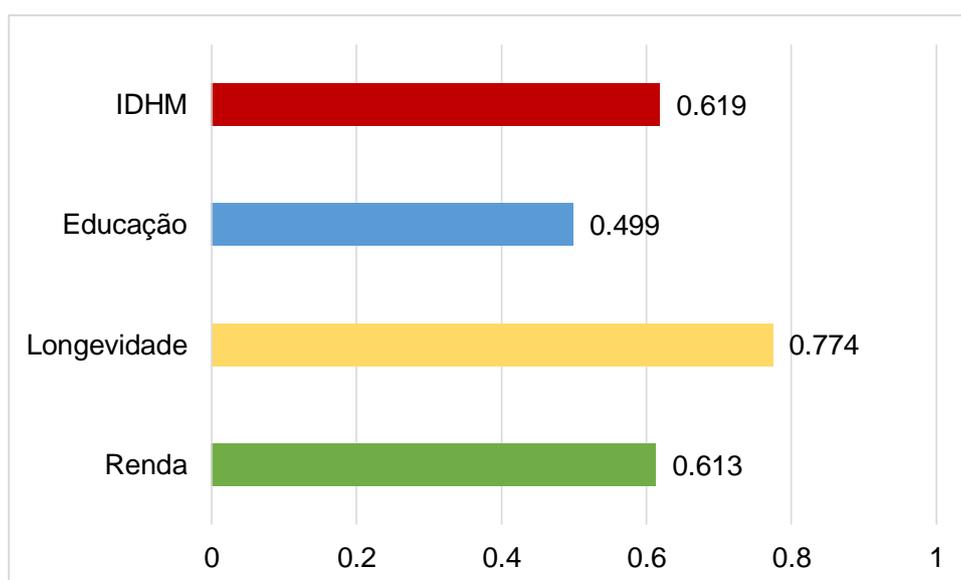


Gráfico 4 IDH, Renda, Longevidade e Educação de Ipojuca 2010

Fonte: PNUD, Ipea e FJP

A longevidade é um reflexo de uma tendência nacional. No município de Ipojuca a esperança de vida ao nascer cresceu, passando de 67,7 anos em 2000 para 71,4 anos em 2010. No Brasil esse aumento foi de 5,3 anos, apresentando em 2010 uma taxa de 73,9 anos.

A população de Ipojuca (tabela 10), segundo dados do IBGE (2010), é predominantemente adulta (20-59 anos) totalizando mais da metade da população 53,57%, entretanto a partir dos 60 anos diminui para 10,53%.

Tabela 10 - Pirâmide Etária do Município de Ipojuca - 2010

Faixa Etária	Qnt. De Pessoas	%
Crianças (0-12 anos)	20.354	25,24%
Adolescente (13-19 anos)	11.687	14,49%
Adulto (20-59 anos)	43.200	53,57%
Adulto > 60 anos	8.493	10,53%
Acima de 100 anos	5	0,006%
População Residente total	80.637	100%

Fonte: IBGE 2010

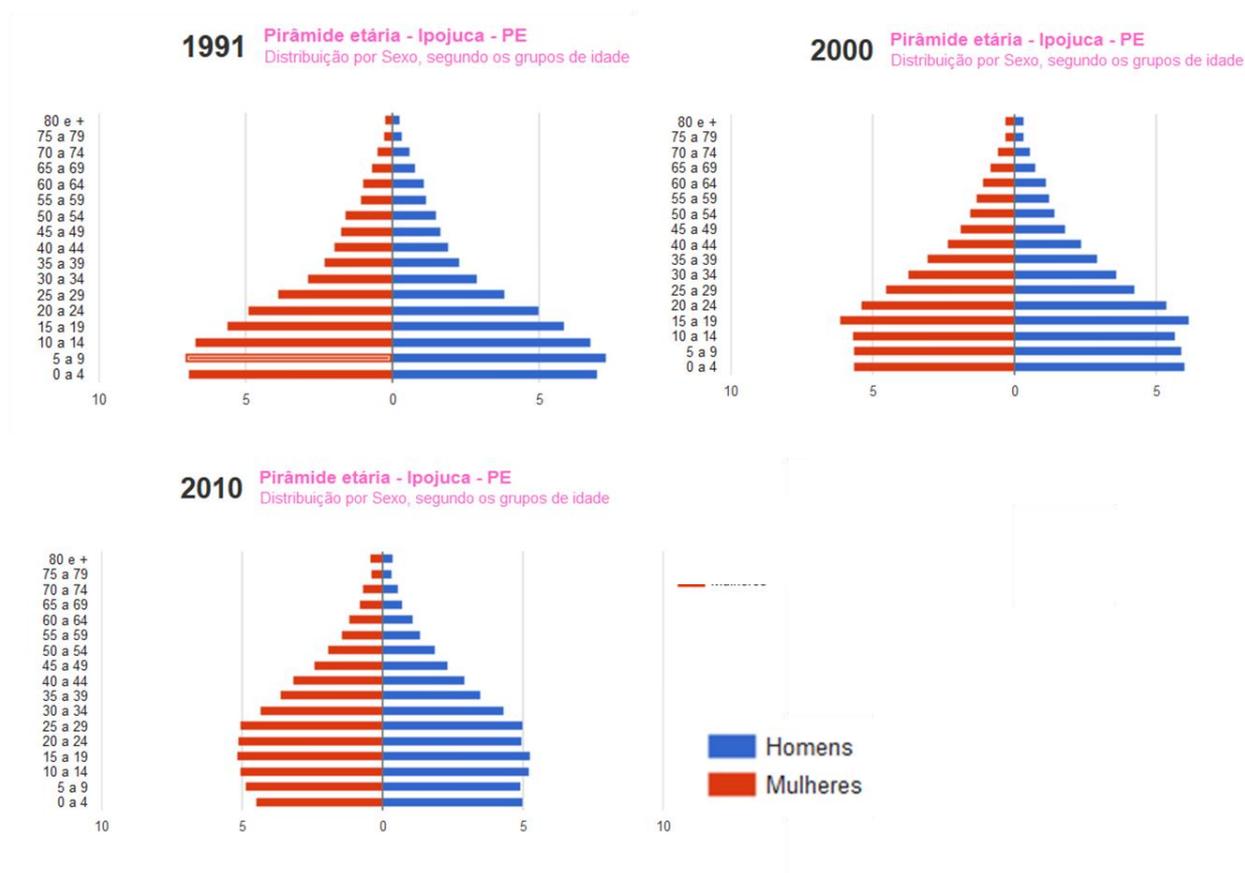


Figura 9 - Comparativo das pirâmides etárias de Ipojuca (1991, 2000 e 2010)

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013

Essa estrutura etária (figura 9) conduz a uma razão de dependência de 50,76% esta, por sua vez, é entendida como o percentual da população com menos de 15 anos e mais de 65 (população dependente) em relação à população com idade entre 15 a 64 anos (população ativa). Esse cenário de alargamento do pico da pirâmide e estreitamento do tronco irá configurar uma população economicamente dependente e essa evolução pode afetar profundamente a composição etária da população ativa

(PEA) caso não haja uma reavaliação das estratégias e planejamento por parte do Estado.

Outro aspecto que merece ressalva é o alto índice de mortalidade infantil de 22,8 por mil nascidos vivos e a quantidade inadequada de leitos (17 leitos), tendo em vista que para cada 250 habitantes é necessário 01 leito<sup>9</sup>, assim sendo, o município de Ipojuca apresenta uma defasagem de cerca de 300 leitos, o que sobrecarrega a rede hospitalar do Recife.

Com relação ao indicador educação, Ipojuca contem 81 estabelecimentos escolares municipais, destes 24 estão na área urbana e 57 na área rural. Também é verificada a presença de 06 estabelecimentos escolares estaduais, 01 federal – Instituto Federal de Pernambuco (IFPE), e 14 privados (SEDUC Ipojuca: 2014).

Tabela 11 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por nível de instrução.

Nível	Qnt. Pessoas	%
Sem Instrução e fundamental incompleto	42.316	64.87%
Fundamental completo e médio incompleto	9.682	14.84%
Médio completo e superior incompleto	11.354	17.41%
Superior completo	1.325	2.03%
Não determinado	554	0.85%
Total	65.231	100.00%

Fonte: Base de dados do Estado/ IBGE 2010

Contudo na tabela 11 e no gráfico 5, verifica-se que 64,87% da população são consideradas sem instrução e com fundamental incompleto, em contraste há somente 2,03% com ensino superior completo totalizando 1.325 pessoas, como informa os dados disponíveis pela Base de dados do Estado (2010). A incidência de analfabetismo das pessoas com 15 anos ou mais, segundo o IBGE é de 20,13%, destes 16,7% estão localizados na área urbana e 31,1% na zona rural.

---

<sup>9</sup> Ministério da Saúde.



Gráfico 5 Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por nível de instrução

Fonte: Base de dados do Estado/ IBGE 2010

Esse déficit estrutural apontado pela tabela 12 e de acordo com QEDU<sup>10</sup>, é resultante da incidência de reprovação e abandono quantificado abaixo de acordo com a etapa escolar, como aborda o QEDU.

Tabela 12 - Taxa de rendimento dos alunos (2010)

Etapa Escolar	Reprovação		Abandono		Aprovações	
	QNT. De Alunos	%	QNT. De Alunos	%	QNT. De Alunos	%
Anos Iniciais (1° ao 5°ano)	602	6,3%	471	4,9%	8.471	88,8%
Anos Finais (5° ao 9° ano)	974	13,90%	710	10,1%	5.320	76%
Ensino Médio (1° ao 3°ano)	316	9,2%	415	12,1%	2.712	78,8%

Fonte: INEP

Taxa acima de 5% indica a necessidade de definição de estratégias a fim de conter o avanço da evasão escolar, e a situação acima de 15% revela que é preciso intervir no trabalho pedagógico o mais rápido possível, pois como consequência futura é o aumento da distorção idade-série. Este representa a defasagem entre a idade do aluno e a idade recomendada para a série que ele está cursando. O aluno só é

<sup>10</sup> QEDU é um projeto desenvolvido em parceria entre a Meritt e a Fundação Lemann <http://www.qedu.org.br/> Acesso em out/2015

considerado na situação de distorção idade-série quando a diferença é em torno de dois anos ou mais.

Dentro desse aspecto o órgão ressalta que a efetividade do assunto passado deixa a desejar, ao mostrar que mais da metade dos alunos na língua portuguesa e em matemática absorvem conhecimento de pouco aprendido a nenhum (gráficos 6 e 7). Utiliza-se como base os pontos obtidos na Prova Brasil, sendo os alunos distribuídos em 04 níveis de uma escala de proficiência: insuficiente, básico, proficiente e avançado. O ensino é considerado adequado tendo em vista os níveis avançado e proficiente.

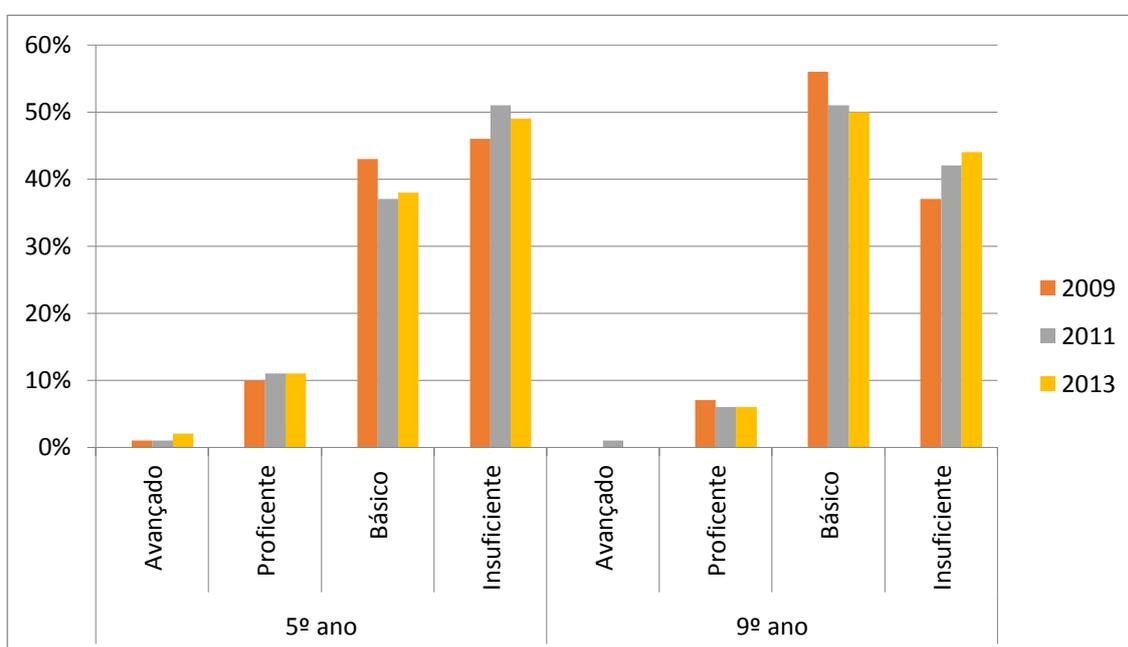


Gráfico 6 Distribuição dos alunos por nível de proficiência em Português – 5º e 9º anos

Fonte: QEDU, Prova Brasil 2009, 2011 e 2013

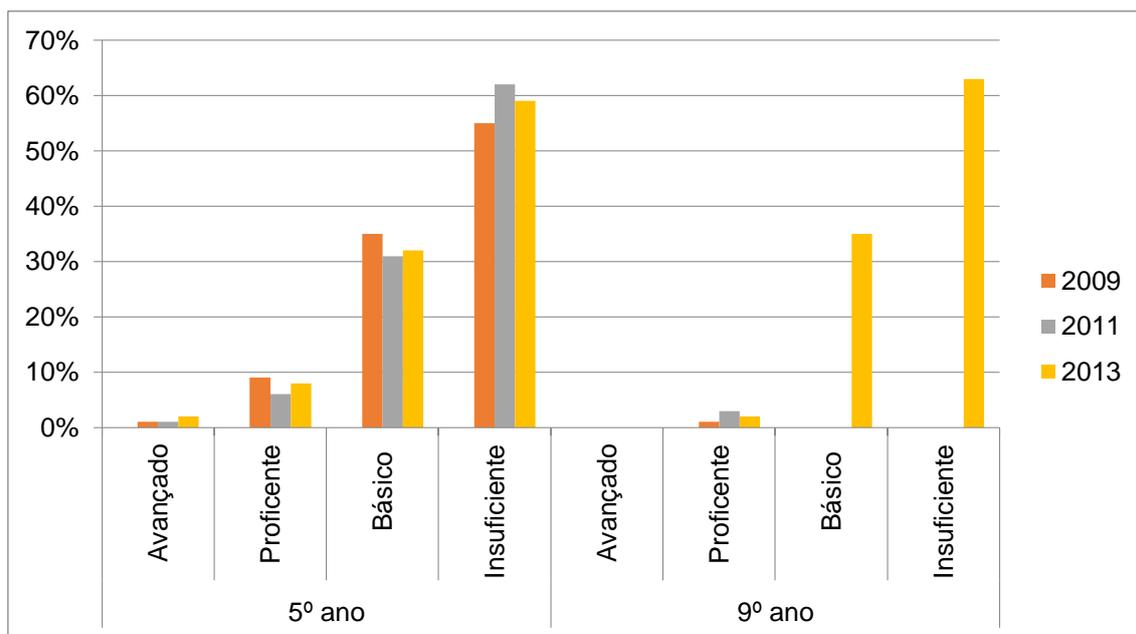


Gráfico 7 Distribuição dos alunos por nível de proficiência em Matemática– 5º e 9º anos

Fonte: QEDU, Prova Brasil 2009, 2011 e 2013

### RENDA

No tocante aos indicadores relacionados à renda (tabela 13) é verificado que grande parte da população encontra-se com renda média de  $\frac{1}{2}$  a 02 salários mínimos. Sem rendimento há 8,06% totalizados em 1.775 domicílios, como demonstra a tabela abaixo, com os dados fornecidos pelo IBGE (2010).

Tabela 13 - Renda por domicílio

Renda (Salário Mínimo)	Qnt. Domicílios	%
Até 1/2	1.130	5,13%
> 1/2 a 01	5.737	26,05%
01 a 02	6.454	29,31%
02 a 05	5.545	25,18%
05 a 10	1.075	4,88%
10 a 20	240	1,09%
> 20	60	0,27%
Sem Rendimento	1.775	8,06%

Fonte: IBGE 2010

Observando os dados pelos setores censitários fornecidos pelo IBGE, é ressaltado que Ipojuca apresenta uma renda dominante de classes D/E, o que é paradoxal tendo em vista sua posição como o 2º maior PIB de Pernambuco, como demonstra a figura 10.

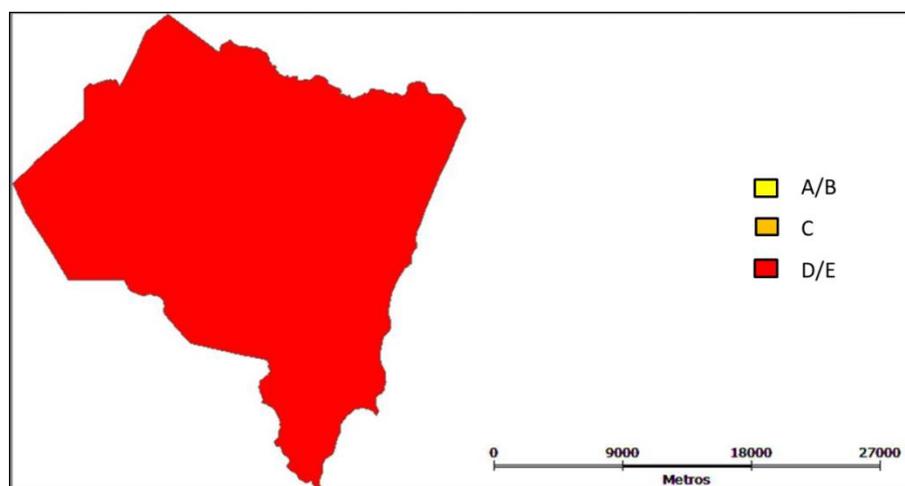


Figura 10 - Distribuição de renda pelos setores censitários de Ipojuca 2010

Fonte: IBGE 2010

A análise aprofundada dos três indicadores contidos no IDH<sup>11</sup> revela um cenário de contrastes ao qual o município de Ipojuca está inserido, observa-se um aumento na captação de renda que não se repete nos indicadores socioeconômicos, sobretudo na educação e emprego.

### *DOMICÍLIOS*

Os domicílios, por sua vez, são distribuídos em 22.016 Domicílios particulares permanentes contra 1.086 aglomerados subnormais e 4.507 domicílios particulares de uso ocasional, mais conhecido como 2º residência. Segundo Tulik (2001 apud Cruz, 2007, p. 57) “residências secundárias são uma forma de alojamento turístico particular, utilizado temporariamente nos momentos de lazer, por pessoas que têm domicílio permanente em outro lugar”.

---

<sup>11</sup> Longevidade, educação e renda.

De acordo com Araujo (2011), a razão<sup>12</sup> entre os domicílios particulares permanentes e os domicílios particulares de uso ocasional no município de Ipojuca é da ordem de 15,69%, o que caracteriza uma incidência média de ocorrência de segundas residências em relação às primeiras residências.

É importante refletir que as residências secundárias criam um vínculo territorial mais forte entre o turista e o local visitado, ao mesmo tempo em que configuram uma relação forte com o mercado imobiliário, este responsável por definir quais são e quais serão as áreas ocupadas por esses imóveis como alerta Cruz (2007).

Conforme os indicadores do gráfico 8, tem-se que 61,15% dos DPP têm acesso ao sistema de abastecimento de água. Os outros 38,79% buscam alternativas para sanar a ausência desses serviços, com a construção de poços, armazenamento de água da chuva e solicitações de carro-pipa.

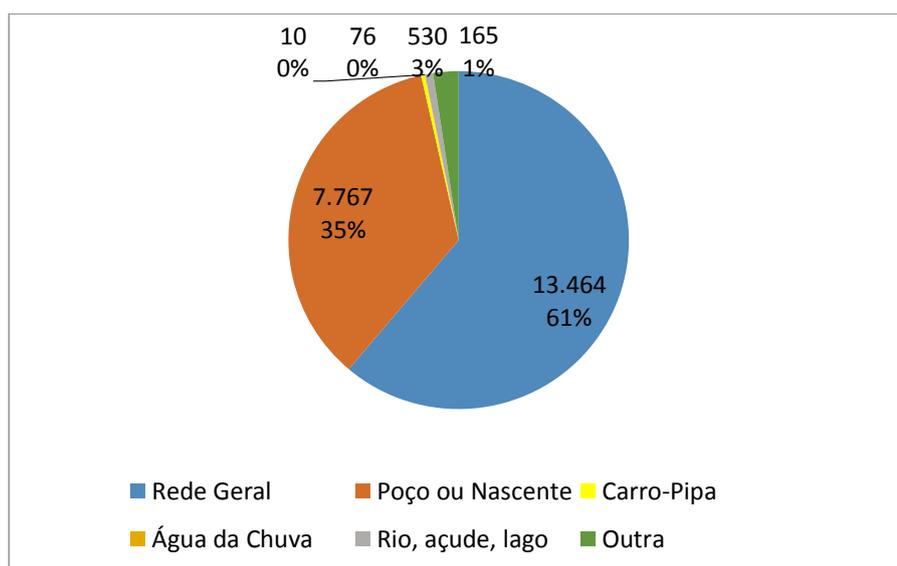


Gráfico 8 Sistema de Abastecimento de Água por Domicílio.

Fonte: IBGE 2010

<sup>12</sup> Razão de até 5% - incipiente; de 5,1 a 10% - fraco; de 10,1 a 20% - médio; e de 20,1 a 40% forte. Fonte: IBGE, Censo 2010 e banco de dados agregados, compilado e organizado por Cristina Araujo (2011).

De acordo com a tabela 14 abaixo, é visualizado que somente 33,28% dos domicílios apresentam acesso ao sistema de esgotamento realizado através da rede geral, mas que os outros 60,80% ainda fazem o uso de práticas rudimentares para sanar essa ausência de recurso.

Tabela 14 - Sistema de Esgotamento Sanitário por Domicílio

Sistema de Esgotamento Sanitário		
Tipo	Qt. de Domicílios	%
Rede Geral	7328	33.28%
Fossa Séptica	3972	18.04%
Fossa Rudimentar	8084	36.72%
Vala	863	3.92%
Rio, Lago e Mar	208	0.94%
Outro	259	1.18%

Fonte: IBGE 2010

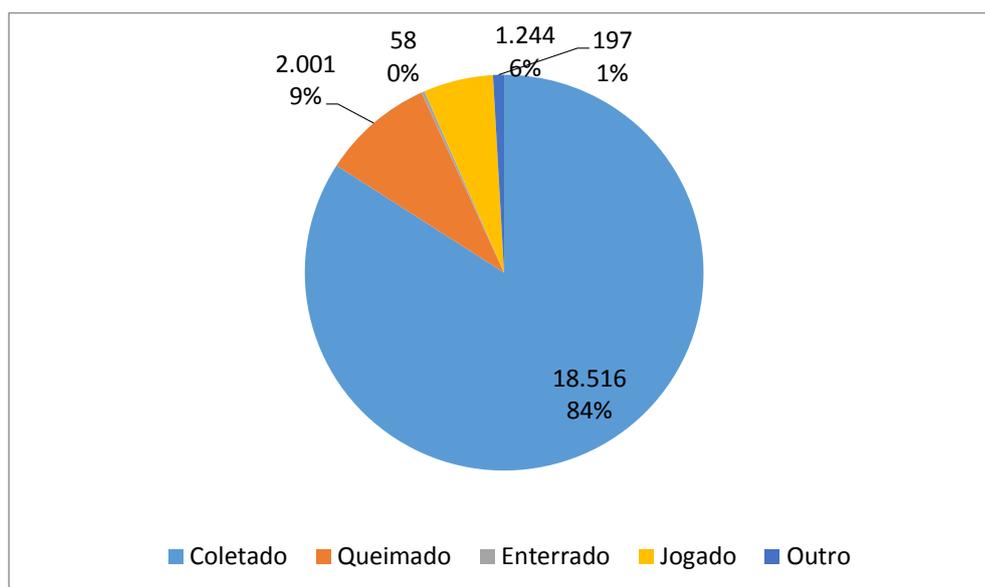


Gráfico 9 Sistema de Coleta de Lixo por Domicílio

Fonte: IBGE 2010

No que diz respeito à coleta de lixo (gráfico 9) é verificado que 84% dos domicílios tem a coleta de lixo, entretanto os outros 16% utilizam de outras manobras para despejo. A energia elétrica (gráfico 10), por sua vez, abrange 98% da população.

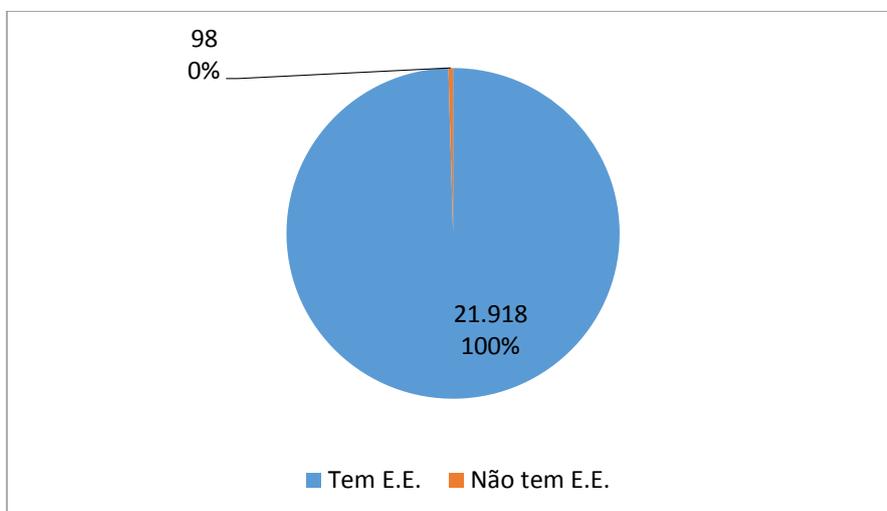


Gráfico 10 Sistema de Transmissão de Energia Elétrica por Domicílio

Fonte: IBGE 2010

## 2.4. REGULAMENTAÇÕES LEGAIS

O uso turístico do litoral brasileiro vem se conformando de maneiras distintas, seja pela apropriação e consequente transformação de espaços urbanos ou pelo aumento das desigualdades regionais através da concentração de riqueza. É nesse cenário que Ipojuca emerge nos últimos anos, como uma área de grande potencial, cujo poder de atração alcançou grandes investimentos e empreendimentos tais como, o Porto de Suape, Shopping Costa Dourada, Instituto Federal de Pernambuco, Estaleiro, grandes condomínios fechados e resorts ao longo da orla, mas que infelizmente, ao que parece, concentra essa riqueza em mãos seletas, ao configurar a privatização do espaço.

Essa amplitude alcançada pelo turismo no município é reflexo dos incentivos destinados à consolidação desta atividade, seja pelos serviços oferecidos ou pela

mercadoria paisagem. Segundo a EMPETUR (2010, apud Silva 2012, pg.96), Ipojuca é considerada um município turístico, e que apresenta de acordo com a Pesquisa do inventário da oferta turística de Pernambuco (2010) ao todo 19 hotéis, 111 pousadas, 02 apart. Hotel/ flat além de 46 tipos diferentes de hospedagem, totalizando 4.601 unidades habitacionais cuja capacidade absoluta de hóspede é 14.165, é durante a alta estação que a taxa de ocupação fica próxima de 100%. (Tabela 15).

Tabela 15 Oferta dos meios de hospedagem da Região Metropolitana - 2010

OFERTA DOS MEIOS DE HOSPEDAGEM DA REGIÃO METROPOLITANA  
POSIÇÃO: SETEMBRO DE 2010

MUNICÍPIOS DA REG. METROPOLITANA	HOTÉIS			APART. HOTÉIS/FLATS			POUSADAS			OUTROS (2)			TOTAL DE MEIOS DE HOSPEDAGEM		
	Nº	UH'S (1)	LEITOS	Nº	UH'S (1)	LEITOS	Nº	UH'S (1)	LEITOS	Nº	UH'S (1)	LEITOS	Nº	UH'S (1)	LEITOS
ARQ. DE FERNANDO DE NORONHA	1	11	24	-	-	-	109	644	1.655	2	5	23	112	660	1.702
CABO DE SANTO AGOSTINHO	8	591	1.772	1	16	32	37	349	932	7	117	518	53	1.073	3.254
CAMARAGIBE	2	63	166	-	-	-	2	40	94	4	87	536	8	190	796
IGARASSU	-	-	-	1	160	480	2	30	88	8	145	672	11	335	1.240
ILHA DE ITAMARACÁ	3	126	256	-	-	-	7	89	277	10	77	379	20	292	912
IPOJUCA	19	2.437	7.398	2	91	364	111	1.703	4.690	46	370	1.713	178	4.601	14.165
JABOATÃO DOS GUARARAPES	7	548	1.140	1	305	610	4	67	146	2	58	271	14	978	2.167
MORENO	1	48	192	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	48	192
OLINDA	8	327	849	1	167	334	20	258	660	3	42	136	32	794	1.979
PAULISTA	5	194	551	-	-	-	5	76	319	2	37	61	12	307	931
RECIFE	47	4.137	9.722	6	418	928	11	201	471	9	135	363	73	4.891	11.484
<b>TOTAL RMR</b>	<b>101</b>	<b>8.482</b>	<b>22.070</b>	<b>12</b>	<b>1.157</b>	<b>2.748</b>	<b>308</b>	<b>3.457</b>	<b>9.332</b>	<b>93</b>	<b>1.073</b>	<b>4.672</b>	<b>514</b>	<b>14.169</b>	<b>38.822</b>
<b>TOTAL PERNAMBUCO</b>	<b>309</b>	<b>14.539</b>	<b>37.690</b>	<b>16</b>	<b>1.266</b>	<b>3.304</b>	<b>541</b>	<b>7.021</b>	<b>17.906</b>	<b>171</b>	<b>2.368</b>	<b>8.966</b>	<b>1.037</b>	<b>25.192</b>	<b>67.866</b>

FONTE: EMPETUR/PESQUISA DO INVENTÁRIO DA OFERTA TURÍSTICA DE PERNAMBUCO/PESQUISA DIRETA  
(1) - UHS = Unidades habitacionais dos estabelecimentos (quartos, apartamentos, suítes, chalés etc.)  
(2) - Referente a Pensões, Hospedarias, Albergues, Colônia de Férias, Alojamentos e Privês de Veraneio  
EMPRESA DE TURISMO DE PERNAMBUCO S.A. EMPETUR  
UNIDADE DE ESTUDOS E PESQUISAS

Fonte: Silva (2012, pg. 96)

Nesse sentido, o conhecimento acerca das diretrizes de uso e ocupação do solo é de extrema importância para a compreensão de como tais diretrizes facilitam ou não a produção do espaço para o turismo.

No município de Ipojuca serão abordados instrumentos como o Código de Obras de Ipojuca (1984), o Zoneamento Ecológico-Econômico Costeiro do Litoral sul de Pernambuco (1999), Planta Diretora de Ipojuca (2000), o Plano Diretor Participativo (2008) e a Agenda 21(2003), buscando relacioná-los com o desenvolvimento turístico de Ipojuca.

#### *2.4.1. CÓDIGO DE OBRAS DE IPOJUCA – Lei nº 846/1984*

Na década de 80, o município de Ipojuca apresentava uma baixa dinâmica urbana resultado da população composta por apenas 39.456 habitantes (IBGE). Esse perfil estagnado orientou a não criação de um zoneamento, dificultando a gestão das questões relacionadas ao uso e ocupação do solo. Na tentativa de sanar essa carência surgiu em 1984 o Código de Obras de Ipojuca. Tinha por finalidade orientar e regulamentar as edificações a partir de definições, estendida para toda parcela urbana, incluindo a faixa litorânea, como gabarito, taxa de ocupação, índice de utilização.

Desprende-se dessas diretrizes o gabarito de até no máximo 05 pavimentos (térreo + 04), as taxas de ocupação, por sua vez, eram definidas a máxima de 60% para lotes residenciais e de 90% para ocupações de usos comerciais e industriais. A intenção era estimular a ocupação do município por equipamentos de grande porte almejando dinamizar a economia local. Um ponto negativo foi a não inclusão de parâmetro relacionado à taxa de solo natural, ficando a cargo do empreendedor a definição dessa área.

Quanto ao índice de utilização foi estabelecido de 06, para prédios comerciais, e índice 04 para prédios de habitação coletiva (apartamento ou hotéis). No que diz respeito as habitações unifamiliares não foram definidos parâmetros. Apesar de apresentar carência de algumas definições, o Código de Obras de 1984 orientou a utilização do território sendo permissivo e encorajador do desenvolvimento que viria nos anos posteriores da implantação e ampliação da atividade turística.

#### *2.4.2. ZONEAMENTO ECOLÓGICO ECONÔMICO COSTEIRO LITORAL SUL DE PERNAMBUCO (ZEEC)*

Consolidado no ano de 1999, através do planejamento participativo e de ações integradas municipais, estaduais e federais, o Zoneamento Ecológico Econômico Costeiro do Litoral Sul de Pernambuco (ZEEC) tinha como objetivo orientar e disciplinar o processo de ocupação e uso do solo na zona costeira a fim de garantir o manejo racional dos recursos ambientais.

A principal atribuição deste instrumento é o desejo de um desenvolvimento sustentável para a zona costeira através da proteção do meio natural e da diminuição de impactos relacionados às atividades. Para isto foi estabelecida a divisão em 03 setores da costa pernambucana: norte, sul e metropolitano (figura 11).



Figura 11 - Setorização da Zona Costeira Pernambucana

Fonte: CPRH 1999

É a partir do Decreto nº 21.972/99 que é realizado o Zoneamento Ecológico-Econômico Costeiro do Litoral Sul de Pernambuco. Seu alcance compreende os municípios de Cabo de Santo Agostinho, Ipojuca, Sirinhaém, Rio Formoso, Tamandaré, Barreiros e São José da Coroa Grande. Seu objetivo segundo relata a CPRH (2003, pg.59), consiste na:

Promoção do desenvolvimento sustentável da parcela do litoral sul do território pernambucano baseado na implementação de programas de desenvolvimento econômico-social, centrado nas atividades que protejam e conservem os ecossistemas naturais essenciais à biodiversidade, especialmente os recursos hídricos, visando à melhoria da qualidade de vida da população em sintonia com a proteção dos ecossistemas. (CPRH, 2003, pg.59)

É dentro desse aspecto que o litoral sul é zoneado em 06 áreas (quadro 01 e figura 12), indicando atividades e usos compatíveis com cada zona:

Quadro 1 - Zoneamento Ecológico –Econômico Costeiro do Litoral Sul – Zonas e Subzonas

ZONAS	SUBZONAS
Zona Marítima	Subzonas dos Recifes de arenito, algas e corais
	Subzona da Plataforma Continental
Zona de Turismo, Veraneio e Lazer	
Zona Urbano- Industrial/ Portuária	Cabo de Santo Agostinho
	Suape
	Proteção Ecológica de Suape
Zona Rural Diversificada	Policultura
	Agrícola Diversificada da APA de Guadalupe
	Núcleo Urbano de Rio Formoso
	Núcleo Urbano de Barreiros
Zona Agroindustrial	Incentivo à diversificação de usos
	Núcleo Urbano de Ipojuca
	Núcleo Urbano de Sirinhaém
Zona de Proteção Ambiental Estuarina e Ecossistemas Integrados	Complexo Ambiental Litorâneo do Cabo de St. Agostinho
	Rios Formoso, Sirinhaém- Maracaípe e Ipojuca-Merepe
	Complexo Ambiental Ilhetas- Mamucabas
	Rio Uma e Meireles
Zona de Preservação/ Conservação da Vida Silvestre	Preservação da Vida Silvestre da APA de Guadalupe
	Conservação da Vida Silvestre da APA de Sirinhaém

Fonte: CPRH 1999



Figura 12 - Zoneamento Ecológico–Econômico Costeiro do Litoral Sul- Ipojuca

Fonte: CPRH 1999

Entre as zonas delimitadas merece atenção a zona de turismo, veraneio e lazer. Assentada na variação demográfica de diversos núcleos litorâneos representa áreas de forte dinâmica turístico-imobiliária, ou seja, localidades atrativas a grandes investimentos e geração de capital em torno da indústria turística do lazer.

As estratégias pensadas para essa zona são: (i) a necessidade de ordenamento dos aglomerados urbanos, impedindo edificações ou qualquer uso do solo que impeça ou dificulte o acesso público às praias e ao mar; (ii) incentivo a elaboração e estabelecimento de uma legislação municipal básica; (iii) implantação de hotéis e pousadas, e (iv) a conservação e gestão dos recursos da zona costeira.

Entretanto, apesar das estratégias estabelecidas, nota-se a insuficiência de instrumentos municipais responsáveis por regular e fiscalizar essa ocupação do litoral, como pode ser visto em alguns trechos de Muro Alto e Porto de Galinhas. A dificuldade de acesso ao público à praia, a existência de edificações fixas em

trechos da praia de Maracaípe incidindo diretamente em impactos no ambiente além da supressão de mangue através de aterros para a duplicação da PE-038 e PE-090, são recorrentes. (Pontes, 2009).

#### *2.4.3 PLANTA DIRETORA DE IPOJUCA*

No ano de 2001, foi elaborada pela Agência CONDEPE/FIDEM a Planta Diretora do Município de Ipojuca, baseado nas diretrizes apontadas pela Resolução nº 051/2001 do Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife (CONDERM), no Plano Diretor da Região Metropolitana do Recife de 1998 e no estudo propositivo para o litoral de Pernambuco de 1999 elaborado pela FIDEM.

Funcionando como um instrumento de planejamento intermediário entre a legislação urbanística básica e o plano diretor municipal, almejava ser uma ferramenta para servir de base a planejamentos futuros. Para isto foi realizado um zoneamento dividindo o município em área rural (Zona Rural Diversificada e Agro Industrial), em área urbana e de expansão urbana contemplando as macrozonas de Ipojuca sede, Camela, Nossa Senhora do Ó e litoral.

Baseada pelo Zoneamento Ecológico- Econômico Costeiro do Litoral Sul (figura 13), teve como estratégias o ordenamento territorial das aglomerações urbanas, o planejamento e gestão das atividades turísticas e a conservação e gestão dos recursos da zona costeira, valorizando a paisagem e protegendo o ambiente natural de forma a garantir as potencialidades do município.

Como afirma Anjos (2005, pg.84) “mesmo não tendo sido regulamentada, a Planta Diretora serviu como base para a elaboração do Plano de Regulamentação da Orla do Município de Ipojuca (Lei nº 1286/2001)”.

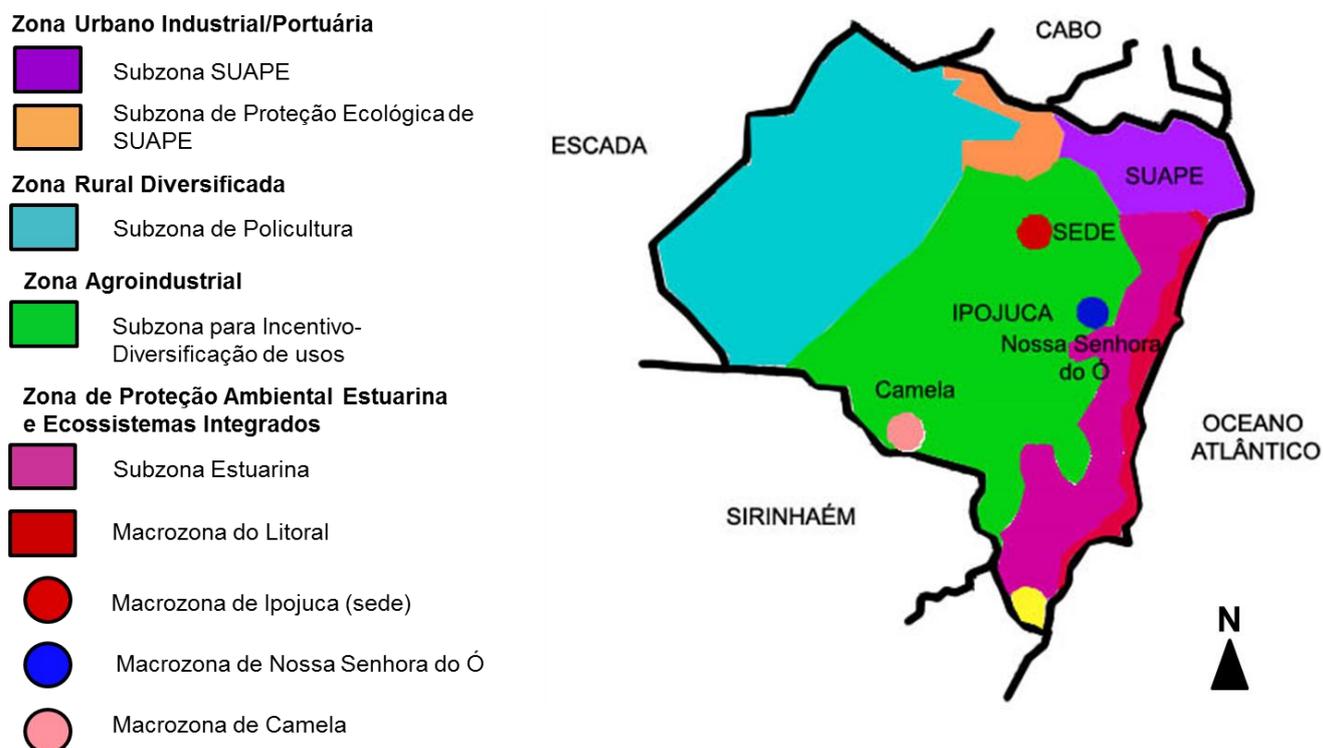


Figura 13 - Zoneamento Planta Diretora- Ipojuca  
Fonte: FIDEM 2001

#### 2.4.4. PLANO DE REGULAMENTAÇÃO DA ORLA – Lei nº 1.286/2001

No ano de 2001 é elaborado pela Agência CONDEPE/FIDEM o Plano de Regulamentação da Orla do Município de Ipojuca. Sua principal função era definir normas de uso e ocupação da faixa litorânea, além de criar uma comissão de análise de projetos especiais e/ou impactos (CAPE).

As localidades englobadas são a Zona Portuária de Suape e as praias de Muro Alto, Cupe, Merepe, Porto de Galinhas, Maracaípe, Enseadinha, Serrambi e Toquinho. A divisão da faixa litorânea se deu da seguinte maneira:

- ∴ Zona Portuária de SUAPE (ZPS) – características especiais de uso e potencial turístico na área de abrangência do Distrito Industrial e Portuário de SUAPE.
- ∴ Zona Especial de Turismo (ZET) – Caracterizada pelo incentivo ao uso hoteleiro e atividades especiais. Incorpora Muro alto, Maracaípe e Cupe.

- .: Zona de Baixa Densidade (ZBD) – Caracterizada pelo incentivo ao uso de veraneio e turístico. Abrange as localidades de Cupe, Maracaípe, Enseadinha e Toquinho.
- .: Zona de Média Densidade (ZMD) – Caracterizada pela oferta de infraestrutura básica e preservação dos padrões de veraneio. Compreende as localidades de Merepe e Serrambi.
- .: Zona Adensável (ZAD) – Caracterizada por serem áreas com potencial de expansão urbana, ampliação de infraestrutura e potencial construtivo. Abrange Porto de Galinhas e Serrambi.
- .: Zona Especial de Centro (ZEC) – Caracteriza-se por uso comercial e misto, com alto potencial construtivo e oferta de infraestrutura básica. Localizada em Porto de Galinhas.
- .: Zona de Requalificação Urbana (ZRU) – Caracteriza-se por estímulo a urbanização, relocação e programas de oferta de infraestrutura básica, regularização fundiária e recuperação ambiental e habitacional.
- .: Zona de Proteção Ambiental (ZPA) – Compreende as áreas “non aedificandi”.
- .: Zona de Amenização Ambiental I e II – Caracterizam-se por áreas de estímulo ao lazer juntamente com a recuperação e manutenção da cobertura vegetal.
- .: Eixos Comerciais (EC) – Caracterizam-se por serem vias de grande penetração e com forte estímulo das atividades comerciais e de serviços.
- .: Zona de Expansão Urbana (ZEU) - Áreas incentivadas à urbanização, através de programas de oferta de infraestrutura.

As diretrizes estabelecidas para as zonas do litoral presumem a tentativa de controle cada vez maior na definição do padrão de desenvolvimento local. Sobressaem o estímulo ao lazer e todos os usos de suporte da atividade turística a fim de torná-la inerente ao território costeiro.

#### *2.4.5. PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE IPOJUCA – Lei nº 1.490/2008*

No ano de 2008 foi lançado em Ipojuca o novo Plano Diretor Participativo com vigência de 10 anos em concordância com as diretrizes estabelecidas pelo Estatuto

da Cidade. Objetivava organizar o crescimento e o desenvolvimento municipal e estabelecer a função social da cidade e da propriedade, abrangendo o município em sua parte urbana e rural.

No art. 21 são expostos os objetivos para a dinamização econômica do território, embasados pelas seguintes diretrizes, dentre as que se destacam:

1. Promoção da expansão territorial das atividades econômicas a partir da criação de zonas de uso especial a fim de expandir estes setores a locais estratégicos do território municipal;
2. Incentivo a formação de consórcios locais, regionais e intermunicipais para o desenvolvimento de novas atividades econômicas e gestão metropolitana;
3. Definição de políticas e instrumentos de incentivo fiscais aos setores produtivos;

Todas preveem o uso do território como ferramenta para a dinamização econômica, a partir da definição de áreas estratégicas e de incentivos a ações pontuais de forma a garantir a mais valia decorrente de investimentos públicos.

No art. 149 o município de Ipojuca é dividido em duas macrozonas: Macrozona de Sustentabilidade Rural (MSR), figura 14, que compreende a porção oeste do território, cuja característica principal é a extensa área de cultivo de cana-de-açúcar permeada por estradas vicinais. E a Macrozona de Equilíbrio Urbano-Ambiental (MEUA), localizada ao leste do município, cujos atributos são fornecidos por elementos físicos e naturais, com destaque para o sistema viário estruturador e os núcleos urbanizados da sede municipal, de Camela, Nossa Senhora do Ó e da orla; e os ecossistemas estuarinos (mangues, rios, faixa de praia).

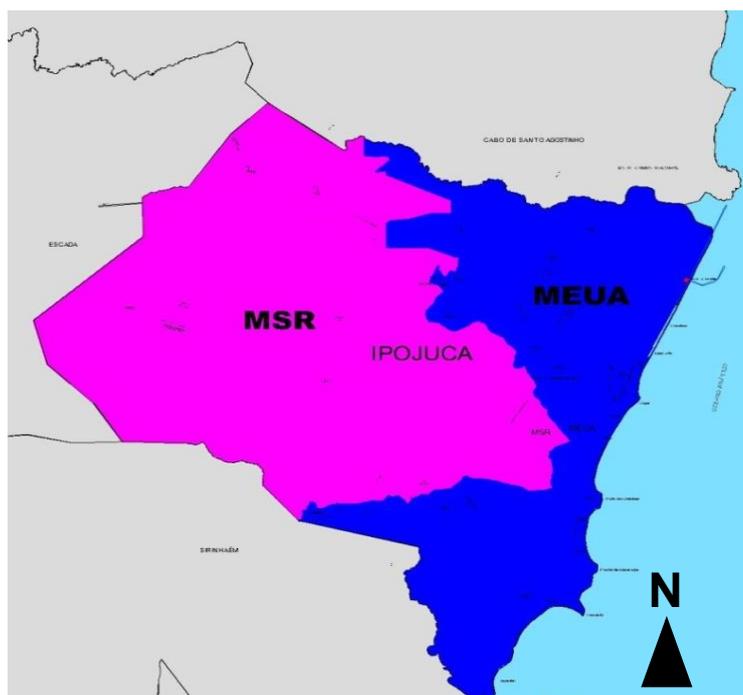


Figura 14 - Macrozonas- Ipojuca  
Fonte: Plano Diretor 2008

O poder executivo atuará na primeira a fim de e garantir o desenvolvimento agroindustrial existente, protegendo as estruturas remanescente além de proporcionar estudos para criação de áreas especiais

[...] a faixa de orla do Ipojuca deve ser objeto de estudos específicos, pois, apesar das fortes restrições ambientais, apresenta-se ainda como um grande polo atrativo à moradia para veraneio e implantação de outros usos de apoio à atividade turística. Ou seja, o território deverá ter seu uso e ocupação do solo rigorosamente controlado, para garantir a preservação de suas estruturas ambientais. A orla também deve ser compreendida como um território de interesse coletivo, devendo ter este seu potencial urbanístico-ambiental e socioeconômico revertido para a coletividade. (Ipojuca, 2006 apud Pontes, 2009, pg. 49).

É dentro deste cenário que a faixa litorânea passa a ser inserida nas Zonas de Sustentabilidade da Orla e de Interesse Turístico (figura 15). Apresenta como diretrizes a preservação dos ecossistemas naturais, a garantia do direito à moradia das famílias residentes nas áreas de urbanização precária, a valorização e

prioridade das atividades de cunho turístico a fim de consolidar o município como destino turístico nacional e internacional, ou seja, fortalecer a produtividade turística promovendo a economia e a inclusão socioeconômica da população local. Como pode ser visto na figura abaixo:



Figura 15 - Zoneamento Plano Diretor 2008- Ipojuca

Fonte: Plano Diretor 2008

A análise do Plano Diretor nos faz concluir que as diretrizes apresentadas não deixam claro os padrões de ocupação desejado, estando mais no plano do discurso.

#### 2.4.6. AGENDA 21 IPOJUCA (2003)

Elaborada em 2003, apresentou em sua estrutura temas com a cidade sustentável, economia sustentável, turismo sustentável, redução das desigualdades sociais e conservação e gestão dos ecossistemas naturais.

O tema cidade sustentável contemplou a análise do crescimento populacional acentuado do município ipojucano, expondo como causas a consolidação do turismo e a implantação do Complexo Portuário de Suape. Ressalta a precariedade do saneamento sanitário que influencia diretamente as áreas ambientais.

Já o tema economia sustentável abordou o PIB e sua evolução, caracterizando a atividade turística como uma atividade fundamental para a economia do município. São dadas instruções a fim de tornar a presença e o uso dos espaços turísticos de forma sustentável e consciente, a fim de diminuir e solucionar os impactos advindos da introdução de instrumentos de apoio a atividade na biodiversidade existente.

As estratégias preconizadas pela Agenda 21 abrangem desde o planejamento do desenvolvimento do município, através do combate a proliferação irregular de lotes e da melhoria das condições de assentamento de baixa renda até a promoção de políticas públicas voltadas ao turismo sustentável a fim de disciplinar o turismo e as ocupações turísticas.

As diretrizes pensadas revelam a busca para a implantação e consolidação da sustentabilidade espacial. Entretanto, como apontado nos instrumentos anteriores a falta de especificação e padrões de ocupações desejados colaboram para certo desordenamento e conseqüentemente o uso indevido do território. É necessário políticas públicas presentes e fiscalizadoras a fim de proporcionar uma produção do espaço condizente com o bem estar coletivo e centrada nas questões sustentáveis.

O olhar sobre as regulamentações que compreendem o Município de Ipojuca demonstra que apesar de possuir instrumentos, a falta de consolidação destes e a inadequada efetividade colaboram para a produção do espaço que veremos a seguir.

### 3.PORTO DE GALINHAS: A GALINHA DOS OVOS DE OURO DE IPOJUCA?

#### *CARACTERÍSTICAS GERAIS*

Composta de aglomerados urbanos localizados no Município de Ipojuca e distante cerca de 13 Km da sede e 50 km da capital Recife, Porto de Galinhas originalmente pertencia ao Distrito de Nossa Senhora do Ó. Atualmente, é considerada pelo IBGE uma área urbana isolada<sup>13</sup>, que apresenta como confrontantes (figuras 16 e 17) ao norte com Merepe I, II e III, ao leste com o Oceano Atlântico, ao oeste com Socó/ Salinas e ao sul com Maracaípe.



Figura 16 - Litoral de Ipojuca

Fonte: Google Earth (2015)

---

<sup>13</sup> Segundo o IBGE, área urbana isolada é uma área definida por lei municipal e separada da sede municipal ou distrital por área rural ou por um outro limite legal. (IBGE)



Figura 17 - Núcleo de Porto de Galinhas

Fonte: Google Earth (2015)

O seu nome, como afirma Mendonça (2004), deriva de duas vertentes. A primeira relata que, em um dado momento, a localidade tenha sido conhecida por Porto Rico, alinhando com o seu poderio açucareiro nos séculos XVII e XVIII. A segunda descreve que após a abolição da escravatura o lugar continuava a ser ponto de desembarque de escravos clandestinos vindos da Angola em barcaças de galinhas. Como senha para a realização da venda e contrabando destes era mencionado: “chegaram as galinhas da Angola! ”.

Apesar dessas histórias não terem sua veracidade comprovadas, foram realizados estudos pela historiadora Virgínia Pernambucano de Mello, que indicou a denominação dessa localidade atribuída pelos negros que foram traficados para esta região (Mendonça, 2004). Hoje a galinha da história ganhou nova roupagem, tornou-se símbolo do lugar invadindo os espaços, as esculturas e a imprensa – constitui-se como um souvenir dos turistas.

Desta maneira aderem características externas a fim de tornar a Vila globalizada. Temos como exemplo a galinha Elvis Presley – o “Rei do Rock” e Mona Lisa do pintor italiano Leonardo da Vinci, mostradas na foto 2, que pouco se conectam com a localidade, mas que tendo em vista os turistas e a ligação imediata destes com esses ícones fornecem um atrativo ao olhar.



Foto 2 - As Galinhas ícones de Porto de Galinhas

Crédito: Jessica Roosen, Junho/15

A maior aglomeração de usos de suporte ao turismo encontra-se em Porto de Galinhas, Cupe e Muro Alto, formalizando o Complexo Turístico de Porto de Galinhas. Segundo, a Pesquisa do Inventário da Oferta Turística de Pernambuco realizado em 2010 pela Empetur, esse complexo detêm a maior oferta de meios de hospedagem no estado, abarcando 14.165 leitos, entre hotéis, flats, resorts, pousadas, chalés, de bandeiras internacionais e nacionais. (Silva, 2012).

Porto de Galinhas se caracteriza como um dos maiores polos turísticos do estado, sendo considerada entre os anos de 2000 a 2010, a praia mais bonita do Brasil pela Revista Viagem e Turismo (Prefeitura de Ipojuca, 2011 apud Silva: 2012, p. 39).

Esses dados elevam a visibilidade sobre esta localidade, que passa a competir com outras destinações tanto no âmbito nacional quanto internacional. Com isso, a fim de atrair as possibilidades lucrativas advindas com o turismo, iniciam-se um processo de transformação de algumas características como: paisagem, sítios históricos em espetáculos. No caso de Porto de Galinhas a mercadoria vendida é a paisagem, como evidenciam as imagens abaixo (figura 18).



Figura 18 - Venda da mercadoria-paisagem

Fonte: Folder de venda do Beach Class Resort Muro Alto (2015)

Ouriques (2005, pg.50) aborda sobre esta perspectiva que a mercadoria-paisagem, configura-se como uma matéria prima da atividade turística: “O que o turismo faz, portanto, é promover a “venda” da natureza, das construções históricas, das manifestações folclóricas”.

Não obstante é verificado no fator decisório da viagem com destino as praias de Ipojuca<sup>14</sup>, a atratividade exercida pelas paisagens naturais de sol e praia, totalizando cerca de 95%, como mostra a figura 19.

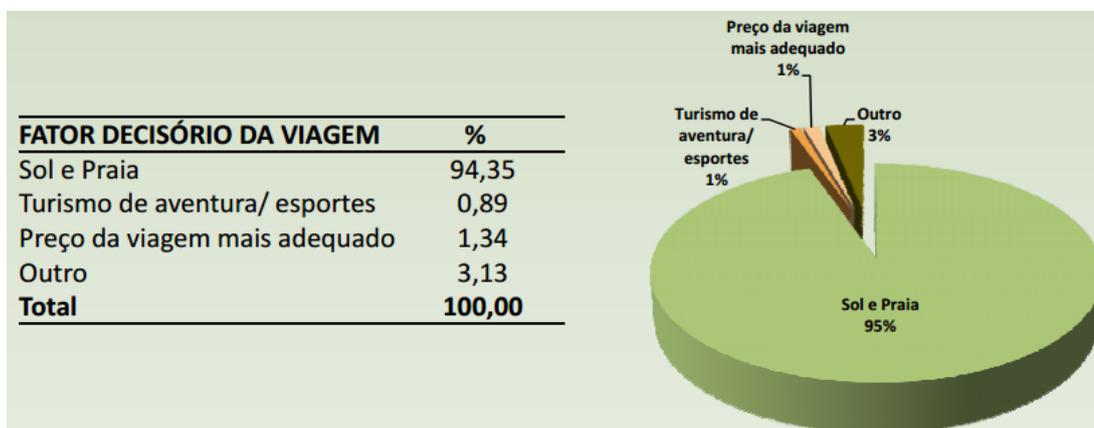


Figura 19 - Fator decisório da viagem dos que vieram a passeio

Fonte: Sinopse da Pesquisa do Perfil do Turismo Receptivo das Praias de Ipojuca (2009)

Contudo, de acordo com o Diagnóstico para elaboração do Projeto pela SEDUPE (2003) Porto de Galinhas apresenta 04 subáreas de tecido urbano, como pode ser visualizado na figura 20.

(1)O entorno da Rua da Esperança, eixo estruturador da ocupação do povoado; (2) o Recanto de Porto de Galinhas, de traçado moderno contendo grande quantidade de praças; (3) o loteamento Merepe, que apresenta alto padrão construtivo; e (4) Socó, Salinas e Pantanal – áreas destinadas à moradia da comunidade local, a malha urbana é diversificada com uma parte regularizada e outra referente às constantes invasões nas áreas de manguezais e vegetação remanescente.

É dentro desse aspecto que o presente capítulo busca abordar as características do destino Porto de Galinhas que apesar de exacerbar suas belezas naturais esconde dos turistas a realidade do entorno, que encoberta de lazer entre muros, sol e mar perpassa ao esquecimento dos seus habitantes.

<sup>14</sup> Praias de Porto de Galinhas, Maracaípe, Cupe, Serrambi.



Figura 20 - Subáreas de tecido urbano – Porto de Galinhas

Fonte: SEDUPE (2003)

### *BREVE HISTÓRICO DE PORTO DE GALINHAS*

Assim, como em Ipojuca os primeiros ocupantes do território foram os índios Caetés. O cenário em voga na época era o da praia associada ao verde da Mata Atlântica. Entretanto, a chegada dos portugueses com seu empreendedorismo lusitano põe fim à soberania dos índios, ao utilizar dessas terras para o cultivo da cana-de-açúcar e como porto na saída da madeira do pau-brasil.

É por volta do ano 1550 que é adotado o regime de sesmarias, em que são distribuídas faixas de terras com vocações para o cultivo da cana-de-açúcar. O território que apresentasse alta salinidade incorporaria outra atividade: o cultivo de coco. Sobre este tópico França discorre:

O herdeiro das terras Manuel Luís Cavalcanti Uchoa ficou com a responsabilidade de cuidar das propriedades da família, para isto destinou a área a plantação de cocos, permitindo que as pessoas mais pobres solicitassem a construção de casas na sua propriedade, em contrapartida, ele garantiria que os resíduos gerados pelas famílias contribuíssem para adubação do coqueiral. (França, 2007, pg. 84)

Em 1950, parte da praia de Porto de Galinhas é adquirida pelo Governo do Estado. Essa posse culminou nos anos que se seguiram no desmembramento da região pelo Governador Moura Cavalcanti, sendo distribuídos 19,5ha para a construção da casa de férias do Governo do Estado, 3,66ha para a EMPETUR e 86,97ha para a Empresa Pernambucana de Pesquisa Agropecuária (IPA) para o desenvolvimento de pesquisas acerca da cultura do coco. Outro aspecto a ser ressaltado foi a pavimentação da rodovia PE-60 no ano de 1960, facilitando o acesso ao litoral sul de Pernambuco.

Como relata Mendonça:

Realizado o negócio, os herdeiros dividiram a soma dos recursos recebidos e a Manuel Luís coube herdar o restante da propriedade. Sendo assim, ele acabou se tornando, sozinho, o dono da Praia de Porto de Galinhas. (Mendonça, 2004, pg.49).

Na década de 70, Porto de Galinhas caracterizava-se por um núcleo urbano com aproximadamente 200 moradores distribuídos em 22 residências concentradas na Rua Esperança. De acordo com Mendonça (2004), era um local deserto de aspecto rural, repleto de coqueiros e vegetação nativa (figura 21). O processo de transformação da paisagem e perfil rural é intimamente relacionado à aprovação, em 1975, da Lei nº 705, responsável por autorizar os loteamentos.



Figura 21 - Núcleo de Porto de Galinhas em 1969

Fonte: Anjos (2005)

É visando à ocupação maciça do território, que o proprietário Mario Jorge<sup>15</sup> dividiu a área compartilhando com as famílias de média e alta renda da região metropolitana do Recife. Durante 1977 a 1980 há um movimento de construção de casas de veraneio, cuja necessidade de aterro suprimiu partes consideráveis da vegetação nativa.

As transformações que ocorreram nas praias do Cupe, Maracáipe e Porto de Galinhas, antigas fazendas de coco, são um reflexo do clima gerado pelo “milagre econômico brasileiro”, responsável pela dinamização da cultura do lazer da classe média, passando o litoral a ser visto como objeto de desejo. Esse interesse pelo despertar do litoral nordestino para a expansão do turismo era advindo da descoberta das “belezas naturais” e pela introdução do turismo de “sol e praia”, dentro do fenômeno da urbanização turística.

---

<sup>15</sup> Herdeiro de Manuel Luís por vontade testamentária. (Mendonça, 2004, pg.51).

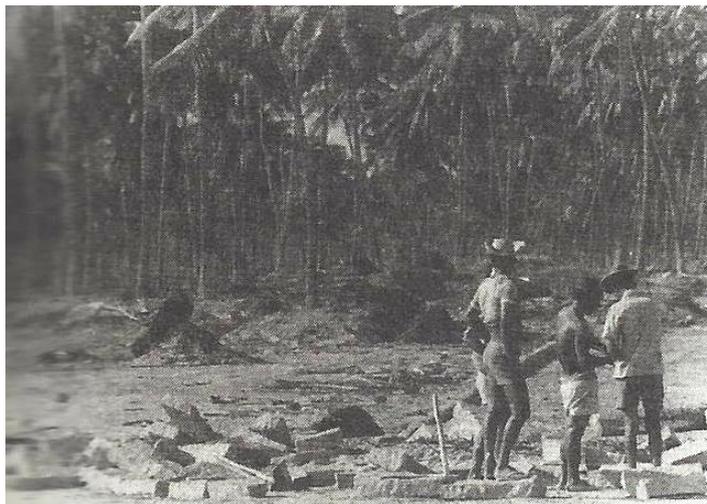


Figura 22 - Derrubada dos coqueirais para loteamento (Merepe)

Fonte: Mendonça (2004)

A expansão urbana iniciada pela disposição de segunda residência resultou na implantação de loteamentos tendo em vista esse atrativo. Em 1977 é instalado o Loteamento do Recanto de Porto de Galinhas I e II e Merepe I, II e III (figuras 22 e 23), ambos desmembrados da fazenda Merepe pertencentes a família Uchoa.

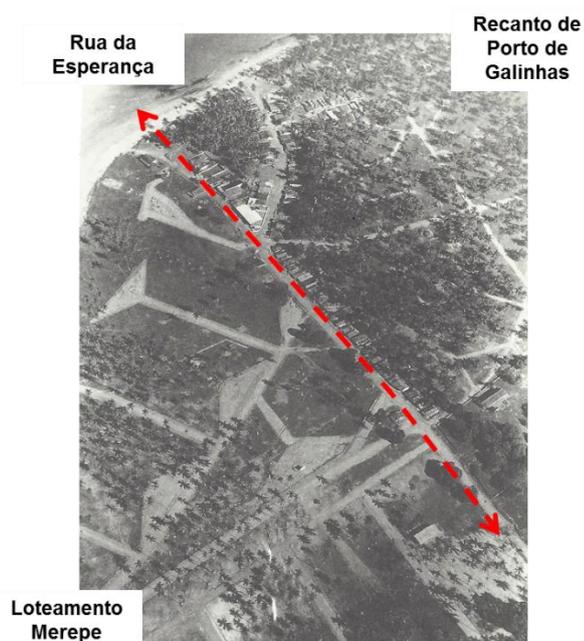


Figura 23 - Loteamento Merepe (à esquerda) e o Loteamento Recanto (à direita)

Fonte: Mendonça (2004)

O projeto de Porto de Galinhas I contou com os arquitetos Jerônimo Cunha Lima e Carlos Fernando Pontual para intervir na área. Na proposta, que foi executada, estavam previstas ruas com 30 metros, praças de 60mx60m e terrenos de 15mx45m. A segunda etapa, ocupou a área central do Loteamento Recanto de Porto de Galinhas, mas como afirma Lima (2006), foram preservadas as ruas principais da Vila: a Rua da Esperança e a Rua Manuel Uchoa.

Em 1983 é realizada a terceira fase do projeto. Nesta a área de atuação correspondia à beira-mar e a parte sudoeste ao núcleo. Contudo, a população residente sofre mais um deslocamento, tendo em vista que para os moradores da vila foram reservados espaços mais afastados da praia. Nesse período também ocorrem invasões nas localidades próximas ao entorno dos loteamentos, como acontece no bairro de Socó. Lima descreve sobre esse aspecto:

São nessas áreas que vão se concentrar a população economicamente ativa (pescadores, ambulantes, comerciantes, domésticas...). Nessas áreas a qualidade de vida da população é bastante precária; não existem creches, escolas, postos de saúde. (Lima, 2006, pg.79 apud Mendonça, 2004)

Mendonça, por sua vez, conclui:

A praia tem seu uso redefinido, passando a ser espaço de férias e veraneio para as famílias de Recife, e não somente vila de pescadores e área de exploração de coco. (Mendonça, 2004, pg.66)

Como afirma Lima (2006) o loteamento Merepe I, por sua vez, apresentava-se inicialmente como uma área destinada a equipamentos comunitários, porém eles nunca foram implantados, sendo sua área desmembrada dando origem ao Loteamento Merepe IV de predominância residencial.

Em meados da década de 80, são efetivadas ações estruturadoras, dentre elas, se destacam: a inauguração da pavimentação das PE-38 e PE-09, o estabelecimento das ligações telefônicas e a distribuição regular de energia elétrica, embora os

problemas existentes pela ausência de saneamento e a distribuição de água persistissem. É no final deste período que inicia-se a atividade hoteleira, com a inauguração do Hotel Solar Porto de Galinhas (1986) instalado no Loteamento Merepe III.

A partir de 1988, Porto de Galinhas recebe o Village Porto de Galinhas, Marupiara Porto de Galinhas, Pontal de Ocaporã e Armação, que segundo a Associação dos Hóteis de Porto de Galinhas (AHPG, 2015) eram responsáveis pelo fornecimento de cerca de 300 leitos.



Figura 24 - Núcleo de Porto de Galinhas em 1997

Fonte: Silva (2012)

Dos anos 90 até 2002 concretizam-se as mudanças profundas relacionadas à fisionomia do território (figura 24). Mendonça (2004, pg. 75) descreve a febre de lojinhas, restaurantes, bares, pousadas que se instaurou na vila modificando o seu perfil (figura 25):

[...] a essa altura (a vila) deixa de ser uma pequena ruela profeticamente denominada de Rua Esperança (figura 25) e passa a ser vista como a Grande Porto de Galinhas (de Muro Alto ao Pontal de Maracáipe). (Mendonça, 2004, pg. 75)



Figura 25 - Linha do tempo da Rua Esperança - evolução

Fonte: Mendonça (2004) e Jessica Roosen (Novembro/15)

Segundo afirma a AHPG, é neste período que são inaugurados o Summerville Beach Resort e Nannai Beach Resort, configurando uma nova expansão do turismo através da consolidação da praia como destino turístico nacional e internacional. O estabelecimento ao longo do território da tipologia Resort alterou a dinâmica socioespacial, o que pode ser explicado pela análise realizada por Cruz (2007, pg 22) ao afirmar que estes Hotéis Resorts (foto 3) configuram-se como:

Verdadeiros paraísos privados (Cruz, 2003), muitas vezes incrustados em um mar de pobreza, esses hotéis se “arman” de infraestrutura e de serviços e instigam o confinamento do hóspede, o que se pode exemplificar didaticamente pelo sistema *all inclusive*<sup>16</sup>. (Cruz,2007, pg 22).

Os resorts apresentam um somatório de usos, tais com playground, sauna, “baladas”, casa de show, piscinas de todos os tipos e tamanhos, restaurantes, lojas, academia, quadras, salão de jogos, heliporto, dentre outros. A sua funcionalidade é proporcionar ao visitante uma localidade “sem pobreza, sem violência, esteticamente impecável. Ou seja, configuram-se como verdadeiras verticalidades<sup>17</sup> ao induzirem o turista a tomar o todo pela parte<sup>18</sup>”.

---

<sup>16</sup> Pacotes de hospedagem pelos quais o hospede paga por toda a gama de serviços oferecidos pelo hotel, além da hospedagem, como serviços de alimentação, de lazer e de entretenimento.” (Cruz 2007, pg. 22).

<sup>17</sup> Milton Santos (2007)

<sup>18</sup> Configuram-se como verdadeiros simulacros: lugares produzidos exclusivamente para um uso turístico (Cruz, 2007, pg. 23/24). Somasse a essa definição Milton Santos através do conceito da verticalidade.

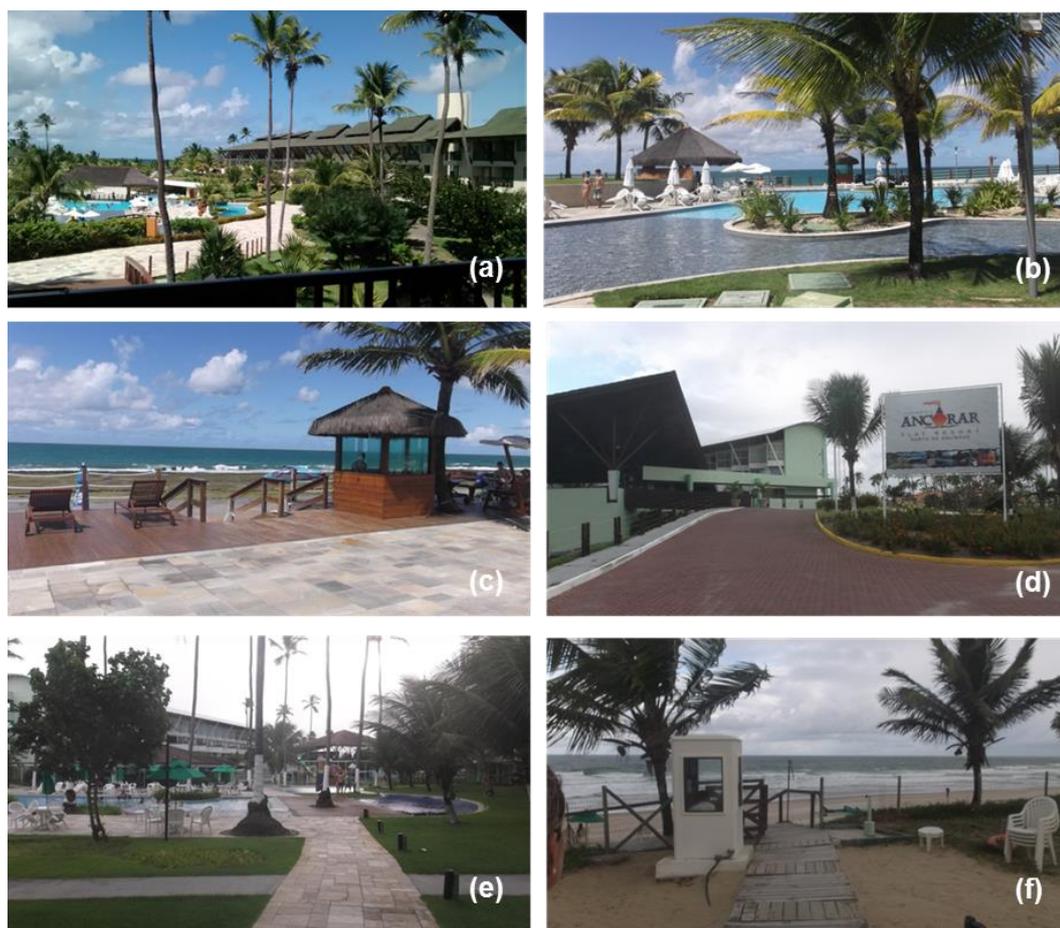


Foto 3 – Tipologia Resort, representada pelo Beach Class Resort e Ancorar

Nas fotos (a), (b) e (c) está mostrando o Beach Class Resort. Contém uma das maiores piscinas de Pernambuco (3.300m<sup>3</sup>), 02 jacuzzis com hidromassagem, saunas, salas de massagem, quadras de esporte, salão de jogos, espaço Kids, 03 restaurantes e 03 bares. Também possui centro de convenções a fim de alcançar o turismo de negócios. As fotos (d),(e) e (f) mostram o Resort flat Ancorar que aglomera usos semelhantes ao Beach Class. Contudo, nas fotos 3 e 6 são verificadas barreiras no acesso as praias, dificultando o acesso do público ao intimidar pela presença constante de seguranças na guarita.

Crédito: Jessica Roosen junho/15

São nas altas estações, concentradas nos meses de dezembro a fevereiro, que a população flutuante<sup>19</sup> fica em torno de 9.000 pessoas e a de turistas<sup>20</sup> aproximadamente 65.000 pessoas por mês. Durante a baixa estação este fluxo

<sup>19</sup> Corresponde as pessoas que se declaram moradores do destino apenas nos finais de semana, feriados longos e férias, além de visitantes em lazer e trabalhadores.

<sup>20</sup> Pessoas que se declaram “em turismo” na alta estação do destino.

passa para 10.000 pessoas por mês, como relata a Prefeitura Municipal de Ipojuca (apud Silva 2012).

A sedução causada por essas estatísticas estimularam o *boom* de construções de pousadas e outros meios de hospedagem. Como se pode verificar no inventário dos meios de hospedagens (tabela 16), elaborado a partir dos dados fornecidos pelo Guia 4Rodas (2015).

Tabela 16 Inventário dos Meios de Hospedagem

TIPO	NOME	ANO	ENDEREÇO	CAPACIDADE DE UH	DIÁRIAS (R\$)
Hotel	Best Western Solar	1986	Km 7 da PE-009 Merepe II (Praia do Borete)	139	960/1304
Hotel	Village	1988	Km 5,5 da PE-009 Merepe II (Praia do Cupe)	191	755/1340
Resort	Marupiara Porto de Galinhas	1989	Km 5,5 da PE-009 Merepe II (Praia do Cupe)	128	611/721
Hotel	Pontal de Ocaporã	1989	Km 3 da PE-009 Merepe II (Praia do Cupe)	111 (Apartamentos) - 106 (Chalés)	875/875 - 910/1075
Hotel	Armação	1991	Km 7 da PE-009 Merepe II (Praia do Borete)	182	857/943
Resort	Serrambi Resort	1992	Pontal de Serrambi, 12 Km	149	760/820
Pousada	Pousada dos Coqueiros	1993	Av. Beira Mar, 7 (Maracaípe)	16	205/248
Pousada	Quatro Estações	1994	R. Beijupirá (Porto de Galinhas)	28 (Apartamentos) - 5 (Chalés)	280/280 - 460/460
Pousada	Pousada Tabajuba	1995	Km 7 da PE-009 Merepe II (Praia do Borete)	27	425/425
Pousada	Pousada Tabapitanga	1995	Km 3 da PE-009 (Praia do Cupe)	50 (Chalés)	575/580
Pousada	Pousada Vivenda dos Corais	1996	Km 9 da PE-009 Merepe I (Porto de Galinhas)	30	312/343
Pousada	Pousada Porto Verde	1997	Pça. 1 (Porto de Galinhas)	18	215/285
Pousada	Pousada Arandu	1998	Km 8,5 da PE-009 Merepe I (Porto de Galinhas)	14	270/300
Pousada	Pousada Marahú	1999	Pça. 2 (Porto de Galinhas)	20	190/190
Hotel	Beira Mar	2000	Km 7 da PE-009 Merepe II (Praia do Borete)	23	470/470

			Praia do Borete)		
Pousada	Pousada Aldeia dos Anjos	2000	Av. Sertânia, 180 ( Maracaípe)	6	150/150
Pousada	Pousada Luar das Marés	2000	Merepe I (Porto de Galinhas)	12	395/395
Resort	Summerville Beach Resort	2000	Km 2 da PE-009 (Muro Alto)	166 ( Apartamentos ) - 36 (Bangalôs)	1300/1500 - 2090/2090
Resort	Nannai Beach Resort	2001	Km 2 da PE-009 (Praia do Cupe)	42 ( Apartamentos ) - 49 (Bangalôs)	1280/1590 - 2000/3415
Pousada	Pousada Canto do Porto	2001	Km 9 da PE-009 Merepe I ( Porto de Galinhas)	22	390/485
Pousada	Real Pousada	2001	R. Beijupirá ( Porto de Galinhas)	26	330/330
Hostel	A Casa Branca Hostel	2002	Pça. 18 ( Porto de Galinhas)	11 (Apartamentos) - 5 (Quitinetes)	190/190 - 50/55
Hotel	Estação do Sol Praia Hotel	2002	Km 10 da PE-009 ( Porto de Galinhas)	98	435/465
Pousada	Pousada Porto do Colibri	2002	Km 5,5 da PE-009 Merepe II (Praia do Cupe)	11	200/200
Pousada	Pousada Recanto do Lobo	2002	Km 8 da PE-009 Merepe I (Porto de Galinhas)	23	220/450
Pousada	Pousada Recanto dos Corais	2002	Estr. p/ Maracaípe, 356 ( Porto de Galinhas)	30	231/231
Pousada	Pousada Fazenda Xalés de Maracaípe	2003	Avenida Beira mar ( Maracaípe)	7 ( Apartamentos ) - 12 (Chalés)	369/369 - 412/586
Pousada	Pousada Recifes de Corais	2003	R. do Açaí ( Porto de Galinhas)	18	169/229
Pousada	Pousada Brisas	2004	Av. Beira Mar ( Maracaípe)	10 ( Apartamentos ) - 4 ( Chalés)	320/320 - 550/550
Pousada	Pousada Doce Cabana	2004	Km 8 da PE-009 Merepe I (Porto de Galinhas)	25	360/380
Hotel	Aconchego de Porto	2005	Km 5,5 da PE-009 Merepe II (Praia do Cupe)	37	200/300
Resort	Beach Class Resort Muro Alto	2005	Km 2 da PE-009 (Muro Alto)	83 ( Apartamentos ) - 14 (Bangalôs)	1020/1150 - 1350/1350
Resort	Best Western Plus Vivá	2005	Km 2 da PE-009 (Muro Alto)	120	1075/1465
Resort	Marulhos Suítes	2005	Km 2 da PE-009 (Muro Alto)	120	700/800

Resort	Enotel Convention & Spa	2006	PE-009, Km 06 ( Praia do Cupe)	348	1346/2084
Pousada	Pousada Marambaia do Porto	2006	Km 5,5 da PE-009 Merepe II (Praia do Cupe)	20	360/555
Hotel	Porto de Galinhas Praia	2008	Km 6 da PE-009 Merepe II (Praia do Cupe)	94	460/460
Pousada	Pousada das Galinhas	2009	Pça. 19 ( Porto de Galinhas)	32	340/340
Pousada	Pousada Porto de Galinhas	2009	Lt.4 e 5, Qd 8-C Merepe III ( Manguezal)	16	250/300
Pousada	Água Viva	2010	Km 8 da PE-009 Merepe I (Porto de Galinhas)	19	356/453
Pousada	Pousada Ecoporto	2010	Km 7 da PE-009 Merepe I( Porto de Galinhas)	27	440/440
Pousada	landê	2011	R. dos Ipês Merepe I (Porto de Galinhas)	19	435/465
Pousada	Pousada Maracabana	2012	Av. Beira Mar, 254 ( Maracaípe)	10	360/600
Hostel	Hostel Maracabana	2013	Av. Sertânia,39 ( Maracaípe)	10 ( Apartamentos ) - 2 ( Quitinetes)	250/250 - 63/63
Pousada	Pousada Unaí	2013	R. Saberê ( Porto de Galinhas)	14	169/229
Resort	Enotel Acqua Club	2014	PE-009, Km 06 ( Praia do Cupe)	370	1346/2084
Hotel	Kembali	2014	Km 7 da PE-009 Merepe II( Praia do Borete)	63	943/943

Fonte: Guia 4Rodas (2015)

A partir desse levantamento foi realizada uma amostra acerca dos meios de hospedagem a fim de criar um perfil dessas estruturas. Analisando os dados do gráfico 11 tem-se que a maioria dos meios de hospedagem descritos no Guia 4 Rodas se instalaram no ano de 2000, representando 53,19%. Essa evolução é consequência das ações desenvolvidas na venda do litoral nordestino pela mídia e operadoras de turismo, além da atuação da Prodetur.

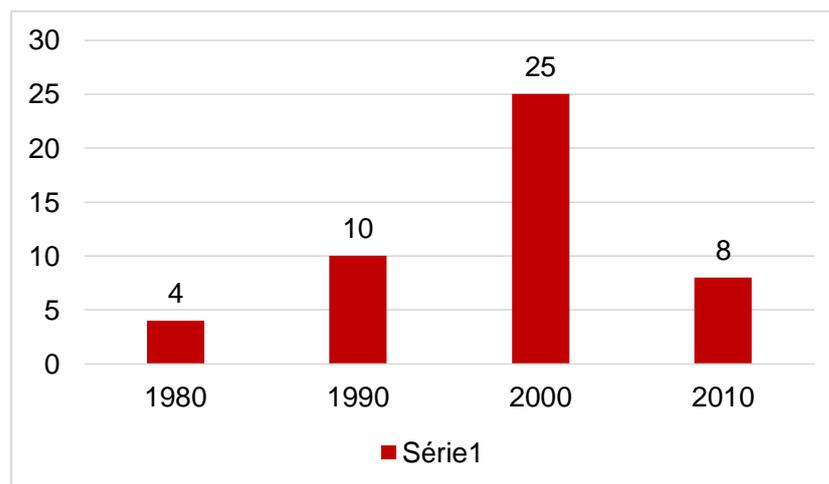


Gráfico 11 Ano de Inauguração dos meios de hospedagem por décadas

Fonte: Guia 4 Rodas (2015)

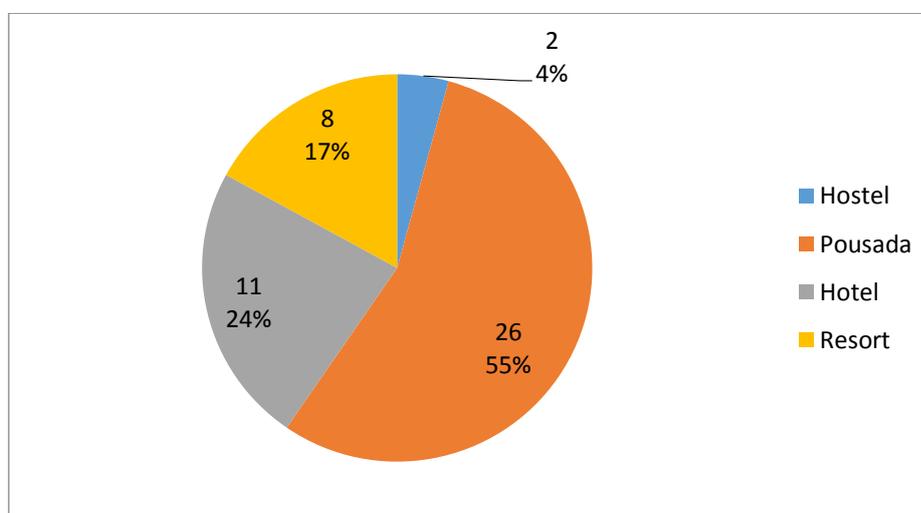


Gráfico 12 Tipologia dos meios de hospedagem

Fonte: Guia 4Rodas (2015)

De acordo com o gráfico 12, 55% das unidades estão concentradas na tipologia pousada, o que remete aos anos de consolidação de Porto como destino turístico nacional. Os resorts, apesar de se encontrarem em como um dos menores números com 17%, correspondem ao que Mendonça (2004) chama de “terceira onda”, momento em que a expansão do turismo passa a se voltar ao padrão de turista de maior renda e alto padrão de consumo. Desta forma há uma convergência de interesses, reunindo hoteleiros, empresários da construção civil e por vezes a parceria com redes internacionais.

A quantidade média de leitos nas unidades de habitacionais (gráfico 13) é em grande parte constituída de até 30 leitos, conjecturando com a tipologia pousada, que geralmente ocupa um lote de dimensões medianas se comparada as do resort.

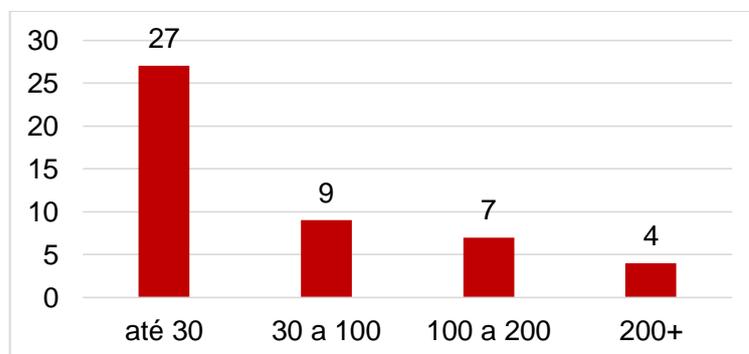


Gráfico 13 Média de Leitos nas UH'S

Fonte: Guia 4 Rodas

Com relação ao preço médio da diária (gráfico 14) é visto que 72% apresentam uma diária a partir de R\$ 300,00. Desprende-se dessa informação a construção e idealização do espaço para grupos seletos com domicílio em outras localidades, com diárias dolarizadas.

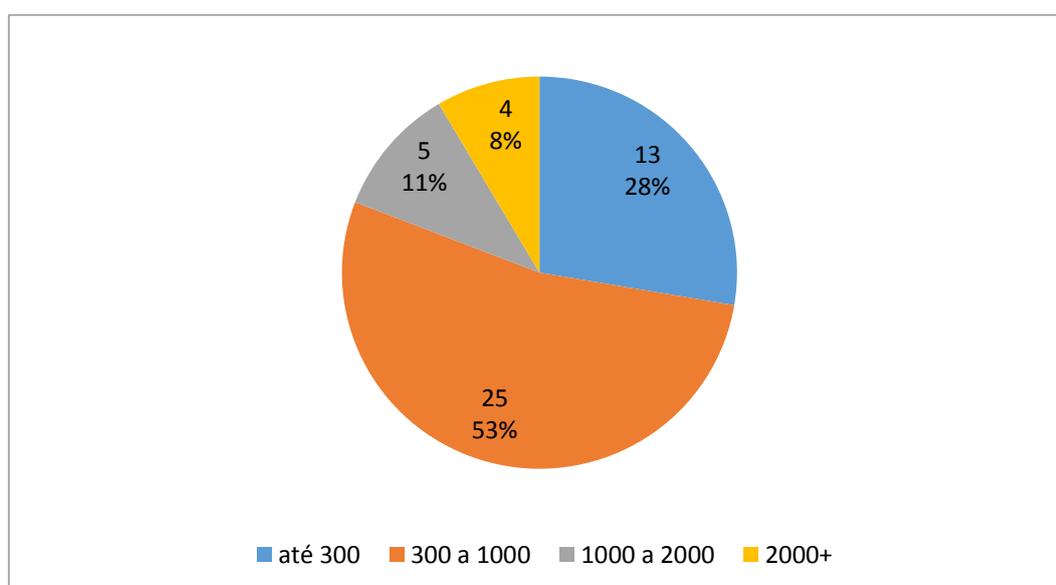


Gráfico 14 Preço Médio da diária

Fonte: Guia 4Rodas

Com relação as analogias acima verifica-se que estes meios de hospedagem demonstram a evolução na implantação destes no objeto de estudo. O boom das pousadas e hotéis, atualmente abre espaço para uma nova tipologia a dos resorts citados acima.

A região, segundo a AHPG (2015), atualmente, conta com uma ocupação em torno de 70% a 80% durante a alta temporada. Dos turistas presentes no ano de 2013, 88% eram brasileiros vindos de São Paulo, Minas Gerais, Distrito Federal, Paraná, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Goiás; e 12% foram estrangeiros vindos de países como Argentina, Uruguai, Chile e Portugal. Esses dados demonstram a adoção de moderna infraestrutura turística implantadas em Porto de Galinhas, o que possibilitou competir com destinos já consolidados.

“O turismo então, torna-se a principal atividade econômica de Porto de Galinhas, inserindo grande parte da população em serviços ligados direta e indiretamente” (Condepe –Fidem, 2011apud Silva, 2012, pg. 56). Este fato corrobora no deslocamento de pessoas, que em busca de melhores condições de vida e oportunidade de trabalho, incide diretamente no crescimento populacional em áreas periféricas.

Contudo, a característica dos empregos ligados a atividade turística é a sazonalidade e a pouca rentabilidade, tendo em vista que as melhores vagas exigem nível educacional superior e, por não encontrarem na região, passam a importar pessoas de outras localidades.

### *INVESTIMENTOS EM PORTO*

Apresentando forte potencial turístico para o segmento de praia e sol, nota-se uma valorização do espaço litorâneo, o que resulta no incentivo a equipamentos de suporte a atividade turística e a permeabilidade para investimentos privados e estrangeiros. A consolidação de Porto de Galinhas como destino turístico nacional e,

mais recentemente, internacional culminou em uma série de investimentos do Prodetur II.

Sobressaem destes, o ano de 2001 com a implantação da rede de esgotamento sanitário e drenagem da Vila, juntamente com a pavimentação sinalização e iluminação de todas as vias de Maracaípe e Porto de Galinhas.

Em 2003, foi elaborado o Projeto Porto Melhor, contando com a parceria entre o Estado e o município de Ipojuca, através da Secretaria de Desenvolvimento Urbano de Pernambuco (SEDUPE).

Quadro 2 Subprojetos para requalificação urbana de Porto de Galinhas

Porto Melhor	
Subprojetos	
1	Construção do terminal rodoviário
2	Calçadão com Pista de cooper (Orla)
3	Terminal de Buggs
4	Estacionamento (100 vagas)
5	Sistema viário de Nossa Senhora do Ó/Maracaípe (Pavimentação, ciclovias e paisagismo)
6	Ordenamento do comércio ambulante da Orla de Porto
7	Urbanização da entrada de Porto de Galinhas
8	Tratamento do acesso à orla
9	Criação de rua de pedestre, com áreas verdes e mobiliário urbano (Rua da Esperança)
10	Recuperação da Praça da Rua Esperanças
11	Recuperação e revitalização das 22 praças
12	Praça de comércio e serviços
13	Parque ecológico Pantanal
14	Implantação de Escola Municipal
15	Implantação de Posto de saúde
16	Adição de Centro de informações turísticas
17	Praça do Surf
18	Urbanização da Orla de Maracaípe

Fonte: Silva (2012)

Lima (2006) ressalta a extensão contemplada no projeto que abrangia desde Muro Alto até o Pontal de Maracaípe. Tinha como objetivo geral integrar as potencialidades da área promovendo o desenvolvimento econômico e social, especialmente através do incentivo ao turismo, com a conservação do patrimônio,

integração/estruturação urbana e a requalificação da paisagem (SEDUPE, 2003). Ou seja, buscava a requalificação urbana do espaço de Porto de Galinhas. Para isto, foram pensados subprojetos descritos no quadro 2.

Analisando as propostas estabelecidas é ressaltado o teor dessas medidas voltadas para o público turístico, almejando o desenvolvimento desta atividade e proporcionando melhores equipamentos urbanos de suporte ao turismo. Dessa forma o turista passa a ser o principal beneficiário desse projeto. Em contrapartida, o problema da degradação ambiental, e das comunidades carentes de Socó, Salinas e Pantanal não se fazem presentes.

Já em 2008, houve investimento de R\$ 12 milhões pelo Prodetur II na ciclovia, localizada desde a PE-09 até a Rua Esperança, e na pavimentação da estrada para a Vila de Maracaípe.

É neste mesmo ano, que a Prefeitura de Ipojuca realizou um investimento de cerca de R\$ 2,1 milhões em saneamento básico, calçamento de ruas e abastecimento de água; R\$ 300 mil em iluminação e R\$ 500 mil em limpeza urbana.

Apesar disso, mais uma vez verifica-se que a distribuição desses investimentos, na verdade, configuram-se como concentrações em determinadas áreas onde a atividade turística tem forte atuação. Como afirma, Mesquita e Xavier (2012) é observado que as ruas mais afastadas do percurso turístico sofrem com a ausência de calçamento das vias, assim como praças concentradas em meio a residências de moradores que não tiveram benefícios com o investimento.

#### *A VIDA EM PORTO DE GALINHAS*

De acordo com o censo do IBGE, Porto de Galinhas apresenta-se dividida em 10 setores censitários (figura 26), como pode ser visualizado no mapa abaixo:



Figura 26 - Setores censitários de Porto de Galinhas

Fonte: CNEFE/IBGE (2010)

Porto de Galinhas é constituída por uma população de 6.476 habitantes, destes 58,28% ocupam as áreas periféricas de Salinas, Socó e Pantanal, contrastando com 22,64% habitantes das áreas referentes à Praia de Porto, Vila de Porto e área próxima destes. O loteamento Merepe, por sua vez, corresponde a cerca de 19% da população.(Tabela 17).

Tabela 17 População e Domicílios Particulares Permanentes pelos setores censitários

Porto de Galinhas						
Nº	Setores Censitários	Correspondência	Domicílios Particulares Permanente		População	
			Qnt.	%	Qnt.	%
1	260.720.815.000.014	Vila de Porto	248	12,55%	796	12,29%
2	260.720.815.000.015	Praia de Porto	75	3,80%	224	3,46%
3	260.720.815.000.016	Proximidade da Vila	153	7,74%	446	6,89%
4	260.720.815.000.017	Salinas	336	17,00%	1242	19,18%
5	260.720.815.000.018	Socó	294	14,88%	975	15,06%
6	260.720.815.000.019	Pantanal	441	22,32%	1557	24,04%
7	260.720.815.000.041					
8	260.720.815.000.021	Merepe II	105	5,31%	298	4,60%
9	260.720.815.000.022	Merepe III	273	13,82%	798	12,32%
10	260.720.815.000.020	Merepe I	51	2,58%	140	2,16%
<b>TOTAL:</b>			<b>1976</b>	<b>100%</b>	<b>6476</b>	<b>100%</b>

\*O nº corresponde à localidade de cada setor de acordo com a figura 26.

Fonte: IBGE(2010)

Para efeito de análise foram agrupados os grupos que detêm a maior quantidade de investimentos, por ser tratar de áreas planejadas e visadas para a consolidação do turismo (Vila de Porto, Praia de Porto e proximidade) e os territórios periféricos caracterizados por conter a maior parte da População de Porto de Galinhas (Socó, salinas e pantanal).

Analisando a taxa de crescimento da população (tabela 18) nas localidades da Vila, praia e proximidade é verificado um aumento de 206% do ano de 1991 a 2000, contudo no ano de 2010 essa taxa passa para apenas 43%. Em compensação nas

localidades de Socó, Salinas e Pantanal é verificado que a população duplicou de 2000 para 2010.

Tabela 18 Evolução da População

Evolução da População			
Localidade	Anos	População	Taxa de Crescimento
Vila de Porto de Galinhas, Praia de Porto de Galinhas e áreas próximas	1991	334	-
	2000	1023	206%
	2010	1466	43%
Socó, Salinas e Pantanal	1991	708	-
	2000	1890	166.95%
	2010	3778	99.89%

Fonte: IBGE 1991, 2000 e 2010

A relação dos domicílios particulares permanentes, tabela 19, aponta para um aumento significativo nas localidades de Socó, Salinas e Pantanal, tendo em vista que no ano de 1991 totalizavam apenas 150 passando em 2010 para 1071, configurando uma taxa crescimento de 614%.

Tabela 19 Evolução dos Domicílios Particulares Permanentes

Evolução dos Domicílios Particulares Permanentes			
Localidade	Anos	DPP	Taxa de Crescimento
Vila de Porto de Galinhas, Praia de Porto de Galinhas e áreas próximas	1991	66	-
	2000	249	277%
	2010	476	91%
Socó, Salinas e Pantanal	1991	150	-
	2000	415	177%
	2010	1071	158%

Fonte: IBGE 1991, 2000 e 2010.

A Vila de Porto, Praia e área próxima eram constituídas em 1991 de 66 domicílios. Em 2010 o número aumenta em 410 unidades. Contudo é evidenciado a constância

no aumento de domicílios nas comunidades periféricas, em detrimento a taxa de crescimento da Vila que sofre um decréscimo de mais da metade se comparado ao ano de 2000.

Nos domicílios particulares da Vila de Porto há a predominância de ocupação de até 4 moradores correspondendo a uma taxa de 85%. As comunidades de Socó, Salinas e Pantanal detêm a taxa de 77% com essa mesma semelhança, contudo é observado que os outros 23% representam domicílios de 5 até 10 pessoas, caracterizando uma superlotação (gráfico 15).

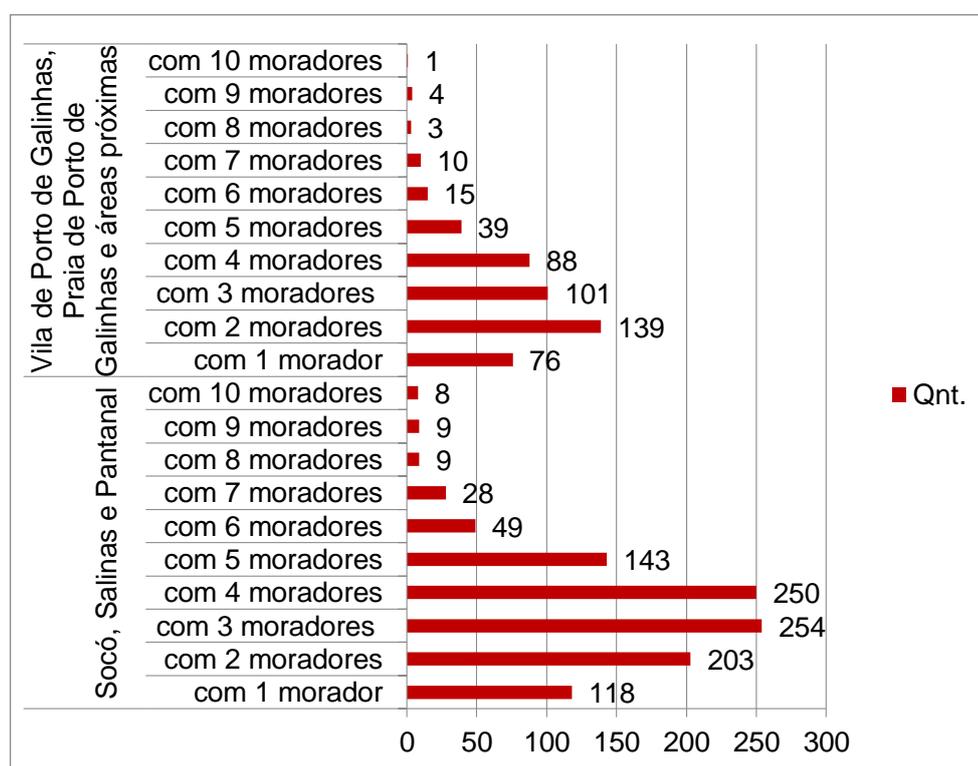


Gráfico 15 Relação da quantidade de Moradores por Domicílio Particular Permanente

Fonte: IBGE 2010

A renda domiciliar (gráfico 16) na localidade da Vila de Porto concentra 56,51% na faixa de sem rendimento a 01 salário mínimo, contudo é verificado que 43,91% apresenta uma renda de 1 a mais de 10 salários mínimos. Socó, Salinas e Pantanal,

por sua vez, detém 84,03% dos domicílios no intervalo de sem rendimento a 01 salário mínimo, os outros 17,37% encontram-se de 01 salário mínimo até 5.

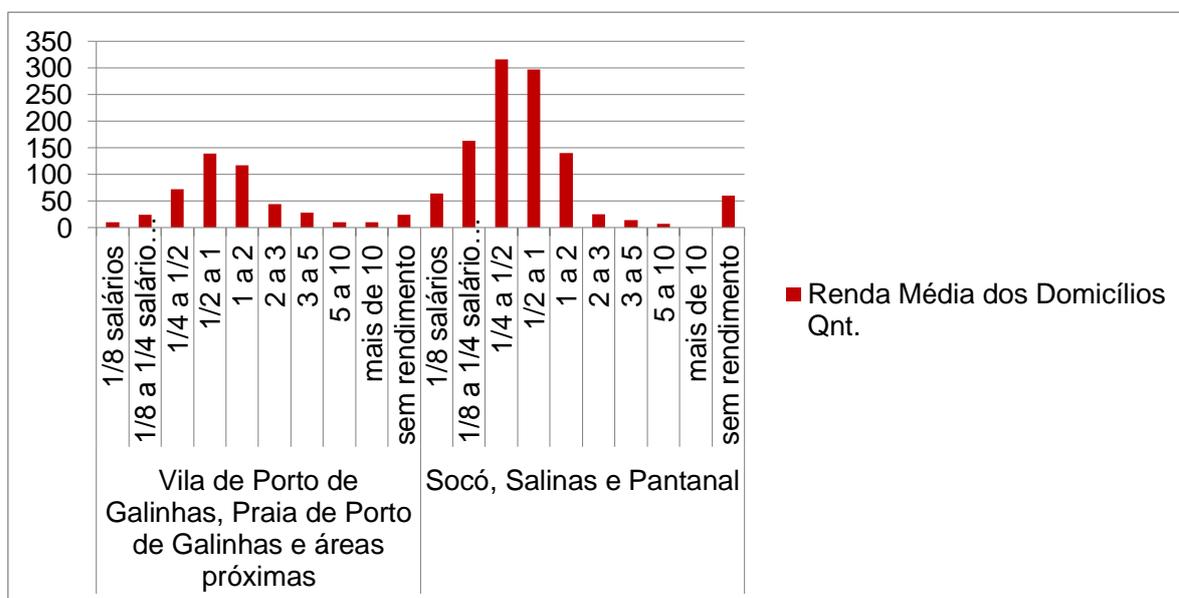


Gráfico 16 Renda Média dos Domicílios Particulares Permanentes

Fonte: IBGE 2010

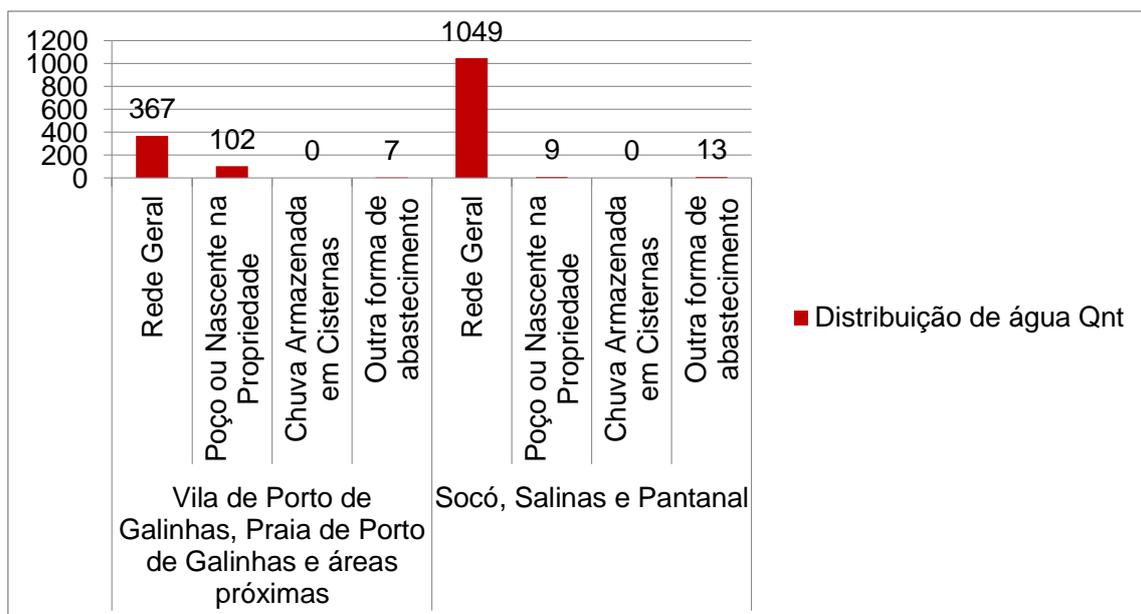


Gráfico 17 Sistema de abastecimento de água por Domicílio

Fonte: IBGE 2010

O serviço de abastecimento de água (gráfico 17) é realizado em sua maioria por meio de uma rede de distribuição geral, visivelmente apontado pelos 77,10% da Vila de Porto e 97,95% das comunidades periféricas.

De acordo com o gráfico 18 abaixo, é observado que as localidades referentes a Vila de Porto, Praia e Proximidade apresentam o esgotamento sanitário sanado através de 64,29% via fossa séptica e 24,37% via fossa rudimentar. Já Socó, Salinas e Pantanal tem na fossa rudimentar mais da metade dos domicílios, totalizando 695 com uma taxa de 64,89%.

A destinação do lixo (gráfico 19) é realizada na maioria por serviço de limpeza em ambas localidades totalizando 92,02% na Vila e 77,12% nas comunidades. Nesta última há incidência de 22,12% na coleta realizada por meio de caçambas.

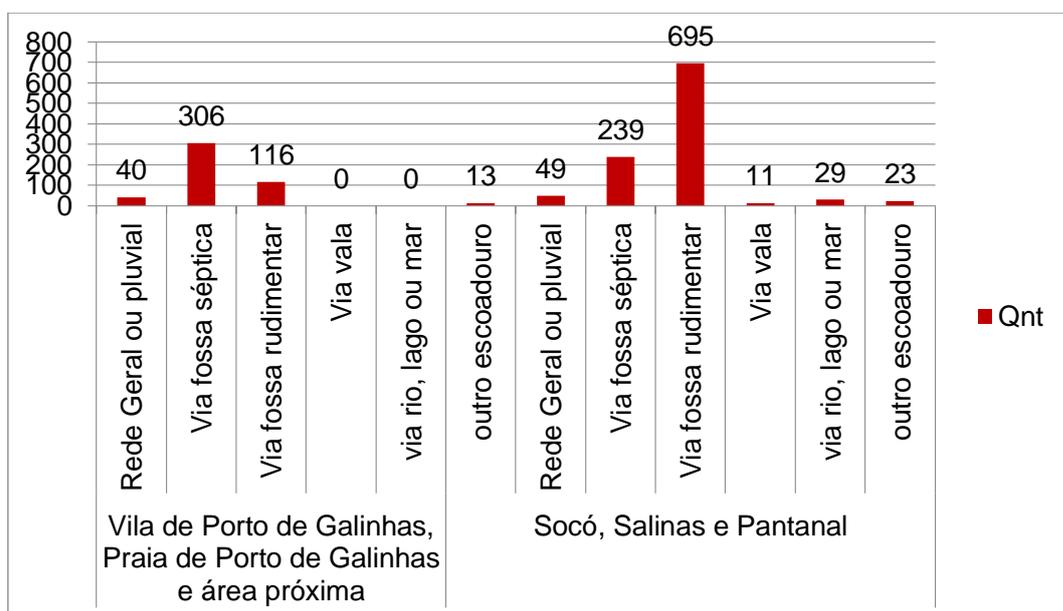


Gráfico 18 Sistema de Esgotamento Sanitário por domicílio

Fonte: IBGE 2010

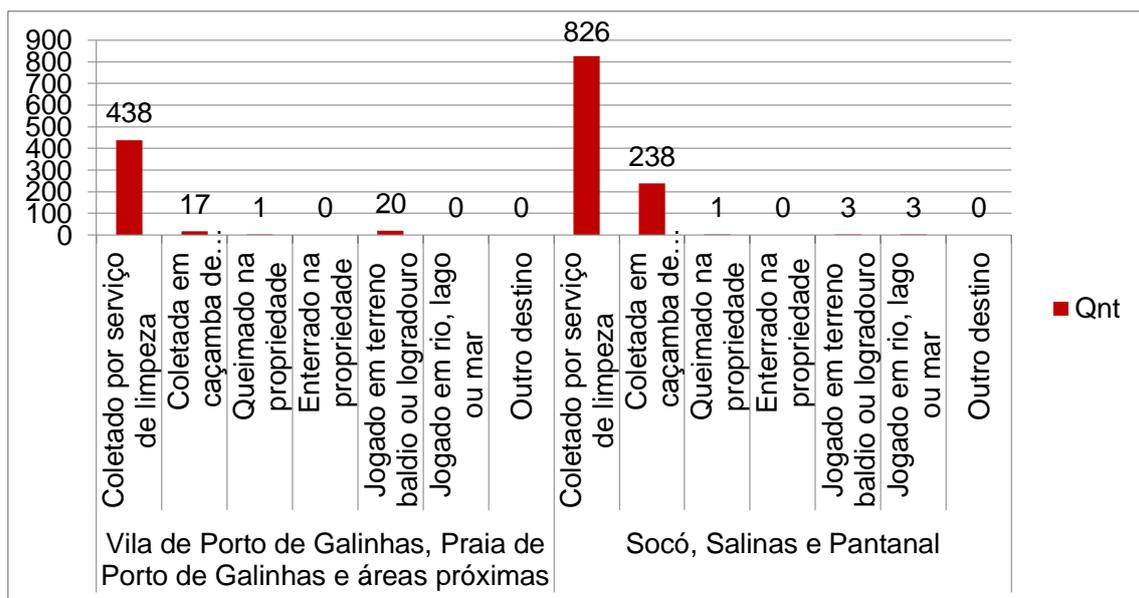


Gráfico 19 Sistema de coleta de lixo por domicílio

Fonte: IBGE 2010

Tabela 20 Distribuição de Energia Elétrica por Domicílios

Localidades	DPP - Energia Elétrica	Qnt.	%
Vila de Porto de Galinhas, Praia de Porto de Galinhas e áreas próximas	Com energia elétrica de outras fontes	1	0.21%
	sem energia elétrica	0	0.00%
	Com energia elétrica de companhia distribuidora e com medidor de uso exclusivo	401	84.24%
	Com energia elétrica de companhia distribuidora e com medidor de uso comum a mais de um domicílio	34	7.14%
	Com energia elétrica de companhia distribuidora e sem medidor	40	8.40%
Socó, Salinas e Pantanal	Com energia elétrica de outras fontes	4	0.37%
	sem energia elétrica	6	0.56%
	Com energia elétrica de companhia distribuidora e com medidor de uso exclusivo	777	72.55%
	Com energia elétrica de companhia distribuidora e com medidor de uso comum a mais de um domicílio	106	9.90%
	Com energia elétrica de companhia distribuidora e sem medidor	160	14.94%

Fonte: IBGE (2010)

No tocante a distribuição de energia elétrica (tabela 20) é apreendido que 99,79% na Vila e 97,39% das comunidades são beneficiados pela rede de distribuição energética.

Desprende-se dos dados apresentados que a população residente em Porto de Galinhas no grupo 01 (Praia de Porto, Vila de Porto e Proximidade) ou no grupo 02 (Socó, Salinas e Pantanal) tem um padrão de vida modesto com carências infraestruturais, sendo parecidas, com leve discrepância negativa a favor do grupo 02.

A partir desse comparativo, vamos adentrar nas duas Porto de Galinhas “o espaço do turista” e a Porto de Galinhas “espaço dos moradores”. Expondo seus principais atrativos e realidades tendo como premissa as transformações sócio-espaciais resultantes da urbanização desencadeada pela atividade turística.

### **3.1 A VILA DE PORTO DE GALINHAS: O ESPAÇO DO TURISTA**

Vindo de Recife (Aeroporto Internacional dos Guararapes), o acesso a Porto de Galinhas é dado pela BR-101 Sul até o Cabo Santo Agostinho, PE-60 até Ipojuca, depois a PE-38 até Nossa Senhora do Ó e por fim a PE-009. Porém é possível encurtar esse trajeto, fazendo o uso da via concessionária Rota do Atlântico (foto 04) cuja construção proporcionou a diminuição da distância em 8,0 Km e a comodidade das vias sem buracos e com adição de serviços como guincho, por exemplo.



Foto 4 - Via Concessionária Rota do Atlântico - com a tarifa de pedágio

Fonte: Jessica Roosen (maio/2015)

Até este momento, o Complexo Porto de Galinhas não sabe o estilo do turista que está chegando. Segundo a AHPG (Associação dos Hotéis de Porto de Galinhas), 95% dos turistas que viajam para Porto de Galinhas contratam pacotes de operadoras de serviços em busca das paisagens paradisíacas. Eis a Porto de Galinhas apresentada no guia turístico disponível em guichês e meios de hospedagem (figura 27).



Figura 27 - Mapa Turístico

Fonte: Prefeitura de Ipojuca

O olhar do turista (figura 27) é seduzido por uma Porto de Galinhas caracterizada pelas praias de águas mornas e transparentes (figuras 5 e 6), com uma temperatura média de 26°C, areias clara e fina, trechos protegidos por arrecifes e outros com mar aberto especiais à prática do surf além de um cenário com belos coqueirais.



Foto 5 Praia de Porto de Galinhas – Baixa temporada

Foto 6 – Praia de Porto de Galinhas e o mar calmo

Créditos: Jessica Roosen maio/15

Além de suas suntuosas praias: Porto de Galinhas, Gamboa, Muro alto e Maracaípe; conta com pontais, estuários, rios com extensos manguezais, também se encontra um pedacinho da história pelo patrimônio histórico-cultural representado pelas igrejas, engenhos, manifestações populares e artesanatos.

Alinhado as paisagens paradisíacas e a cultura local, é ofertada uma diversidade de passeios, como os de jangada (figuras 7 e 8) para conhecer as piscinas naturais, de buggy a fim de transitar por todas as praias do entorno, de barco pelos manguezais, ou simplesmente caminhadas pela areia.



Foto 7 Passeio de Jangada

Foto 8 Quiosque de venda dos passeios de Jangada

Créditos: Jessica Roosen maio/15

Dos atrativos preferidos pelo turista, encontram-se as piscinas naturais. Sua fama é advinda dos arrecifes de corais, que quando contemplado com a maré baixa, trazem à tona uma diversidade de espécies de peixes. O acesso é realizado através das jangadas. O turista neste passeio recebe informações e orientações sobre os corais e os peixes que nele vivem (Foto 9).



Foto 9 Arrecifes na Praia de Porto de Galinhas, ao fundo turistas nas jangadas sendo levados as piscinas naturais.

Créditos: Jessica Roosen novembro/15

O passeio de buggy apresenta duração e o itinerário de acordo com o desejo do turista. O encanto principal é conhecer Porto de Galinhas de forma inusitada e divertida, passando pelas principais praias.

Para quem curte esportes náuticos e radicais, as ondas de Maracaípe seduzem pelo cenário perfeito para a prática de Kitesurf, stand up padlle, windsurfe, caiaque, surf, dentre outros.

A consolidação da atividade turística em Porto de Galinhas conduziu ao desenvolvimento do comércio e serviços no entorno da Rua Esperança. É neste cenário que encontra-se grande concentração de restaurantes, lojas, artesanatos, bancos e centro de informações turísticas (foto10).



Foto 10 - O caminho do turista

Créditos: Jessica Roosen Outubro/15

*Nas fotos (a), (b), (c), (d), e (e), a presença de galerias, lojinhas e artesanato são constantes no caminho do turista, que pode escolher desde artesanatos locais a lojas de grife.*

O território de Porto de Galinhas, durante anos reconfigurou-se visando atender interesses intimamente relacionados ao turismo. A valorização dos acessos à praia (fotos 11 e 12) e do espaço comumente utilizado pelos visitantes são resultados do fenômeno da “turistificação”.



Foto 11 Acesso a Praia de Porto de Galinhas

Foto 12 Chegada a Praia de Porto de Galinhas

Créditos: Jessica Roosen junho/15

*Nas fotos 11 e 12 nota-se todo o percurso sinalizado, calçado e com a presença de lojas e restaurantes.*

Seu público alvo são os turistas e dentro desse aspecto é formalizada toda uma estrutura (figura 13) de aporte para consolidação e introdução destes novos “agentes”.



Foto 13 Turistificação do território

Créditos: Jessica Roosen Maio/15

Na foto (a) tem-se o restaurante Beijupirá, lendário inaugurou na vila em janeiro de 1991, até então a rua era emburacada, descalçada e longe. Atualmente, o restaurante dá nome a rua e é considerado um dos mais requisitados. Fotos (b), (c) e (d) mostram a urbanização da vila e a transformação da Rua Esperança para rua só de pedestres, sobressaem dessas calçadas largas, asfaltadas, mobiliários como bancos. Foto (e), (f), (g) e (h) ressaltam toda a estrutura criada a fim de proporcionar ao turista conforto e atendimento de suas necessidades, tais como segurança e wi-fi.

Essa é a Porto dos turistas exaltada no mapa, cobiçada por sua beleza natural e carregada de restaurantes, serviços e comércio. Cativam aquele que por lá visita. Nesta Porto não há desigualdade, não há insegurança, não há barreiras. Entretanto, a poucos metros encontra-se estabelecida a Porto de Galinha dos moradores, como veremos a seguir.

### 3.2. A VILA DE PORTO DE GALINHAS: O ESPAÇO DOS MORADORES



Figura 28 Mapa turístico de Porto - Localização de Socó, Salinas e Pantanal

FONTE: Prefeitura de Ipojuca (2015)

Diante do mapa turístico (figura 28), é externado à ausência dos bairros de Salinas, Socó e Pantanal. Estas áreas consideradas aglomerados suburbanos correspondem

ao espaço com o maior número de moradores de Porto de Galinhas, como pudemos ver nos dados por distritos censitários apresentados. Caracterizam-se pela presença de duas malhas urbanas distintas: de um lado encontra-se a parte regularizada originária de loteamentos, e de outro, a parte constituída pela ocupação desordenada resultado das constantes invasões, responsáveis pela supressão de extensas áreas de manguezal e vegetação nativa. Esta exhibe construções improvisadas, ausência de serviços básicos e superlotação.

Essas localidades são produtos da pressão imobiliária em áreas eleitas para a “turistificação”. De acordo com a figura 29 abaixo, observa-se a intensidade de ocupação dessas áreas no período de 04 anos, correspondente de 2006 a 2010. Nele percebe-se a expansão urbana em direção à vegetação remanescente com a sua posterior supressão e a instalação de edificações e solo impermeável nessas localidades.

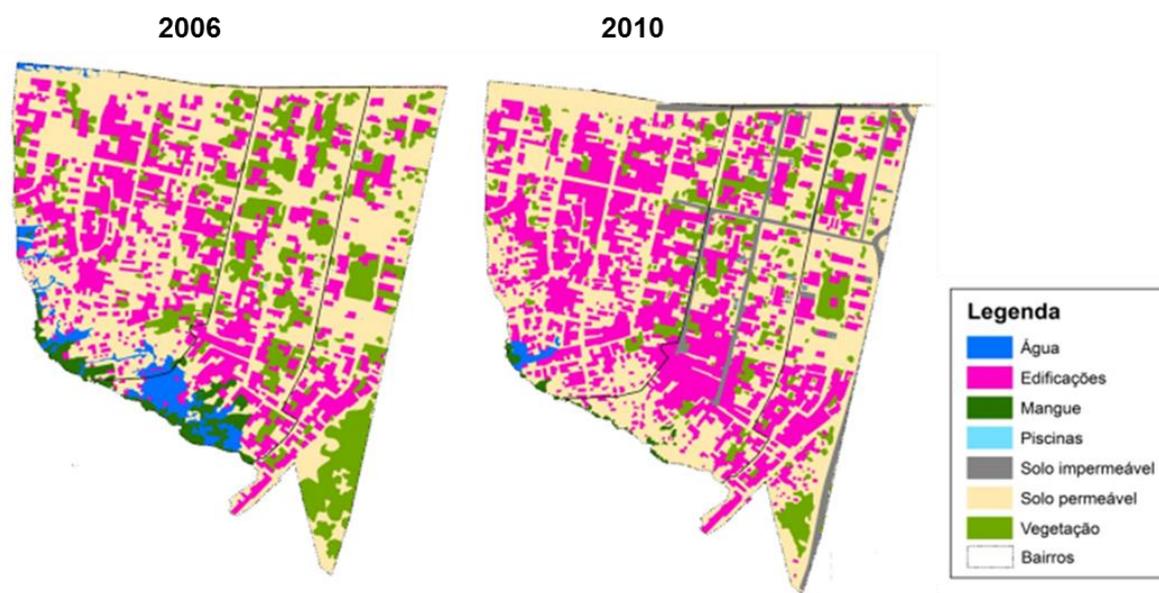


Figura 29 – Avanço da ocupação em Socó, Salinas e Pantanal nos anos de 2006 e 2010.

Fonte: Gomes (2011)

Esse modelo de ocupação alinhando com a falta de serviços de saneamento básico, principalmente o de esgotamento sanitário, induzem de forma negativa a propagação de doenças, como por exemplo, o surto de esquistossomose (figura 30). Segundo Gomes (2011), a ocorrência de casos é concentrada nas localidades de Salinas, Socó e Pantanal totalizando cerca 50% das incidências em toda a Porto de Galinhas.

Localidade	Examinados	Positivos			Prevalência
		Nº	%	IC 95%	
Merepe III	315	14	3,2	1,8 - 5,5	4,4
Salinas*	1263	259	59,7	54,9 - 64,3	20,6*
Socó*	590	96	22,1	18,4 - 26,4	16,3*
Pantanal*	291	40	9,2	6,7 - 12,4	13,7*
Vila de Porto	241	16	3,7	2,2 - 6,0	6,6
Total	2700	425	97,9	-	15,7

Figura 30 Ocorrência de casos e prevalência da esquistossomose – Porto de Galinhas (2010)

Fonte: Gomes (2011)

Essas áreas periféricas caracterizam –se sobretudo pela presença da população ativa de Porto de Galinhas. São jangadeiros, pedreiros, garçons, cozinheiros comerciantes, diaristas, que fazem parte desse espaço. Contudo, o registro abaixo de imagens mostra a disparidade de tratamento.



Foto 14 Comunidade Salinas

Créditos: Jessica Roosen novembro/15



Foto 15 Palafitas em Salinas

*Fonte: Google Earth (dezembro/2015)*



Foto 16 Transporte dos residentes próximos à comunidade de Salinas

*Fonte: Ana Lúcia (2004 apud França 2007, pg 123)*

Nas fotos 14, 15 e 16 mostra-se a margem do Rio Maracaípe a comunidade de Salinas, observa-se a superlotação dessa ocupação que avançou partes consideráveis de manguezais e vegetação remanescente, culminando na presença de palafitas e de edificações precárias. Na foto 28 revela-se um dos meios de transporte dos residentes, diferentemente de Porto que tem no passeio de jangada um lazer turístico.



Foto 17 Comunidade de Pantanal

Fonte: Sandro Valença (2007 apud Silva, 2012, pg 136)

Na foto 17 observa-se a precariedade do saneamento básico dessa localidade, com habitações precárias que margeiam o rio.



Foto 18 Comunidade de Socó

Fonte: Sandro Valença (2007 apud Silva, 2012, pg 136)



Foto 19 Adensamento em Socó

Fonte: Pastoral da Criança (2005, apud França 2007 pg122)

Nas fotos 18, 19, 20 e 21, observam-se as mesmas características das imagens anteriores, com a ausência de infraestrutura básica, encontrando-se o esgoto a céu aberto e a superlotação de habitações precárias.



Foto 20 Rua Salinas

Fonte: Google Earth(2015)



Foto 21 Rua do Dedenzeiro

*Fonte: Google Earth (2015)*

É nesse sentido, que a atividade turística demonstra que suas benesses não são revertidas para a população residente, pois o desenvolvimento econômico advindo desta não tem propiciado espaço para a participação da população local e integração destes com os turistas.

Os resultados dessa produção espacial é o aumento da segregação, onde as territorialidades são nitidamente marcadas, corroboram em um arranjo altamente segregacionista. Como descreve Mascarenhas (2004 apud França, 2007 pg. 125): “[...] exclui o pobre da paisagem, tornando-o adequadamente invisível”.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao longo dessa pesquisa, observou-se pelos dados fornecidos que o setor que mais fornece subsídios na arrecadação do PIB é o de serviços, em harmonia com a consolidação e crescimento do segmento turístico nas praias de Ipojuca, principalmente em Porto de Galinhas.

Entretanto, o desenvolvimento da atividade não é repassado em melhorias na qualidade de vida dos ipojuquenses. Diante das análises descritas é verificado um modelo perverso de crescimento, cuja base centrada na geração de renda fecha os olhos para os impactos à população residente e suas necessidades básicas. Constataram-se na realidade apresentada disparidades que demandam a emergência de políticas públicas condizentes com as necessidades e expectativas de toda a sociedade.

A concentração de renda e a falta de qualidade de vida para a população residente configuram uma produção do espaço apartada das questões sociais do entorno, estruturada entre muros e na crença do turismo como um fator indelegável ao desenvolvimento econômico, representando verdadeiras verticalidades.

Investimentos realizados no decorrer dos anos em Porto de Galinhas foram caracterizados por uma política de engajamento e incentivo ao produto turístico. Desprende-se dessa informação a exaltação e valorização da mercadoria-paisagem de sol e mar e a implantação de equipamentos e/ou redefinições de usos a fim de atender os desejos dessa classe.

Do outro lado a Porto de Galinhas dos moradores margeia a situação, tendo em vista, a falta de suporte das necessidades básicas, juntamente combinada com o processo de migração, que inflam essas áreas, condicionam o aumento de estruturas habitacionais precárias e a superlotação;

Apesar de toda a legislação existente fica clara a prioridade dada ao setor turístico em detrimento à população residente. Quem se encontra na Vila, detém um padrão

de acessibilidade melhor, tendo em vista que compartilha dos meios e equipamentos fornecidos ao usufruto turístico, contudo os bairros periféricos de Socó, Salinas e Pantanal margeiam essa situação ao receber um tratamento diferenciado.

A segregação das malhas urbanas de Porto de Galinhas revela a ineficiência de um planejamento participativo e que busca melhoria visando o coletivo. Como foi abordado no capítulo anterior, desenvolvimento engloba processos além da arrecadação de capital, é um processo complexo e de extrema importância para o direito à cidade.

A partir desse estudo fica-se a premissa de um olhar mais crítico acerca do processo de produção espacial, com o intuito de identificar seus atores e os impactos de decisões a fim de contribuir de maneira igualitária ao fornecer um planejamento que abarque todas as estruturas sociais e que finque um desenvolvimento social de qualidade.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANJOS, K. **Turismo em cidades litorâneas e seus impactos ambientais urbanos: o caso Porto de Galinhas – PE**. 2005, 212f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.

ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. 192p.

ARAUJO, Cristina Pereira de. **Terra à vista! O litoral brasileiro na mira dos empreendimentos turísticos imobiliários**. 2011, 368f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

ARAUJO, Cristina Pereira de. **Porto (in)Seguro: a perda do paraíso. Os reflexos do turismo na sua paisagem**. 2004, 160 f. Dissertação (Mestrado em Estruturas Ambientais Urbanas) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

ARAUJO, Cristina Pereira de. **Da Embratur à política nacional de turismo**. São Paulo, USP. 2011, P.146 -163.

ARAUJO, Cristina; VARGAS, Heliana. **Turismo e produção do espaço no litoral brasileiro**. São Paulo, USP. 2010, P. 1-17.

ASSOCIAÇÃO DOS HOTÉIS DE PORTO. **Porto de Galinhas: um Paraíso de todos**. Disponível em: < <http://portodegalinhas.org.br/noticia/36>>. Acesso em: 02 de novembro de 2015.

ASSOCIAÇÃO DOS HOTÉIS DE PORTO. **Muito mais do que um paraíso**. Disponível em: <http://portodegalinhas.org.br/porto>. Acesso em: 02 de novembro de 2015.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. **Caracterização do território**. Disponível em: < [http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil\\_m/ipojuca\\_pe](http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/ipojuca_pe) >. Acesso em 01 de outubro de 2015.

BANCO DE DADOS DO ESTADO. **Número de empregados no mercado formal, por setores de atividades**. Disponível em : < <http://www.bde.pe.gov.br/> > . Acesso em 15 de outubro de 2015.

CARVALHO, A. **Turismo e Produção do espaço no litoral de Pernambuco**. 2009, 99f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

COMPANHIA PERNAMBUCANA DO MEIO AMBIENTE. **Diagnóstico Socioambiental Litoral Sul de Pernambuco**. Recife, 2001.

COMPANHIA PERNAMBUCANA DO MEIO AMBIENTE. **Internacionalização do ZEEC sistematização dos planos e programas Litoral Sul**. Recife, 2003.

COMPANHIA PERNAMBUCANA DO MEIO AMBIENTE. **ZEEC – Zoneamento Ecológico Costeiro Litoral Sul de Pernambuco**. Recife, 1999.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. **Geografia do Turismo: de lugares a pseudo-lugares**. São Paulo: Roca, 2007. 140p.

DIAS, Reinaldo. **Turismo e patrimônio cultural – recursos que acompanham o crescimento das cidades**. São Paulo: Saraiva, 2006. 257p.

DIAS, Reinaldo. **Planejamento do turismo: política e desenvolvimento do turismo no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2003. 230 p.

EMPETUR. **Sinopse da pesquisa do perfil do turismo receptivo das praias de Ipojuca**. Recife, 2009.

FRANÇA, A.L. **O turismo em Porto de Galinhas-PE: políticas de desenvolvimento e o desafio da sustentabilidade**. 2007, 193f. Dissertação (Mestrado em Gestão das políticas ambientais) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

GEHL, Jan. **Cidades para pessoas**. São Paulo: Perspectiva, 2013. 280p.

GOMES, E. **Modelo de risco para esquistossomose: abordagem espaço-temporal da transmissão no litoral de Pernambuco**. 2011, 134f. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães, Recife, 2011.

GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO. **Inventário de atrativos culturais do Estado de Pernambuco: Polo Costa dos Arrecifes**. Vol 1. Recife, 2013.

GUIA QUATRO RODAS BRASIL. Edição especial. São Paulo: Editora Abril:2015. 753p.

HARVEY, David. **Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Editora Livraria Ltda, 2014. 294 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. “**Cadastro Nacional de endereços para fins estatísticos**. Resultados do Universo”. Disponível na internet < [www.censo2010.ibge.gov.br/cnefe/](http://www.censo2010.ibge.gov.br/cnefe/) >, em 30 de outubro de 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. “**Censo Demográfico 2000**. Resultados do Universo”. Disponível na internet <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>, em 28 de janeiro de 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. “**Censo Demográfico 2010**. Resultados do Universo”. Disponível na internet <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>, em 28 de janeiro de 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. “**Censo Demográfico 2010 Aglomerados Subnormais**. Resultados do Universo”. Disponível na internet < [www.censo2010.ibge.gov.br/agsn/](http://www.censo2010.ibge.gov.br/agsn/) >, em 16 de setembro de 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa de Serviços de hospedagem: municípios das capitais, regiões metropolitanas das capitais e regiões integradas de desenvolvimento**. Rio de Janeiro, 2012.

IPOJUCA (Município) (2008) **Plano Diretor Participativo**. Recife: Prefeitura do Município de Ipojuca.

LAGE, Beatriz Helena Gelas; MILONE, Paulo Cesar. **Turismo: teoria e prática**. 1.ed.São Paulo: Atlas, 2000. 376p.

LEFEBVRE, Henry. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.141p.

LIMA, P. **Desenvolvimento Local e turismo no Pólo de Porto de Galinhas**. 2006, 108f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de Brasília, DF, 2006.

LUCHIARI, Maria Thereza D.P. “Urbanização Turística: um novo nexos entre o lugar e o mundo”. In: Serrano, célia (org.). **Olhares contemporâneos sobre o turismo**. Campinas: Papyrus, 2000, p. 105-130.

MATTOSO, Arnaud. **Ipojuca: passado, presente e futuro do município que mais cresce em Pernambuco**. Recife: Carpe Diem, 2013. 84p.

MENDONÇA, Luis Carvalheira de. **A invenção de Porto de Galinhas: História, empreendedorismo e turismo**. Recife: Persona, 2004. 248p.

MESQUITA, Daniele; XAVIER, Gilca: **O turismo e sua atuação na expansão do espaço urbano: o caso Porto de Galinhas – Ipojuca/ PE**. Revista Turismo Visão e Ação- Eletrônica. Vol. 15, nº2, mai/ago. 2013. Disponível na internet < <http://www6.univali.br/seer/index.php/rtva/article/viewFile/3868/2613> >, em 21 outubro de 2015.

MINISTÉRIO DO TURISMO. Disponível em: < [www.turismo.gov.br](http://www.turismo.gov.br)>. Acesso em: 19 de outubro de 2015.

\_\_\_\_. MINISTÉRIO DO TURISMO. **Plano Plurianual 2012-2015. Relatório Anual de Avaliação do PPA 2012-2015**. Brasília, 2013. Disponível em: < <http://planejamento.gov.br/assuntos/planejamento-e-investimentos/plano-plurianual/o-ppa> >. Acesso em: 20 de julho de 2015.

\_\_\_\_. MINISTÉRIO DO TURISMO. **Plano Nacional de turismo 2013-2016. O turismo fazendo muito mas pelo Brasil**. Brasília, 2013. Disponível em: < [http://www.turismo.gov.br/images/pdf/plano\\_nacional\\_2013.pdf](http://www.turismo.gov.br/images/pdf/plano_nacional_2013.pdf) >. Acesso em: 25 de julho de 2015.

MIRANDA, G. **Urbanização turística e dinâmica socioespacial do trabalho em Porto de Galinhas –PE**. 2012, 168f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

MONITORE. **Relatório de Impacto de Ambiental – RIMA – Engenho Trapiche Ipojuca**. Recife, 2013.

MOLINA, Sergio. **Turismo: metodologia e planejamento**. Bauru, SP: Edusc, 2005. 126p.

OLIVEIRA, Fernando Meloni de. **As políticas de turismo no Brasil nos anos noventa**. Turismo em análise, vol. 19, n.2. Ago./2008. P. 177-200.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE TURISMO. **Panorama OMT del turismo internacional**. Edición 2014. Disponível em: < [mkt.unwto.org/pub](http://mkt.unwto.org/pub) >. Acesso em 01 de junho de 2015.

OURIQUES, Helton Ricardo. **A Produção do Turismo: fetichismo e dependência**. Campinas, SP: Alínea, 2005.159p.

PETROCCHI, Mario. **Turismo: planejamento e gestão**. São Paulo: Futura, 1998. 381p.

PONTES, M. **Planejamento para o desenvolvimento: sustentável? Análise dos instrumentos de ordenamento territorial da faixa litorânea de Ipojuca**. 2009, 121f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

QEDU. **Distribuição dos alunos por níveis de proficiência**. Disponível em: <<http://www.qedu.org.br/cidade/4455-ipojuca/proficiencia> >. Acesso em 13 de outubro de 2015.

ROCHA, J.S. da R. e ALMEIDA, N. de P. **Políticas públicas federais de turismo: uma análise circunstancial do plano nacional de turismo 2003-2007** (Brasil). V.1, n.2.Curitiba: Turismo & Sociedade,2008. P.105 -116.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. 7. ed. São Paulo: Edusp, 2007.142p.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização - do pensamento único à consciência universal**. São Pauto: Record, 2000.176p.

SILVA, D. **Expansão do espaço urbano e o desenvolvimento local: uma análise da atuação do turismo em Porto de Galinhas, Ipojuca, PE**. 2012, 97f. Dissertação (Mestrado Administração e Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2012.

URRY, John. **O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas**. 3. ed. São Paulo: Studio Nobel, 2001. 230p.